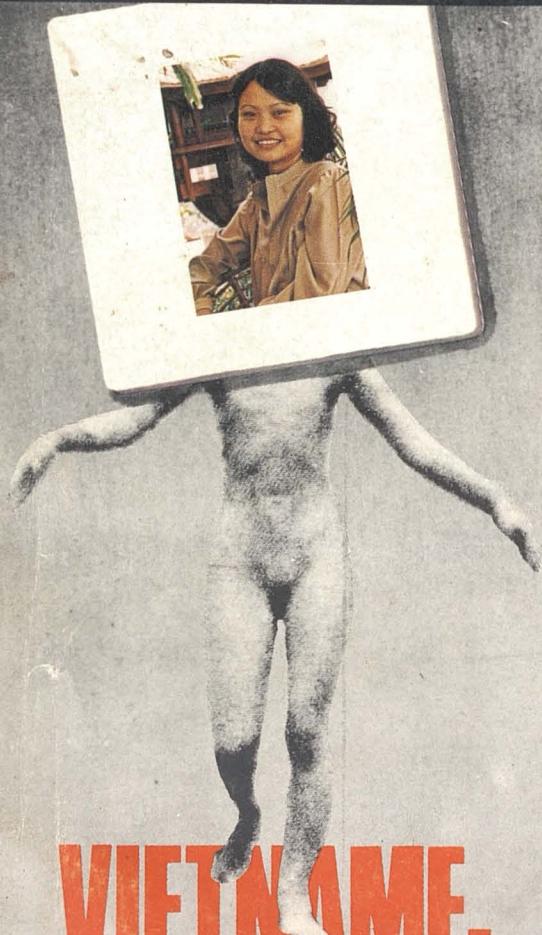


cadernos do

terceiro mundo

*Uganda:
golpe e crise*

Mensal • Setembro 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt80 • PG 80 • Cv 80\$ • Cr\$ 6.500 • Ano VIII • N° 81



**VIETNAME:
AS CICATRIZES
DA GUERRA**

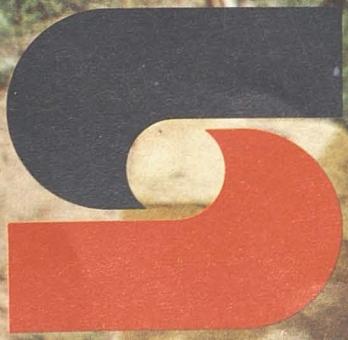
**APART^OHEUD:
UM REGIME
EM
PEDAÇOS**





*nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Angola, terra da liberdade.

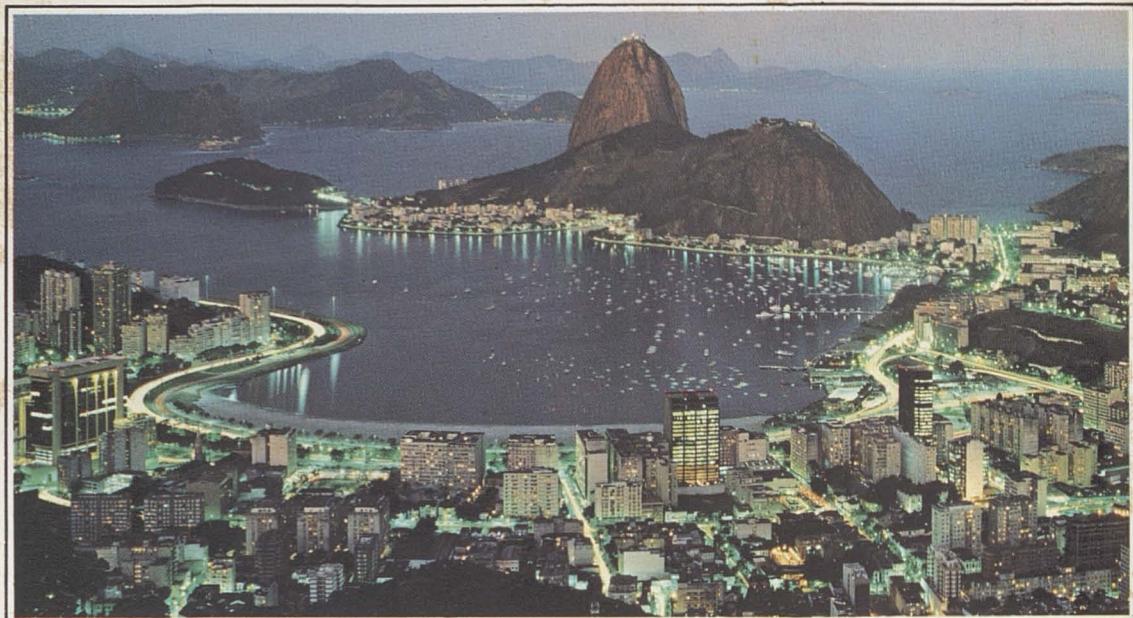


TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL



BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Vietnam tem

Vietname e África do Sul: dois grandes temas do momento

Há muito que alimentávamos o projecto de fazermos uma edição dedicada ao Vietname. Como geralmente acontece, os movimentos revolucionários atraem a atenção das grandes agências noticiosas enquanto estão na luta pelo poder, com combates, bombas, mortes, ofensivas e contra-ofensivas. Mas a partir do momento que essas forças chegam ao poder, quando começa a batalha da construção — ou reconstrução — nacional, deixam de ser “notícia”. As dificuldades do dia-a-dia na alteração de uma economia de guerra numa economia ao serviço do desenvolvimento, o desafio da mudança social, são factos que não aparecem no noticiário internacional. Foi assim com a Argélia, com o Congo e com tantos outros processos que depois de terem ocupado as principais manchetes internacionais, caíram no esquecimento forçado dos monopólios da comunicação.

É precisamente isso que tem acontecido com o Vietname e só a lembrança da data dos dez anos da vitória tirou do anonimato uma revolução que carrega o ónus de ter

vivido quase todo este século em guerra. Limitações da nossa parte e também dos próprios vietnamitas tornaram impossível antes a realização desta reportagem, que coincidiu, assim, com o ano em que se comemora a primeira década da vitória. Carlos Pinto Santos, da nossa redacção de Lisboa, passou os últimos dois meses na Indochina e traz-nos esta reportagem "forçosamente limitada", segundo as suas próprias palavras, mas que permite uma aproximação dos factos e dados que mostram o perfil desse país dez anos depois.

Apessar da importância do dossier
Vietname, a capa deste número ficou dividida com outro grande tema dos nossos dias, a virtual insurreição das massas negras exploradas sul-africanas contra o regime do *apartheid*, que tem "cobrado" um mínimo de dois mortos por dia nas várias cidades da República Sul-Africana. As repercuções no mundo da crise do *apartheid* e uma avaliação das suas possíveis consequências, fazem parte do nosso Especial, dedicado a este problema.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Director: Artur Baptista
Coordenação de Redação: Carlos Pinto Santos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Sede da Administração: Calçada do Combro, 10-1.^o
1200 LISBOA
telef.: 32 06 50/32 07 51
Redação e Publicidade: Rua das Salgadeiras, 36-2.^o-E
1200 LISBOA
telef.: 36 38 04/37 27 15
Telex: 42720 CTM TE P
Impressão: Gráfica Europam, Lda
2726 — Mem Martins (CODEX)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:

José Carlos Gondim

Redação Permanente:

Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Guiomar Belo Marques, Horácio Castellano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Rio de Janeiro), Cristina Assis (Lisboa)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

José Ferreira, Cristina Campos (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 — ler. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartado 576 — Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010

Mozambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerfield, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

• *Edições em espanhol*

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centroamericano:

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas do Terceiro Mundo

California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S.A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafey, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Alberto B. Mariani, Alex Mashinini, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, César Arias Quincoc, Claudio Alves, David Fig, Deborah Huntington, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Francisco Cé Gomes, Gregório Selser, Grividia Kuncar, Herbert de Souza, Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Moneirra Filho, Ladislau Dowbor, Laurine Platksy, Luis Maira, M. Venugopal Rao, Maluza Stein, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshia, Nilo Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Ottoniel Martinez, Pablo Marínez, Peter Law, Phillip Harris, Orlando Senna, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauá, Roger Rumrill, Sam Ramsamy, Sol Carvalho, Theotonio dos Santos.

Circulação em 70 países

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibras S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chingalia S. A., rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoval 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Cívica 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Artega, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex. 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass. 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papirus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRA-BRÉTANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidade Autônoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Fetrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paolo, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vendedores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D. F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, Méjico 12, D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, Méjico 12, D. F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméfia, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VEZENDELA:** Publicaciones Españo-llas, S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas **Africa News** (Estados Unidos), **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique), **ALTERCOM** (Ilet-México-Chile) e **Third World Network** (Malásia).

Capa: Fotos Sipa Press e Carlos Pinto Santos

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

4 *Cartas*

6 Panorama Tricontinental

13 Editorial – “Apartheid”: a hora da solidariedade mundial

16 **Matéria de capa – Vietname hoje, Carlos Pinto Santos, enviado especial**

- 18 As cicatrizes da guerra
 - 38 As quatro questões eternas
 - 42 Memória de Son My-My Lai
 - 46 Os sonhos de uma jovem
 - 50 Os amigos não se esquecem
 - 55 A lendária Pista Ho Chi Minh

África

59 Uganda: A nova era de incertezas. *Carlos Castilho*

América Latina

64 Nicaragua: "Se corres, atiro, se paras mato-te"

71 El Salvador: O compromisso com o povo, *Francesca Gargallo*

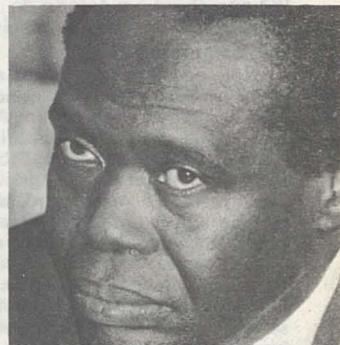
Cultura

- 75 A música moçambicana atravessa os oceanos, *Manuel Freire*
77 Jornadas de Letras e Artes Africanas, *António Melo*

82 *Especial – África do Sul: um regime em pedaços*

- 83 Botha: de costas para o muro, *Govin Reddy*
88 ANC: "o fim do *apartheid* está próximo", *Carlos Cardoso*
90 O cerco internacional
93 A religião e o *apartheid*

96 *Humor*



Obote e a crise no Uganda



Sergio Ramírez fala a *cadernos*



A prior crise no apartheid

Cartas

A metade esquecida

A equipa de *cadernos do terceiro mundo* merece os nossos mais sinceros aplausos pela sensacional e completa reportagem de capa "A Década da Mulher". Os homens e as mulheres do Terceiro Mundo sentem-se realmente gratos pela cobertura reveladora e que serviu ao mesmo tempo como uma denúncia. Parabéns aos que fazem a revista, sobretudo pelo carácter de conscientização dos problemas que vivemos. Sucesso!

Rossana Gaia — Macéio — AL — Brasil.

"O apartheid e o estado de emergência — Assembleia Geral da Comunidade Negra-ES"

Nós, negros, pertencentes a entidades afro-brasileiras no estado do Espírito Santo, reunidos em Assembleia Geral no dia 29 de Julho de 1985 às 19,30 horas no auditório da Secretaria de Estado da Agricultura, manifestamos a nossa condenação e repúdio a mais um acto do *apartheid* com a sua última aplicação do estado de emergência, conforme tem sido noticiado pela imprensa brasileira.

A comunidade internacional tem-se manifestado contrária àquela bárbara medida, por entender que muitos negros têm sido assassinados impiedosamente pela polícia dentro do seu próprio lar, e nós negros brasileiros, estamos surpreendidos com a fraca actuação do governo da Nova República em relação ao *apartheid*. Isto, porque quando Tancredo Neves iniciou a campanha, numas das suas entrevistas, declarou-se contrário ao *apartheid*; entretanto os nossos governantes, seguidores de Tancredo Neves, não se têm empenhado energicamente nesta campanha internacional.

Sabemos que o governo sul-africano se sustenta no regime do *apartheid* (nazista), implantado pelos europeus holandeses e britânicos desde 1974 e que este sistema é condenado internacionalmente pela ONU, como crime contra a humanidade. As potências capitalistas, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal, protegem lamentavelmente o *apartheid*, devido a posições estratégicas e porque são os maiores investidores na África do Sul.

Dante deste quadro, entendemos que o Brasil não deve nem pode omitir-se, pois isso, provará o seu desprezo e desrespeito com a comunidade negra brasileira e internacional.

O sistema do *apartheid* é interna-

cialmente condenado pelos seguintes crimes:

- I — Crime contra a Humanidade;
- II — Crime de Agressão;
- III — Crime de Ocupação Ilegal da Namíbia.

O sistema do *apartheid*, atravessa fronteiras e vem preocupar-nos aqui no Brasil, isto porque sabemos dos laços ideológicos, políticos e económicos que uniram até então os governos da África do Sul e do Brasil, o apoio que o regime militar deu nestes últimos 20 anos aos refugiados de Moçambique e Angola. Sabemos ainda que com a queda do *apartheid*, os seus refugiados têm planos de virem para a América do Sul aplicar os seus capitais e escravizar, principalmente no nosso "colosso Brasil".

Por isso, condenamos o criminoso *apartheid* e exigimos uma posição mais energica da Nova República quanto à situação actual da África do Sul e do *apartheid*. Fim do relacionamento entre o Brasil e a África do Sul, diplomático e comercial.

Grupo de Trabalho do Conselho da Comunidade Negra-ES

CECUN — Centro de Estudo da Cultura Negra-ES

Associação Ganza-Zumba de Capoeira-ES

Movimento Negro Novo Quilombo-ES

Movimento Negro Liberdade

Movimento Negro Raça

(Obs.: Queremos dizer que este documento foi enviado para as seguintes autoridades: presidente da República, ministro dos Negócios Estrangeiros e governador do Espírito Santo. Gratos pela atenção, o nosso Axé.)

"O caso Boff"

Foi com grande tristeza e também surpresa que nós católicos, cristãos, e até mesmo ateus, recebemos a notícia da imposição da pena de silêncio ao nosso grande teólogo frei Leonardo Boff. Com frei Boff, foi punida toda a Igreja Pobre e solidária que prega a Justiça e a Fraternidade.

Sabe-se que no caso Boff, está em jogo a teologia da libertação, que recentemente tem recebido acusações das mais medíocres. Só poderá entender esta teologia quem a conhecer de perto, onde ela se concretiza na prática, ou seja, nas Comunidades de Base, entre os mais pobres e oprimidos. A Teologia da Libertação, ou Reflexão Teológica dos Pobres, teve um grande mérito, que foi deslocar a teologia das academias para o meio popular,

deixou-se de fazer teologia nas faculdades, mas na prática concreta da pastoral, nas lutas pela libertação. Portanto, toda a crítica sobre a influência marxista não passa de um pretexto para deturpar um movimento de reflexão e de luta que vem das bases.

É por este e por outros motivos que não podemos aceitar simplesmente toda esta orquestração contra a Teologia da Libertação. E principalmente é um absurdo este "silêncio imposto". (...)

Devemos repensar esta condenação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, de Roma. Será que não existe por trás deste "purismo" doutrinário, o medo de uma igreja pobre e despojada? Até que ponto não se invoca a verdade teológica para cobrir questionamentos que incomodam os poderosos? Quando alguns cardeais sobem aos palanques acompanhados das autoridades não se questiona o aspecto político, mas quando as Comunidades de Base fazem as suas reivindicações justas, as suas manifestações populares, ela é acusada de subversiva e marxista. Portanto (...)

Paulo Fernandes Keller (coordenador do Conselho Pastoral da Paróquia São Pedro e São Paulo — Paracambi, membro da Pastoral da Saúde, vice-presidente da Associação de Moradores da Cascata, animador das CEB's, universitário de Ciências Sociais) — Paracambi — Rio de Janeiro — Brasil.

Angolano na URSS

De início, gostaria de apresentar os meus sinceros cumprimentos à equipa de *cadernos*. (...) Sou um jovem angolano e encontro-me actualmente na União Soviética a estudar. outrora, quando me encontrava no meu país, fui um leitor permanente da revista *cadernos do terceiro mundo*, embora com dificuldades, conseguia adquirir a maior parte. Entretanto, quando vim para cá, afastei-me totalmente dela. Sendo uma das revistas que mais me impressionam, decidi redigir-vos esta pequena carta para, através dela, procurar saber se existem possibilidades para a aquisição dela. (...) O meu desejo é tornar-me assinante. Por hoje é tudo. Bons êxitos na grandiosa tarefa da divulgação da "verdade" dos nossos países, pois que sobre eles são poucos os que dizem a verdade, senão campanhas propagandísticas sujas contra eles.

Paulo Jesse — União Soviética.

Intercâmbio

● **Pedro Assis**
C.P. 218 — Sumbe — Kuanza-Sul — Angola

● **Adalberto Schiehl**
Rua Epifânia Fogaça, 279 — São Leopoldo — RS — CEP: 93.000 — Brasil

● **Arnaldo Antônio Domingos**
Bairro Mártires de Quifangondo — Rua 12, casa 35 — Luanda — Angola

● **Carlos Alberto Martins Jacques**
Rua Amapá, 1678 — Taquara — RS — CEP: 95.600 — Brasil

● **Virgílio Pereira da Costa**
C.P. 310 — Benguela — Angola

● **Antônio Mário Brandão**
Rua Vítor José Fernandes, 390 — Bairro Novo — Olinda — PE — CEP: 53.000 — Brasil

● **José Olavo P. de Mattos**
Rua Duque de Caxias, 1237/151 — Porto Alegre — RS — CEP: 90.000 — Brasil

● **Nicolau Paulo Pascoal**
C.P. 2.733 — Luanda — Angola

● **Claudio Sandino Silva**
Av. São João, 2044/apt. 103 — Santa Cecília — São Paulo — SP — CEP: 01.260 — Brasil

● **Pedro Gervásio**
a/c da Delegação Municipal — C.P. 72 — Benguela — Angola

● **Bruno R. Z. de Lavras Anna**
Praça Lopes Trovão, 142 — a.c./C.P. 36 — Angra dos Reis — RJ — CEP: 23.900 — Brasil

● **Paulo José da Graça X. do Couto**
C.P. 115 — Beira-Manga — Moçambique

● **Wilson Bites de Castro**
Rua Rio de Janeiro, 21 — B. Marajó — Itanhaém — SP — CEP: 11.740 — Brasil

● **João Daniel da Conceição**
C.P. 935 — Huambo — Angola

● **Tito Mariscal**
Rua da Matriz, 729/apt. 202 — São João de Meriti — RJ — CEP: 25.500 — Brasil

● **José Fialho Silva**
C.P. 508 — Huambo — Angola

● **Eliana de Fátima Pereira de Oliveira**
Rua Quintino de Paula Maudonet, 772 — PQ Taquaral — Campinas — SP — CEP: 13.100 — Brasil

● **Agostinho Silva João**
Bairro Nelito Soares — Rua da Naguela C-7, casa 40 — Município do Rangel — Luanda — Angola

● **José Geraldo Magno Assis**
Av. Cananéia, 222 — Bairro Julia

Kubitschek — Coronel Fabriciano — MG — CEP: 35.170 — Brasil

● **Antônio Roberto da Costa**
C.P. 2.069 — Luanda — Angola

● **Gilberto Boaventura (Mitokas)**
a/c João Antônio Teixeira — 2º sector Avião dos C.T.T.A. — Estação Postal Central — Luanda — Angola

● **Élvio K. Moreira**
C.P. 1.851 — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000 — Brasil

● **Moisés Albino Cândido**
C.P. 474 — Malange — Angola

● **Nzongo Garcia**
C.P. 35 — Município do Dange

Quitexe — Província do Nige — Angola

● **Domingos A. Silva**
C.P. 798 — Rua C, nº 14-B — Bairro Mbembangango — Nige — Angola

● **Miguel Domingos Antônio**
C.P. 14.199 — S.P. — Bairro Ngola Kiluanji — Zona 16 — Luanda — Angola

● **João Domingos Luís**
C.P. 283 — Benguela — Angola

● **João Domingos Luís**
C.P. 283 — Benguela — Angola

● **José Cruz Domingos**
C.P. 5.740 — Luanda — Angola

● **Arlindo João Gomes**
Bairro Maianga — Rua Amílcar Cabral, 187/Apt. 31 — C.P. 10.880 — Luanda — Angola

● **Aníbal Armando da Costa**
Bairro dos CTT — casa 1-C.A. — Luanda — Angola

● **Antônio da Costa**
C.P. 283 — Benguela — Angola

● **Augusto Francisco Jacinto**
C.P. 16.186 — Luanda — Angola

● **Francisco João Martins**
C.P. 16.186 — Luanda — Angola

● **Antônio Domingos Vicente**
Rua Major Marcelino Dias, 51/3-B — Luanda — Angola

● **Manuel Baião José Pedro**
C.P. 1.065 — Malange — Angola

● **Eugenio Timóteo**
a/c de Samuel Filipe, C.P. 571 — Benguela — Angola

● **Beatriz N.L. Velame**
R. Alta da Itinga, 119 — Lauro de Freitas — BA — CEP: 42.700 — Brasil

● **Antônio Francisco da Costa**
a/c de Zacarias Miranda Domingos — C.P. 18.784 — Luanda — Angola

● **Orivaldo Guimarães de Paula Filho**
R. Dr. Antonio Lima Santa Cecília, 143 — Bairro Presidente Roosevelt

— Uberlândia — MG — CEP: 38.400 — Brasil

● **Antonio Amaral**
Av. Imperador, 45 — Vila Rio Branco

— SP — CEP: 03.745 — Brasil

● **Figueira Manuel Balanca**

Rua 42, Casa 55 — Bairro Kasseguel — Luanda — Angola

● **Elisa Maria Fogaca**

Rua Tiradentes, S/Nº — Taquara — RS — CEP: 95.600 — Brasil

● **Cutubó Cassamá**

Professor no Liceu Nacional Kwamé N'Krumah — C.P. 237 — Bissau — Guiné-Bissau

● **Sérgio I. Hobbi**

C.P. 447 — Assis — SP — CEP: 19.800 — Brasil

● **Manuel dos Santos Cruz**

Bairro Nelito Soares ou Terra Nova — C.P. 18.532 — Luanda — Angola

● **Rodrigo Colognese**

C.P. 1340 — Caxias do Sul — RS — Brasil

● **José Alves Moraes**

C.P. 6995 — Luanda — Angola

● **Luiz Nakamura**

Av. Alberto Carazzai, 1221 —

Cornélio Procópio — PR —

CEP: 86.300 — Brasil

● **Antônio Manuel Timóteo**

Rua José Falcão, C.P. 39 — Benguela — Angola

● **Denise Nogueira**

Rua da Matriz, 729 ap. 101 — São João de Meriti — RJ — CEP: 25.500 — Brasil

● **Araújo Alberto Timóteo**

a/c de Samuel Filipe — C.P. 571 — Benguela — Angola

● **Poncio Mineiro da Silva**

Rua da Matriz, 729 ap. 202 — São João de Meriti — RJ — CEP: 25.500 — Brasil

● **Arlindo Timóteo Filipe**

C.P. 39 — Benguela — Angola

● **José Renato Franco Pereira**

R. Almirante Cochrane, 77 ap. 302 — Tijuca — RJ — CEP: 20.550 — Brasil

● **Arlinda Melita Timóteo**

a/c de Samuel Sabono — C.P. 571 — Benguela — Angola

● **Olinda Taíbo**

Banco de Moçambique — C.P. 423 —

Maputo — Moçambique

● **Josias Gomes da Silva**

Av. Lauro Sodré, 1555 — Bairro Olaria — Porto Velho — RO — CEP: 78.900 — Brasil

● **Arlete Timóteo**

a/c de Samuel Filipe — C.P. 39 —

Benguela — Angola

● **Mario Fumanga Chapéu**

R. Santo Miguelito, Lote 6 —

Quadra 1 — Duque de Caxias — RJ —

CEP: 25.000 — Brasil

● **Carlos Samuel**

C.P. 39 — Benguela — Angola

● **Orlando Pereira de Mello**

R. Benjamin Constant, 153 — Glória — RJ — CEP: 20.241 — Brasil

Tanzânia e Serra Leoa: sucessões definidas

Os presidentes Siaka Stevens, de Serra Leoa, e Julius Nyerere, da Tanzânia, já têm sucessores virtualmente escolhidos. O comandante da força aérea, Josph Momoh, foi confirmado pelo congresso do partido único APC (All Peoples Congress) para substituir o presidente Siaka Stevens quando deixar o poder em data ainda não determinada. Já o vice-presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, foi escolhido como candidato do partido *Chama Cha Mapinduzi* para as eleições que devem ser realizadas até ao fim deste ano, e que não serão disputadas pelo presidente Julius Nyerere.

Tanto Stevens como Nyerere estão há muito no poder. O

presidente de Serra Leoa governa desde 1968, enquanto o seu colega da Tanzânia está no poder desde 1962. Mas essas são as únicas semelhanças. Stevens chegou ao governo através de um golpe militar de tendência nacionalista, mas com o decorrer dos anos as suas posições tornaram-se cada vez mais conservadoras, a ponto de instalar um regime personalista e autoritário, que deixa ao seu sucessor uma pesada herança de corrupção e desordem económica.

Já Nyerere foi eleito por uma esmagadora maioria de votos e transformou-se depois num dos mais respeitados líderes africanos graças à sua intransigente oposição ao racismo sul-africano.

no, apoio aos movimentos de libertação nacional e defesa de uma via socialista para o desenvolvimento económico do continente negro. A liderança de Nyerere, mais conhecido no seu país pelo nome de Mwalimu (mestre, em suahili), nunca foi contestada na Tanzânia. Ele deixará agora o governo para se dedicar exclusivamente à organização política do partido único *Chama Cha Mapinduzi*.

O provável novo presidente tanzaniano tem 60 anos de idade, foi vice-presidente do governo de Nyerere, onde representava a população da ilha de Zanzibar. A ilha e a parte continental, conhecida anteriormente por Tanganica, uniram-se numa República em 1962. Ao aceitar a indicação, o professor Mwinyi prometeu seguir fielmente a política traçada pelo seu antecessor na busca da implantação de um Estado socialista na Tanzânia.

Em Serra Leoa, o general Josph Momoh foi escolhido como candidato presidencial às próximas eleições, mas a sucessão não será tranquila. O nome escolhido pelo APC conta com o apoio de Stevens, mas nos bastidores do partido e do governo vários políticos lutam por posições de prestígio visando exercer presidências sobre o virtual novo presidente. Há muita gente em Freetown, capital do país, que não acredita numa troca tranquila de presidentes e afirma que a escolha de Momoh é na verdade uma bomba-relógio que pode explodir a qualquer momento. Os principais políticos interessados em posições de força são o vice-presidente Francis Minah e o ministro do Desenvolvimento Jusu Sheriff.



Os presidentes Julius Nyerere da Tanzânia (à esq.) e Siaka Stevens de Serra Leoa (à dir.) já escolheram os seus sucessores. Mas no caso de Serra Leoa a sucessão não deverá ser tranquila

Terceiro Mundo: avanços no comércio e cooperação Sul-Sul

Os países em vias de desenvolvimento, reunidos no final do mês passado em Nova Déli para uma conferência de ministros, tomaram uma importante iniciativa para fortalecer a cooperação económica Sul-Sul.

Representantes de 71 países aprovaram nessa ocasião, por aclamação, um programa para criar um Sistema Global Generalizado de Preferências Comerciais (SGPC) para aumentar o intercâmbio entre os países do Terceiro Mundo. Houve consenso nas delegações participantes no sentido de que um programa dessa natureza é fundamental para uma eficaz cooperação e ajuda mútua entre os países pobres. A primeira fase das negociações do SGPC será completa da no dia 1 de Maio de 1987.

A fim de facilitar aos países interessados a obtenção dos seus objectivos comerciais, dever-se-á estabelecer uma plataforma básica com as normas fundamentais que estará pronta antes do final do corrente ano. As técnicas e modalidades das negociações serão estabelecidas em finais de Dezembro próximo e o plano de negociações antes de 28 de Fevereiro de 1986.

Entre as recomendações aprovadas na conferência destaca-se

uma redução geral de 10% nas tarifas de importação. Foi igualmente decidido dar prioridade aos sectores de maior importância socioeconómica para os países membros, que incluem os produtos tropicais processados, os artesanatos não-têxteis, os têxteis e os produtos agrícolas. A Arábia Saudita expressou o seu interesse em incluir o petróleo nesta categoria.

entre as nações do Terceiro Mundo menos e mais desenvolvidas. Os países em vias de desenvolvimento absorvem mais de 30% das exportações dos países industrializados, mas a sua capacidade futura dependerá da aceleração do seu próprio desenvolvimento e das perspectivas de exportação. Os participantes à conferência concordaram quanto à necessidade de aumentar os saldos favoráveis das respectivas balanças comerciais.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 23 países participantes exortaram os Estados desenvolvidos a estimular a coope-



Os países em vias de desenvolvimento tomam medidas para desenvolver a cooperação Sul-Sul

Em princípio, as obrigações surgidas do SGPC não seriam incompatíveis com os compromissos já assumidos pelos países participantes em organizações a nível regional. A conferência realçou que os países em vias de desenvolvimento devem ter um especial cuidado em evitar que as desigualdades que enfrentam nas suas relações Norte-Sul ressurjam

ração económica internacional e a demonstrar a vontade política de dar uma solução duradoura aos problemas do comércio e desenvolvimento com os países do Terceiro Mundo. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Olavo Setúbal, ofereceu o seu país como sede da próxima reunião ministerial, o que foi aceite pelos participantes.

Lesoto: eleições canceladas

A retirada de todos os candidatos oposicionistas às eleições de Setembro levou o primeiro-ministro Lebua Jonathan a cancelar a realização do acto eleitoral, que seria o primeiro desde o golpe de 1970. Na ocasião os partidos de oposição ganharam as eleições legislativas, mas não puderam assumir o po-

der porque Jonathan dissolveu o parlamento e passou a governar apenas com o seu partido, o BNP (Partido Nacional de Basotho).

Em 1970, o Partido do Congresso (BCP) a principal força política oposicionista, tinha uma posição de esquerda. Mas posteriormente o BCP mudou de posições e o seu líder Ntsu Mokhele aproximou-se da Áfri-

ca do Sul, quanto Jonathan intensificou os laços com os governos anti-racistas de Moçambique, Zimbabwe e Tanzânia. A desistência dos oposicionistas em concorrer às eleições de Setembro constitui-se num boicote aberto ao governo de Lebua Jonathan e numa demonstração de que o BCP continuará a pressionar visando a desestabilização do país.

O ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA PERMITE-LHE ALCANÇAR UMA BOA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Somam já mais de 80 000 os homens e mulheres que, conscientes da necessidade de progredir profissionalmente, estudaram e estudam os cursos técnico-profissionais do CETOP.

Estes cursos possibilitam a qualquer pessoa adquirir conhecimentos teóricos e práticos para, com bases sólidas, se candidatar a qualquer profissão ou, se já a possuir, alcançar uma promoção mercê da qualificação conseguida através dos estudos.

Eis, pois, ao seu alcance a possibilidade de, com o estudo de um curso CETOP, conseguir também um futuro melhor.

Escolha o curso do seu interesse e preencha, recorte e envie-nos o cupão abaixo. Na volta do correio receberá grátis todas as informações sem qualquer compromisso da sua parte.

DESENHO E ARTES

- Desenhador Industrial
- Desenhador de Construção Civil
- Decoração
- Desenho Artístico

AUTOMÓVEIS E MOTORES

- Mecânico de Automóveis
- Mecânico de Motores Diesel
- Electricidade do Automóvel
- Localização de Avarias no Automóvel

ELECTRICIDADE

- Electricista Principal
- Instalador Electricista

CULTURA GERAL

- Português
- Inglês «Cetophone»
- Básico de Psicologia

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Secretariado Geral
- Secretariado de Administração
- Contabilidade

MECÂNICA GERAL

- Mestre Torneiro
- Soldador
- Técnico Mecânico

HIGIENE E SAÚDE

- Puericultura

CORTE E CONFECÇÃO

- Corte Moderno

CONSTRUÇÃO E MÓVEIS

- Encarregado de Construção Civil

CETOP

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL À DISTÂNCIA
Apartado 7 • 2726 MEM MARTINS CODEX
Telefone 926 3247

Ref. 37TMS

Sr. Director: desejo que me envie, com a maior brevidade possível, informações GRÁTIS e sem compromisso sobre o Curso ou Cursos de: _____

Nome _____ Idade _____

Morada _____ Telefone _____

C. Postal _____ Localidade _____ Profissão _____



Chile: o rosto do medo

“O Chile continua a ter medo. Um medo que nos faz viver entre reprimidos e sufocados”, confessa no começo do seu livro “Medo no Chile” a jornalista Patricia Politzer. A obra, que tem tido um explicável sucesso de vendas nesse país, consiste numa série de entrevistas abrangendo homens e mulheres que, tanto na oposição como nas fileiras do governo, viveram estes 11 anos de governo militar do general Augusto Pinochet.

Patricia Politzer, colunista da revista *Hoy* conta que quando começou a escrever o livro, em 1983, percebeu que “a ditadura é muito mais do que a repressão brutal ou a falta de expressão política. É algo que está ali, dia após dia, ano após ano, impregnando tudo até invadir o mais íntimo do ser humano”.

“À medida que o tempo passava”, explica a escritora, “fui cavando no coração de pessoas tão heterogêneas como um sacerdote, um militar, um militante comunista e um empregado bancário e comecei a perceber que o medo era um elemento comum a quase todos”. Em alguns era o medo dos militares, em outros da demissão, da pobreza, da delação, da repressão, do caos, da violência, do terrorismo, do marxismo.

As suas histórias, tão diferentes como pode ser a vivência de um *Chicago boy* (economistas e executivos que aplicaram no Chile as receitas econômicas neoliberais), de um mineiro de cobre, de uma voluntária da governamental Secretaria Nacional da Mulher ou da mãe de um desaparecido.

Várias são as mulheres cujos testemunhos foram recolhidos para o livro. Blanca Valderas, uma humilde habitante de um minicípio sulista do qual foi

presidente durante o governo de Salvador Allende, foi “fuzilada” e lançada a um rio juntamente com o seu marido por militares. Enquanto ele morreu afogado, Blanca conseguiu salvar-se e viveu escondida por muito tempo sem poder ver os seus filhos e o resto da sua família.

ção dos filhos, a fome e a solidão. Apesar de tudo, como conta no seu testemunho, Raquel continua inteira.

Graciela Pérez, por sua vez, é uma dona-de-casa de um bairro pobre de Santiago que sente que os trabalhadores estão “pobres, famintos e iludidos”, mas continua a lutar com a sua máquina de costura, a única arma de que dispõe, para assegurar a sobrevivência da família depois que ficou desempregada. A sua visão do Chile de hoje é como-



O Chile de Pinochet: “a ditadura é mais do que a repressão brutal”



Em Setembro de 1973, Raquel — cujo nome de família não foi revelado por medo de represálias — foi perseguida, detida, torturada e sofreu depois o exílio, a volta, o desemprego, os problemas conjugais, a sepa-

vedora: “estes foram os piores anos da minha vida. Do jeito que está o país, vejo tudo muito negro. Acho que a democracia é boa, porque agora não temos direito a falar nem a expressar o que sentimos”.

“Projecto Gibons”: uma nova arma proteccionista dos Estados Unidos

□ No âmbito de uma criticada estratégia de políticas proteccionistas, os Estados Unidos procuram actualmente um *record* difícil de superar em termos ideológicos e práticos: estabelecer, através da lei, que os recursos controlados pelos Estados passem a constituir subsídios encobertos.

Como consequência desta concepção, todas as manufacturas exportadas pelos países que utilizem esses recursos estatais disfrutarão de “vantagens indevidas” e ficarão sujeitas a impostos ou sanções. Este é basicamente o espírito do chamado “Projecto Gibons” que tramita aceleradamente nas comissões da Câmara dos Representantes e do Senado dos Estados Unidos.

As informações que vieram à luz sobre este projecto foram suficientes para provocar alarme nos meios empresariais e gover-

namentais dos países em vias de desenvolvimento. Uma primeira reacção foi a de Alfredo Gutiérrez Krichner, representante da Petróleos Mexicanos (PEMEX) em Washington, que declarou: “a ideia de equiparar os subsídios com os recursos naturais controlados pelos Estados, entre eles os energéticos, é algo monstruoso e a sua transformação em lei solaparia todo o sistema do comércio mundial”.

O controverso projecto já foi aprovado pelo Comité de Recursos e Procedimentos da Câmara dos Representantes no último mês de Abril.

A nível da América Latina, os países mais prejudicados por esta futura lei proteccionista seriam aqueles em que o Estado controla total ou parcialmente os recursos naturais que participem na elaboração de mercadorias destinadas à exportação. No caso do

México, a medida afectaria o petróleo, o gás natural e a electricidade, que são controlados na sua totalidade pelo Estado e a indústria do aço que é produzido em 60% por um complexo siderúrgico estatal. Este é também o caso do petróleo e do aço da Venezuela, do carvão mineral da Colômbia e do petróleo do Brasil, por exemplo.

Em 1984, as exportações globais da América Latina ascendem a 94.800 milhões de dólares, segundo estimativas da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL). De acordo com números em poder do Banco Inter-American de Desenvolvimento (BID), as vendas dos países latino-americanos aos Estados Unidos totalizaram 35% desse valor.

As políticas proteccionistas das corporações siderúrgicas dos Estados Unidos significaram para o México, por exemplo, uma redução das suas exportações de aço de cerca de 450.000 toneladas em 1984, para apenas 265.000 toneladas a partir de Janeiro de 1985, por um prazo de cinco anos.

Guatemala: surge uma nova organização guerrilheira

□ Um novo grupo guerrilheiro surgiu na Guatemala, segundo um comunicado difundido clandestinamente aos meios de comunicação social. A organização, denominada Comandos Guerrilheiros do Povo (CGP), afirma que a sua luta visa “pôr fim à exploração, à repressão e à miséria que são cada dia mais insuportáveis” nesse país centro-americano.

O novo grupo assumiu a responsabilidade pelo ataque que causou a morte de dois membros da polícia motorizada, que — segundo os CGP — “são elementos ao serviço da repressão”.

Na Guatemala funcionam há

vários anos quatro organizações guerrilheiras reunidas na Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que agrupa o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (ORPA), as Forças Armadas Rebeldes (FAR) e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), denominação local do Partido Comunista.

O novo grupo rebelde reconhece a acção das demais organizações rebeldes de esquerda, pois faz referência na sua declaração à luta que o povo trava “liderado pelas suas organizações revolucionárias”.

Pelo seu lado, os Estados Uni-

dos estão dispostos a conceder “um alto e seguro nível de ajuda” à Guatemala, conforme anunciou o secretário do Tesouro norte-americano James Baker, já que esse país, segundo ele “mostrou ao mundo que tem uma grande prioridade: a democracia”. O secretário do Tesouro da administração Reagan assegurou que o governo dos Estados Unidos não favorecerá nenhum partido nas próximas eleições.

Durante a década de 70 e no início da actual, a ajuda financeira dos Estados Unidos à Guatemala oscilou entre os 13 e os 16 milhões de dólares anuais. Esta cifra foi aumentada a partir de 1983, dados os “progressos quanto ao respeito dos direitos humanos” nesse país centro-americano, segundo justificou a administração norte-americana.



icosal

terracos do jamor

Há **25 anos** que respondemos à sua exigência de uma vida de qualidade. Em Queluz, no Parque Residencial Terraços do Jamor, são mais de 1 000 os fogos já construídos e vendidos, dos cerca de 3 000 a levar a cabo. A Icosal não se limita a vender casas, mas todo um estilo de vida. Habitações funcionais, integradas num espaço urbanístico muito cuidado, para quem deseja viver com a acessibilidade das infraestruturas de uma grande cidade sem os inconvenientes inerentes a ela, e mesmo junto das prestigiadas zonas turísticas de Sintra e Estoril.

A inclusão da Icosal no universo empresarial do IPE, constitui garantia de idoneidade e seriedade de processos de que nos orgulhamos.

Os **25 anos** de experiência da **Icosal**, a qualidade dos seus técnicos, da sua construção e a segurança que oferece, fizeram do Parque Residencial **Terraços do Jamor** um empreendimento exemplar no contexto nacional.

Dispomos de vasta gama de apartamentos que vai desde os T2 até aos T5 (3 a 6 assoalhadas).

Aguardamo-lo no nosso Centro de Vendas. Temos novas modalidades - ÚNICAS NO PAÍS - para a aquisição de apartamentos.

icosal

Sociedade de Investimentos e Construções, S.A.R.L.

CENTRO DE VENDAS - "Terraços do Jamor" - Av. Capitão António Gomes Rocha

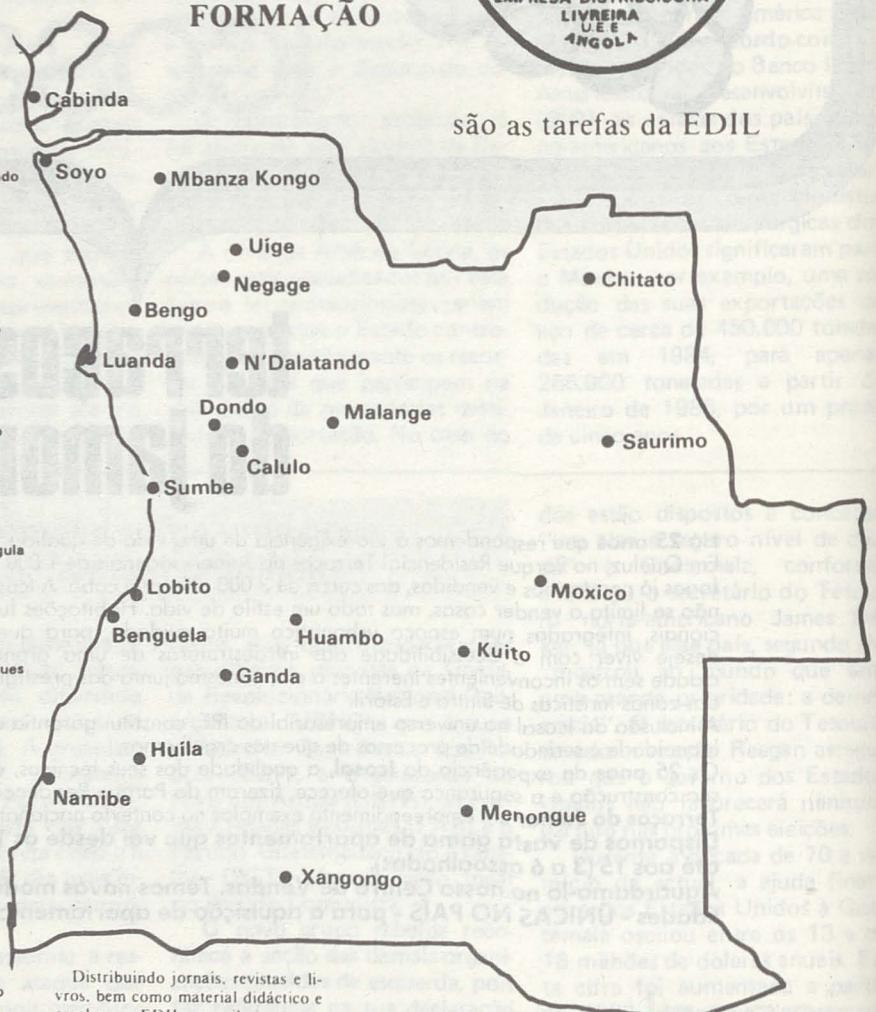
Queluz Ocidental - Telefone 43713 54- (Aberto todos os dias incluindo sábados e domingos)

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONGO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Aníbal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutuíma
- NEGAGE
Livraria Saidy Minges
- SOYO
Livraria Lundogi
- UÍGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Apartheid: a hora da solidariedade mundial

A rebelião da maioria negra contra o regime racista de Pretória representa um salto qualitativo na resistência popular contra o *apartheid* e antecipa que, mais cedo ou mais tarde, custe o que custar, a luta pela igualdade racial na África do Sul alcançará os seus objectivos. A resistência contra o racismo no país é tão antiga quanto a segregação e registou no decorrer dos anos altos e baixos típicos de um processo desta natureza. Mas os factos indicam que ocorreu uma acumulação de forças e um amadurecimento político dentro do movimento. Isto explica a resposta em massa aos apelos da vanguarda contra o *apartheid* materializada no Congresso Nacional Africano (ANC) para intensificar todas as formas de luta contra o regime e pela continuação da resistência popular, apesar da duríssima e cruel resposta do governo de P.W. Botha. Se por um lado levarmos em consideração o número incontável de mortos e feridos, e por outro a intensidade e duração dos protestos da maioria negra em todo o país chega-se à conclusão clara de que os oprimidos alcançaram um elevado grau de consciência política e decidiram que não tendo mais nada a perder, senão as correntes da submissão, lutarão até alcançar a liberdade.

Os prudentes e moderados, na África do Sul e no Ocidente, dissociam-se da violência no momento em que o Estado opressor a usa brutalmente contra a população negra. São estes mesmos moderados que depois de descrever o poderio militar de Pretória, chegam à conclusão de que o regime do *apartheid* não poderá ser derrotado por um povo desarmado. A afirmação é exacta mas deslocada. O dilema dos negros foi exposto de forma lúcida pelo líder do ANC, Nelson Mandela, ao recusar a renúncia ao uso da violência como condição para ser libertado.

"O nosso programa — afirmou Mandela da sua cela na prisão de Pollsmoor — é claro: uma África do Sul unida, um parlamento único, um voto igual para todos. E os brancos? Em contraste com os europeus de outras partes da África, os sul-africanos brancos pertencem a este país. Estão na sua própria casa, mas devem dividir o poder com os negros. Usaremos, sim, a violência na medida em que não houver outra alternativa. É certo que o poderio militar branco é enorme, mas nós podemos fazer a vida dos europeus impossível neste país".

E é o que está a acontecer. A resistência

Editorial

materializou-se em acção, num momento em que a economia sul-africana se encontra numa crise profunda. Como o modelo económico é capitalista, para que ele sobreviva à crise é necessária a estabilidade interna e a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, capazes de fornecer o capital necessário para a recuperação da produção industrial. Igualmente é essencial a disciplina dos trabalhadores negros, submetidos a um regime de baixos salários, especialmente em relação aos seus homólogos brancos. São estes baixíssimos salários pagos aos operários africanos que fornecem lucros altíssimos aos investidores, sempre que o regime do *apartheid* funciona sem sobressaltos.

A rebelião negra converteu no entanto a economia sul-africana num atoleiro que assusta os capitais estrangeiros, desvalorizou a moeda nacional e estremeceu as relações entre Pretória e as potências ocidentais capazes de fornecer as divisas, hoje mais necessárias do que nunca. A resistência dos africanos manifesta-se em todas as frentes: nas fábricas e nas minas, nas greves estudantis contra o sistema educacional discriminatório, nas represálias contra a polícia e os informadores negros e no boicote às lojas comerciais de brancos. Para tentar acabar com esta resistência múltipla, o regime de Pretória levou ao extremo as medidas repressivas, mas sem obter resultados. Poderia dizer-se que de alguma forma a eficácia das armas e das granadas de gás lacrimogénio foi menor do que as tentativas do governo de aguçar os choques entre negros e indianos, através da omissão policial.

Mas este recurso de lançar o germe do divisionismo entre comunidades que deveriam lutar juntas contra o inimigo comum, revelou

na realidade um gesto de desespero que agravou a instabilidade sócioeconómica. Nestas condições e diante da necessidade de aumentar os recursos destinados ao aparato policial-militar, não surge outra perspectiva imediata ou futura senão a continuação e aprofundamento da crise. A resistência popular tem mostrado aos dominadores brancos que o *apartheid* não continuará a ser um bom negócio. E que se a estrutura do poder racista não for substancialmente reformada, o movimento de rebeldia da população debilitará e destruirá as bases materiais do sistema. Que a vida dos brancos pode ficar impossível, como prometeu Mandela. Foi isto que ficou claro na África do Sul, depois dos confrontos das últimas semanas. O governo sabe que a repressão pura e simples não é suficiente para que a tormenta diminua. Que haverá necessidade de mostrar uma face reformista tentando dividir a comunidade negra e acalmar os interlocutores brancos ocidentais, pagando para isso o menor preço possível. Em resumo, o governo de Botha tentará negociar condições e mudanças superficiais no *apartheid*. Mas essa tentativa está destinada ao fracasso. Se é verdade que a resistência contra o racismo deu um salto qualitativo, contando inclusive com o apoio de brancos liberais, ela não será travada apenas por reformas de fachada. O que estas manobras podem fazer no máximo é ganhar tempo para o regime racista. Um dos aspectos principais desta resistência, que não seria retórico classificar de heróica, está no facto de que ela tem sido travada com um amplo espírito de solidariedade. Costuma dizer-se que os povos devem contar basicamente com as suas próprias forças para alcançar a sua libertação. Isto no fundamental é certo, mas não isenta a

comunidade internacional e cada um dos seus integrantes da obrigação de assumir responsabilidades. O racismo não é um assunto interno da África do Sul. É um escândalo que afronta a humanidade. Ninguém pode declarar-se alheio ou indiferente diante da privação dos direitos elementares de uma maioria e do prolongamento da escravatura num *status sui generis*.

O regime sul-africano é uma consequência do colonialismo europeu. O monopólio do governo e do poder pela minoria branca está em contradição flagrante com o sistema democrático liberal das potências capitalistas do ocidente, ou melhor dito, da Aliança Atlântica. Assim, se estas fossem coerentes consigo mesmas, deveriam isolar Pretória, influir e pressionar a favor da liquidação das estruturas segregacionistas.

Existem sem dúvida forças progressistas no Ocidente que repudiam o racismo, bem como alguns governos, como os da França e da Suécia, que suspenderam relações económicas com Pretória e estão dispostos a integrar uma acção internacional para forçar a eliminação do *apartheid*. Mas no seu conjunto, as potências ocidentais, sob a liderança dos Estados Unidos, mantêm boas relações com o governo racista de Botha, o que as torna co-responsáveis pelos sofrimentos da maioria negra da África do Sul. Washington considera a África do Sul como um ponto-chave da estratégia de contenção do "perigo comunista" em África, estabelecendo por isso uma aliança que reforça o *apartheid*. No plano económico, as nações industrializadas do Ocidente consideram Pretória um interlocutor valioso, que fornece matérias-primas estratégicas e um bom mercado para os seus produtos. Todas as

condenações verbais feitas sem sanções económicas simultâneas não foram suficientes para disfarçar a cumplicidade com o regime racista. A afirmação de que as sanções não servem para nada e agravariam a situação dos negros sul-africanos, não passa de uma hipocrisia que não corresponde à verdade, nem ao desejo das comunidades oprimidas, e atende apenas à satisfação de interesses económicos.

Numa estrutura como esta, a reacção elementar de solidariedade poderia ter forçado mudanças reais no sistema do *apartheid*. Se a resistência interna aprofundou a crise económica, a adopção de sanções pela colectividade mundial conforme pediu a França, seguramente colocaria o regime em xeque. A falta de uma resposta internacional firme e unânime dá ao regime de Botha ar para respirar e permite-lhe ganhar tempo, o que significará mais sofrimento e mais sangue derramado. O que não deveria ser permitido. Em relação ao *apartheid*, as forças que se podem mobilizar para exigir uma mudança de posição dos governos que resistem às sanções não se limitam àquelas englobadas dentro da classificação de progressistas. O campo é bem mais amplo e inclui por exemplo sectores religiosos, movimentos humanistas, organizações sociais e políticas pluralistas. Se estas forças se mobilizarem unitariamente por uma causa universal como a da igualdade racial, será possível dobrar o regime de minoria branca. É esta a tarefa do momento: a solidariedade efectiva com o povo sul-africano na sua luta contra a segregação. O dilema é simples, transparente e não admite posições intermédias: ou se está contra o racismo, ou se está a favor. Os que se desinteressam ou vacilam, actuam também, por omissão, a favor do racismo.

Vietname hoje

seus esforços para transformar o país em uma nação industrializada. A estratégia é centrada na exportação de produtos agrícolas e manufaturados, com o objetivo de diversificar a economia e reduzir a dependência do setor agrícola. O governo também está investindo em infraestrutura, educação e saúde para melhorar a qualidade de vida da população. Apesar das dificuldades enfrentadas, o Vietname continua a se desenvolver e a mostrar um futuro promissor.



O grupo de crianças na foto é da escola primária que o autor frequentou quando era menino.



Em 1951, a soberania da República Democrática do Vietname limitava-se ao santuário do Viet Bac, na região noroeste, junto da fronteira chinesa. O poder colonial francês parecia invencível e os seus generais enviavam solenes e peremptórias mensagens para Paris anunciando a próxima vitória final sobre os mal equipados e mal armados guerrilheiros do Viet Minh. Nesse contexto, a frase proferida por Ho Chi Minh na altura, passou totalmente desapercebida ou foi interpretada como mais uma incentiva de propaganda: «Riem do gafanhoto que dás patadas ao elefante? Esperem! Amanhã o paquiderme perderá a sua pele...» O colonialismo francês desprezou o «gafanhoto» e teve o destino que é conhecido. Seguiu-se-lhe outro «paquiderme» muito mais poderoso que despejou sobre o Vietname o triplo da tonelagem de bombas utilizadas em toda a Segunda Guerra Mundial. Mas se os Estados Unidos não «perderam a pele», receberam pelo menos, uma «patada» cujas marcas ainda não se apagaram definitivamente. Apesar das tentativas de Reagan para recuperar o «ego nacionalista», a «síndrome do Vietname» é uma das barreiras à sua política intervencionista noutras regiões do globo.

Hoje, o Vietname vive em paz relativa e é um país pobre em via de desenvolvimento. As feridas da guerra vão-se fechando, pouco a pouco, mas não deixam de influenciar, profundamente, o quotidiano político, económico, social e até mental dos vietnamitas.

Esta situação faz deste país, e de toda a Indochina, um «puzzle» difícil de entender para um repórter estrangeiro que o visita pela primeira vez. Em termos profissionais, percorrer o Vietname dez anos depois do desmoronamento do regime de Van Thieu e da reunificação do país, é sentir que se chegou muito tarde. É desejar o impossível. É querer ter acompanhado na década de sessenta Wilfred Burchett nas suas reportagens através das zonas do sul controladas pela FNL. É lamentar não ter assistido em Hanói aos doze dias do Natal de 1972, quando 23 bombardeiros estratégicos B-52 foram abatidos nos céus da capital. É não ter sido testemunha de fulgurante «Campanha da Primavera» de 1975 de 55 dias (a exacta duração da ofensiva contra os franceses que culminou, em 1954, na vitória de Dien Bien Phu) quando o próprio general Vo Nguyen Giap, o estratega máximo das guerras vietnamitas das últimas décadas, previa a conquista de Saigon para alguns meses mais tarde.

Seja como fôr, nas páginas desta reportagem segue-se uma abordagem — forçosamente limitada — da realidade e da história recente do Vietname. Não é mais que um alinhamento de números e factos que possam permitir ao leitor uma imagem aproximada do que é o Vietname «dez anos depois».

Carlos Pinto Santos

As cicatrizes da guerra

PROCURAR entender a realidade vietnamita em 1985 é coisa impossível se não se tiver sempre presente — qualquer que seja o aspecto do país ou das suas gentes, que se tente retratar — as dimensões do cataclismo que abalou esta nação ao longo de duas décadas.

Vinte e um anos foram necessários para que cinco presidentes e várias vagas de generais norte-americanos fossem postos diante de uma evidência que recusavam aceitar: a derrota da maior potência económica e militar do planeta infligida por um povo pobre e de aparência frágil. Diga-se em abono da Casa Branca e do Pentágono que não eram os únicos incrédulos. O mundo compartilhou com ele durante muitos anos, a certeza de que os Estados Unidos da América eram demasiado poderosos para serem vencidos por um "pequeno povo de camponeses comedores de arroz".

Dessa incredulidade exceptuavam-se os vietnamitas. Porque também eles tinham certezas.

Sabiam que ao longo dos séculos haviam defrontado as maiores potências da época acabando sempre por as repelir para lá das fronteiras do seu território.

Expulsaram, no século IX, os chineses no tempo da grande expansão do império Han, ao fim de um milénio de ocupação que ficou assinalado por dezenas de rebeliões vietnamitas, muitas com vitórias provisórias. Venceram os *chams* nos séculos XI e XII. Rechaçaram os mongóis de Genghis Khan e do seu neto Kublai Khan no século XIII, quando eles eram senhores de quase todo o mundo. Repeliram, de novo, os chineses das dinastias Ming e Ching nos séculos XV e XVIII, respectivamente. Ainda no século XVIII saíram vitoriosos dos khmers.

Com paciência e dedicação, os vietnamitas reconstruem a economia do país atendendo às necessidades básicas da população e aos imperativos do desenvolvimento

1941 é a luta contra os japoneses vencedores e substitutos dos franceses na Indochina. Nesse ano, Ho Chi Minh funda o Viet Minh (Liga para a Independência), organiza a guerrilha, lidera a insurreição geral contra os novos invasores e a independência do Vietname é proclamada a 2 de Setembro de 1945, em Hanói.

Ho Chi Minh declara nova insurreição geral (19 de Dezembro de 1946) desta vez contra os antigos colonizadores, regressados no final da Segunda Guerra Mundial. Segue-se uma guerra de oito anos até que, em 7 de Maio de 1954, os franceses são esmagados em Dien Bien Phu, na maior batalha perdida por um exército colonial europeu.

Saem os europeus de cena, entram confiantes os norte-americanos, que nos últimos anos já cobriam 78,25% dos gastos militares do aliado francês.

Atirar o Vietname para a Idade da Pedra

Muito ricos, os Estados Unidos não olharam a despesas e tudo fizeram para vencer uma guerra onde, à partida, havia uma proporção de um para um milhão. Desde 1945 até ao dia 29 de Abril de 1975 (quando o embaixador Graham Martin saiu apressadamente de Saigão num helicóptero *Polly Green Giant* apanhado no telhado da embaixada),

gastaram 150 mil milhões de dólares, porque consideravam o Vietname "de uma importância decisiva para a posição dos EUA no sudeste asiático" (J. Foster Dulles, secretário de Estado). Por terem acreditado superar a obstinação dos seus adversários, cuja história

A derrota dos franceses em Dien Bien Phu: nove mil prisioneiros, entre os quais o próprio comandante De Castries



menosprezaram, lançaram sobre o Vietname 15 milhões de toneladas de bombas e granadas, isto é, mais de três vezes a tonelagem utilizada em toda a Segunda Guerra Mundial. Usaram a capacidade integral da tecnologia mais avançada do planeta para vencer uma guerra onde nada pouparam e a tudo recorreram, excepto às armas nucleares¹. Tentaram reduzir o Vietname a nada, ameaçando com o apocalipse: "digam aos vietnamitas para meterem os cornos para dentro, ou nós atiramo-los para a Idade da Pedra" (general Curtis Lemay, Maio de 1964).

O Vietname não foi remetido à Idade da Pedra, conforme os designios do general, mas era um imenso campo de ruínas quando a guerra acabou:

— No Vietname do Norte, os aviões dos EUA destruíram 70% das aldeias e bombardearam todas as cidades, algumas das quais (Vinh, Hong Gai, Dong Hoi, Phu Ly) foram totalmente arrasadas;

— Todas as instalações industriais do norte foram atingidas. Durante os bombardeamentos do "Natal de Nixon" (1972), 70 a 80% do potencial industrial do norte foi destruído;

— Todas as pontes do país foram abatidas, as estradas e as linhas férreas bombardeadas várias vezes;

— 1.600 instalações de hidráulica agrícola, que irrigavam centenas de milhares de hectares, e mais de 1.000 diques de protecção contra as inundações e a invasão das águas marinhas nos arrozais, foram destruídos;

— Todas as barragens do norte foram danificadas;

— 3.000 escolas e faculdades, 350 hospitais, 1.500 enfermarias e maternidades de aldeia arrasadas (2.500 doentes da leprosaria de Quynh Lap mortos pelas bombas de fósforo);

— 9.000 das 15.000 aldeias do sul foram parcial ou totalmente devastadas;

— 10 milhões de camponeses do sul foram urbanizados à força ou confinados nas "aldeias estratégicas" (mais tarde baptizadas "aldeias da vida nova");

— A população urbana passou de 10% em 1960 para 65% no fim da guerra, enquanto a população rural se reduziu de 85% para 35% (Saigão que na

época da colonização francesa não ia além de meio milhão de habitantes ultrapassou os 4,5 milhões na "era americana");

— Na data da reunificação do país havia no sul mais de três milhões de desempregados, 4 milhões de analfabetos, 1,2 milhão de antigos soldados, oficiais e polícias de Thieu desmobilizados, um milhão de tuberculosos, 360.000 mutilados de guerra, um milhão de viúvas, 800.000 orfãos, centenas de milhares de prostitutas, drogados, mendigos e crianças abandonadas (70 mil, 50 mil,



O então vice-presidente norte-americano Richard Nixon visita as fortificações de Dien Bien Phu, em Fevereiro de 1953

10 mil e 15 mil, só em Saigão, respectivamente), dezenas de milhares de delinquentes (número que aumentou sensivelmente com a desmobilização do exército de Saigão), um quarto da população de Saigão com doenças venéreas, focos de cólera nos bairros mais miseráveis da cidade;

— 10 milhões de hectares (mais do que a superfície de Portugal) de terras de cultivo inutilizadas em todo o país, cinco milhões de hectares de florestas fumigadas a querosene e em seguida queimadas a napalm; um milhão de búfalos e bois mortos;

— 25 milhões de crateras de bombas; etc.

No fim do conflito, segundo estimativas norte-americanas, as minas e as bombas enterradas que não explodiram poderão ir até 300.000 toneladas. Milhões desses engenhos foram detectados com simples varas de aço e desactivados, mas calcula-se haver ainda cerca de 7,7 milhões não localizados.

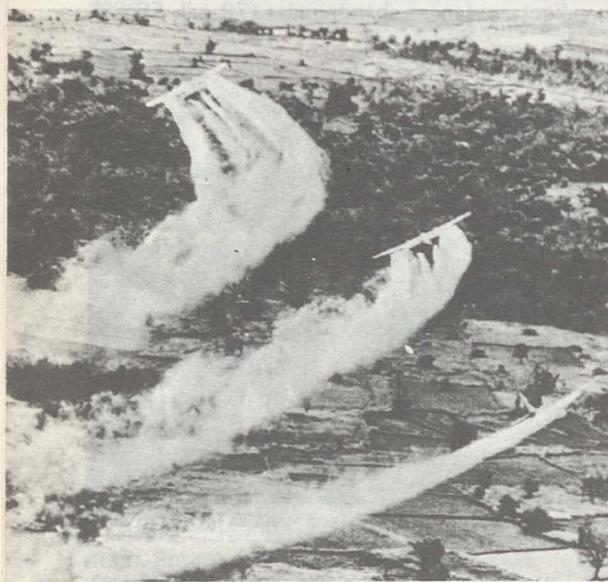
170 quilos de dioxina

Dez anos depois, os bombardeamentos norte-americanos continuam a fazer vítimas. Nas quatro cooperativas que visitámos, tinham-se dado acidentes recentes (três a cinco semanas antes), com camponeses e crianças guardadoras de búfalos a saltar

¹ Numa entrevista dada à revista *TIME* em Julho último, o antigo presidente Richard Nixon afirmou que durante o seu mandato considerou a hipótese de utilizar a bomba nuclear em quatro ocasiões, uma das quais no Vietname. Segundo declarou o presidente do Watergate, o que o impediu de desferir o golpe atómico foi a previsão da morte de um milhão de civis.

rem sobre uma bomba ou uma mina anti-pessoal e a perderem braços, pernas e, num caso, a vida.

De 1975 a 1978, só a província de Quang Nam-Danang contou 3.700 mortos e feridos; na província norte desta, Binh Tri Thien, houve desde o final da guerra, cerca de 3.000 mortos; no distrito de Trieu Phong (antiga província de Quang Tri) registaram-se, num ano, 750 mortos, sem contar os feridos. A lista é demasiado extensa para ser referida.



Aviões norte-americanos lançam desfolhantes: dez milhões de hectares de terras de cultivo inutilizados

A guerra química, desencadeada pela administração Kennedy sobre o Vietname do Sul, a partir de 1961, também mantém as suas terríveis consequências até hoje.

Num estudo publicado em 1982, o biólogo norte-americano, Arthur H. Westing, avaliou em 57 milhões de quilos o total de "agente laranja" despejado no sul do país pela aviação dos EUA. A esta quantidade correspondem 170 quilos de dioxina, cerca de 70% do total que se calcula existir no mundo deste veneno, duas mil vezes mais forte que o cianeto. Outro estudo recentemente elaborado pelo governo vietnamita com a assistência da Suécia e da União Internacional para a Conservação da Natureza indica que 1,7 milhão de hectares de antigas terras de cultivo estão, em 1985, ainda improdutivas em consequência da dioxina que receberam.

É com esta pesada herança que os vietnamitas estão a viver. Uma década de paz é pouco para a superar. Além do mais, uma paz muito relativa com a intervenção no Kampuchea, a invasão chinesa de 1979 e o subsequente estado de tensão

20 - terceiro mundo

e escaramuças na fronteira do norte mantido até hoje, o cerco militar da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e o boicote económico promovido pelos Estados Unidos.

Em 1985, o Vietname tem indicadores desfavoráveis nos domínios da superfície agrícola disponível e populacional.

Menos de um terço do total da sua superfície (329.600 km²) são terras de aptidão agrícola, e desses 10 milhões de hectares, apenas 7 milhões estão cultivados; os restantes 3 milhões encontram-se cobertos por florestas não exploradas e terras tornadas estériles pelos produtos químicos, algumas de improvável recuperação.

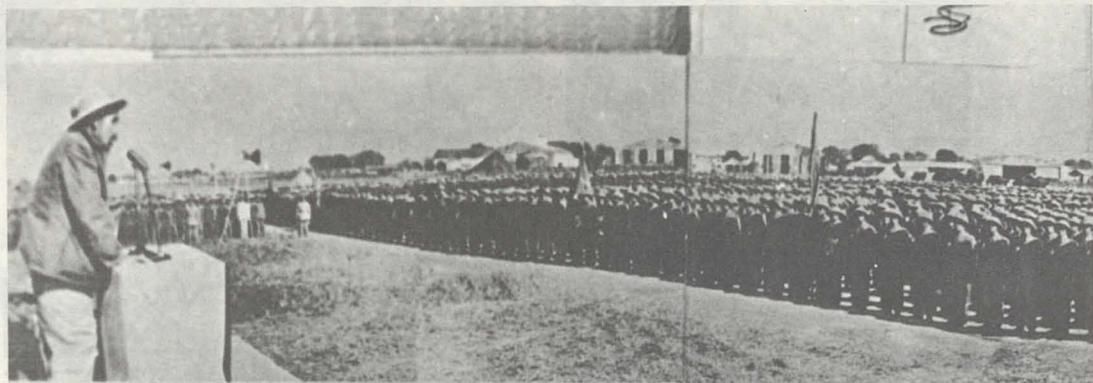
Com uma população próxima dos sessenta milhões, o país tem uma taxa de crescimento de 2,3%, ou seja, em cada ano os vietnamitas aumentam um milhão e meio. Uma densidade populacional das mais elevadas do mundo, que chega a ultrapassar, em regiões como os deltas do Rio Vermelho e do Mekong, os 1.500 habitantes por quilómetro quadrado.

A diminuição da taxa de crescimento demográfico é vital para qualquer país em fuga do subdesenvolvimento e a meta a atingir no Vietname é a redução dos actuais 2,3%, para 1,5%, antes do fim do século.

Com o apoio da FNUAP (Fundo das Nações Unidas para as Actividades em Matéria de População), as autoridades promovem o planeamento familiar. Encorajam a prática da contracepção e da esterilização, recorrendo a prémios monetários. Assim, por exemplo, na região da Cidade de Ho Chi Minh, uma mulher ou um homem que se esteriliza pelo método de vasectomia, recebe 500 dongs e a colocação de um aparelho intra-uterino vale 50 dongs. Por outro lado, o aborto artificial até aos três meses de gravidez (depois deste período só é praticado quando a saúde da mulher corre perigo) é muito facilitado em todos os hospitais e maternidades do país, acompanhado com um prémio de 100 dongs.

A opinião da UNICEF

Antes de visitarmos o Vietname, lermos no diário francês *Le Monde* e no semanário português *Expresso*, que a ração alimentar dos vietnamitas era inferior aos índices de Madagascar e do Uganda, que a mortalidade infantil seria de 100 por mil e que o rendimento *per capita* não ultrapassava os 100 dólares por habitante. Este último dado colocava o Vietname entre os vinte países mais pobres do mundo. No entanto, o *New York Times* afirmava, em Março deste ano, que a ração alimentar da Cidade de Ho Chi Minh, tinha triplicado em dez anos e a *Newsweek* citava dados da CIA que indicavam um rendimento *per capita*, em 1982,



Ho Chi Minh discursa perante os vencedores de Dien Bien Phu. Na altura, os dirigentes de Hanói ainda acreditavam no cumprimento dos Acordos de Genebra

de 189 dólares, quase o dobro do referido pelos jornais francês e português.

A discrepância de dados sobre o Vietname que é habitual deparar na maior parte da imprensa ocidental — facilitada pela fraqueza das estatísticas nacionais vietnamitas — é particularmente relevante, por exemplo, na taxa de mortalidade infantil, como nos foi possível verificar.

Em Maio último, o ministro da Saúde Pública, Dang Hoi Xuan, anunciou oficialmente que no seu país 20 crianças em mil morriam antes de atingirem um ano de idade. Esta taxa, um quinto da referida pelos *Le Monde* e *Expresso*, é das mais baixas do Terceiro Mundo e semelhante às de Portugal e da Grécia.

Dias depois desse anúncio oficial, o repórter de *cadernos* teve a oportunidade de perguntar ao canadense Paul Ignatief, perito da UNICEF em viagem de inspecção pela Indochina, a sua opinião sobre este assunto. Profundo conhecedor da situação da infância no sudeste asiático, onde durante anos habitara e dirigira a delegação do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Ignatief — ressaltando a dificuldade de estatísticas correctas em países com reduzidos meios técnicos — afirmou-nos que a taxa anunciada pelo ministro deveria estar muito próxima da realidade. Nas pesquisas que dirigira pessoalmente na Cidade de Ho Chi Minh, e em sete distritos do sul recolhera índices entre 17 e 18 por mil, embora previsse que a taxa nacional fosse um pouco superior. Os 100 por mil eram para Paul Ignatief um enorme exagero e assegurou que não encontrara crianças com a subnutrição tão comum no Terceiro Mundo. O especialista da UNICEF não hesitou em classificar de “notáveis” os progressos na situação alimentar, sanitária e educacional das crianças vietnamitas, desde a sua última estadia, quatro anos antes.



EUA recusam-se a pagar

Terminada a guerra, reunificado o país, os vietnamitas viraram-se para dentro, saíram das manchetes dos jornais e, à medida do possível, não do desejado, começaram a cura das suas feridas.

Os Estados Unidos, com a alegação do rompimento dos Acordos de Paris pelo governo de Hanói e, em seguida, com o pretexto dos “direitos humanos” de James Carter, recusam-se a pagar um só dólar dos 3,25 mil milhões de indemnizações de guerra estipulados na cláusula nº 21 do texto assinado por Henry Kissinger e Le Duc Tho. Compensações ratificadas na carta de Richard Nixon ao primeiro-ministro Pham Van Dong, em 1 de Fevereiro de 1973.



Abril de 1975: os últimos funcionários do regime de Thieu deixam o país (à dir.). Escombros de uma escola na província de Song Be: começam a desaparecer os vestígios da guerra (à esq.)

A China, num primeiro tempo, reduziu a sua ajuda, depois suspendeu-a totalmente e, apanhada de surpresa pelo *blitzkrieg* do exército de Hanói contra os seus aliados "khmers vermelhos" em Phnom Penh, dá a "primeira lição" ao Vietname.

Uma lição difícil de dar: 650.000 soldados chineses (mais do que os EUA lá tiveram no apogeu da sua intervenção) necessitaram de três semanas de ofensiva para atravessar a "Fronteira da Paz e da Amizade" e avançar 16 quilómetros no interior do território vietnamita.

A União Soviética que garantia o esforço de guerra durante décadas, paga agora uma parte da factura da recuperação económica. A imprensa norte-americana avalia essa contribuição actualmente em 2 mil milhões de dólares anuais, cifra que na entrevista a *cadernos*, Nguyen Co Thach, ministro dos Negócios Estrangeiros, não confirmou, mas também não desmentiu.

Os vietnamitas reparam as estradas, fábricas, diques, canais de irrigação, escolas, hospitais. Reconstruem ou constroem as pontes, deixando os destroços das destruídas como testemunho de um tempo ido.

O levantamento das minas e bombas têm o sangrento custo humano já referido. Para limparem o terreno dos milhões de toneladas de ferro retorcido deixado pelos combates, recorrem a um método simples e eficaz. O Estado anunciou que pagaria um *dong* por cada dez quilos desse ferrovelho recolhido e que as cooperativas seriam pagas pelos milhares de carcaças dos blindados esplânhados nos terrenos de cultivo.



Dez anos depois, esses vestígios de guerra quase desapareceram. Ao longo dos muitos quilómetros que percorremos no sul do país, só nos foi possível fotografar os restos de um carro de combate abandonado num baldio.

Surge-nos uma imagem quando se percorre o centro e o sul do Vietname: um país de árvores novas que não têm mais que dez anos. Árvores plantadas ordenadamente ao longo das estradas, nas zonas costeiras, nas herdades estatais e cooperativas agrícolas, nas plantações de seringais, seguindo planos de reflorestamento que nunca poderão recrivar a floresta tropical de antes da guerra. Na região meridional, o país perdeu metade dos bosques que contava no último período da colonização francesa e, segundo estatísticas do Ministério da Silvicultura, os esforços de reflorestamento não têm conseguido alcançar mais do que 36% dos objectivos programados.

A destruição das florestas tem incidências económicas graves designadamente na produção da borracha, o primeiro produto de exportação do sul do Vietname. Os bombardeamentos químicos inutilizaram 135 mil hectares de plantações, situação que se agrava com o envelhecimento das seringueiras das antigas explorações francesas. A renovação dos velhos e plantação dos novos seringais, uma das linhas de força dos planos quinquenais para a agricultura (em 1984 o Vietname contava com 95 mil hectares de plantações de borracha), demorarão alguns anos ainda até as árvores da borracha atingirem a idade de produção que é de 15 anos.



Após a assinatura dos Acordos de Paris, Hanói libertou 566 prisioneiros norte-americanos

A "erva americana"

Em Can Tho, capital da província de Hau Giang, no delta do Mekong, Nguyen Kim Quang, reitor da Faculdade de Agronomia, narra o que foi a "erva americana", um dos tantos exemplos dos grandes meios a que os Estados Unidos recorreram na luta contra a guerrilha.

As províncias a sul de Saigão eram bastiões da FNL e foram talvez das regiões mais bombardeadas e queimadas de todo o Vietname. Os norte-americanos construíram enormes bases em terrenos pantanosos que eram esmagadoras obras de engenharia militar, mas não dispunham de liberdade de movimentos e só podiam ser abastecidas por helicóptero. Como consideravam a natureza um alia-dos guerrilheiros, substituíram as densas, e algumas zonas, impenetráveis florestas tropicais que revestiam todo o vasto território. Destruíram algumas áreas em 70%, outras a 100%, como os dez mil hectares da floresta de U Minh, na província do extremo-sul de Ca Mau, célebre pelas árvores gigantes e seculares que foram reduzidas a cinzas durante os três meses que durou o incêndio.

Mas não as queimavam apenas. Depois de bombardeados os bosques, primeiro com querosene, depois com *napalm*, os aviões norte-americanos se-mavam uma erva sem valor económico, de folhas altas, raízes profundas e grossas, com a particularidade de ter um crescimento extremamente rápido. Os guerrilheiros não demoraram muito a detectar os objectivos dessas dispendiosas operações.

Com a cobertura criada rapidamente pela "erva americana" o inimigo tentava atraí-los

na estação seca, altura em que se efectuavam normalmente as grandes campanhas de guerra. Quando as colunas da FNL entravam na ratoeira, as esquadrilhas de bombardeiros incendiavam a "erva americana" que ardia muito mais facilmente do que as árvores (o *napalm* não alcançava a eficácia desejada na selva húmida). Bastava depois um dia de chuva para que as raízes da erva brotassem da terra queimada e, meses mais tarde, novos ataques a *napalm* se sucediam.

Arroz: produto estratégico

Com dois milhões de hectares de arrozais, o delta do Mekong é o grande celeiro do Vietname e do grão vêm praticamente todos os recursos das províncias a sul da Cidade de Ho Chi Minh.

Em 1984, a região produziu 8 milhões de toneladas de arroz num total nacional de 15,6 milhões de toneladas. O presente plano quinquenal fixou a meta de 15 milhões de toneladas para 1990 (23 milhões de toneladas para todo o país) mas os técnicos do departamento da agricultura de Can Tho ficarão muito satisfeitos se conseguirem alcançar 13 milhões de toneladas, cifra que nas actuais condições consideram mais realista.

A importância da região neste "produto estratégico" essencial (com 2,5 milhões de hectares de terra cultivável, a província de Hau Giang tem uma superfície de arrozais equivalente ao delta do Rio Vermelho) levou o governo a proporcionar capacidade de investigação à Faculdade de Agronomia de Can Tho onde são estudados e testados méto-

dos de produção, aumentos de produtividade, seleccionadas as melhores e mais adequadas variedades da gramínia.

Explica a vice-reitora da Faculdade, Nguyen Thi Thu Cuc, que na região há mais de mil variedades de arroz de produtividade muito diversa que vai desde 1,5 tonelada por hectare de "arroz flutuante" às espécies mais ricas de zonas com excelentes condições, onde um hectare pode dar 6 ou mesmo 8 toneladas. A média da variedade mais difundida é, no entanto, de 2,5 toneladas por hectare com três colheitas por ano, das quais a mais importante é a de Dezembro. A média nacional, refere Nguyen Thi Thu Cuc, é de 2,7 ton./hc., pouco mais de metade da atingida nos países desenvolvidos.

Esta grande diferença da produtividade dos arrozais japoneses, europeus ou soviéticos em relação ao Vietname deve-se a factores de subdesenvolvimento, os principais dos quais são:

— Grande carência de obras de irrigação e drenagem nos campos (diques de protecção, canais de irrigação e estações de hidráulica agrícola foram alvos preferenciais dos aviões dos EUA), em cerca de 80% da superfície total de arrozais do país (7 milhões de hectares) que ainda estão expostos à penetração de águas marinhas, inundações, secas, tufões, etc;

— Fraco emprego de fertilizantes, pesticidas e adubos na sua maioria oferecidos pela URSS (1,5 milhão de toneladas por ano que representa 70% do total utilizado nos arrozais), dado que a incipiente indústria química vietnamita apenas pode cobrir 20% das necessidades da agricultura;

— Nível baixo de mecanização da agricultura, que incide quase exclusivamente nos trabalhos de preparação dos solos. Apenas 30% destes são feitos pelos dez mil tractores existentes no país. Tudo o resto deve-se ao "tractor vietnamita", o búfalo, e ao esforço manual dos camponezes. Os campos do Vietname conservam ainda a imagem tradicional dos búfalos e lavradores enterrados na lama funda e da drenagem dos arrozais feita com os *gau gai*, cesto cônico de folhas de bambu de duas camadas sobrepostas que dois homens ou mulheres manejam cadenciadamente segurando duas cordas num lento, longo e cansativo vai-vem. Trabalho que pode ser facilmente substituído com muito maior rentabilidade e rapidez por uma simples motocultivadora, caso estas não fossem tão escassas;

— Excesso de força de trabalho e subemprego na agricultura (20 milhões de vietnamitas dependem inteiramente do sector primário) que se traduz por 300 dias de trabalho num hectare de arroz de produtividade média.

Erros na colectivização agrícola

Para os professores da Universidade de Can Tho e directores de serviços do Ministério em Hanói, o insatisfatório estado da agricultura do seu país será ultrapassado num futuro não muito longínquo se forem seguidas as directivas da planificação central e regional.

Em traços gerais estas medidas apontam nos próximos anos — enquanto são aguardados com impaciência os resultados dos grandes projectos do plano quinquenal 1986-1990 — no sentido da continuação do desvio do excesso da população camponesa para a pequena indústria e artesanato, para a diversificação de culturas ("a monocultura nunca enriqueceu ninguém", diz Huynh Van Hai, secretário do PCV em Can Tho), para o incremento da produção das "cinco plantas essenciais" dirigidas à exportação (borracha, juta, coqueiro, cana-de-açúcar e tabaco), para o desbravamento de novas terras de cultura e recuperação de outras abandonadas ou destruídas durante a guerra.

O prosseguimento da colectivização agrícola no sul a um ritmo mais consentâneo com a realidade social do Vietname meridional será outra das orientações básicas. A apressada formação de grandes cooperativas e herdades estatais, de 300 a 400 famílias, a partir de 1978, provocou reacções de descontentamento em muitas regiões do sul, o que obrigou as autoridades, três anos depois, a fazerem marcha-atrás e a voltarem-se para a constituição de cooperativas de 30 a 50 famílias.

A preocupação em diminuir a macrocefalia de Saigão provocada pela urbanização forçada durante a guerra conduziu a uma precipitação no deslocamento do excesso da população da cidade para regiões inóspitas, sem que estivessem asseguradas condições mínimas ao estabelecimento de famílias nessas "Zonas de Nova Economia". Houve muitos regressos para a, agora, Cidade de Ho Chi Minh em condições dramáticas, uma vez que essas famílias ao partirem tinham vendido as casas e perdido direito às subvenções alimentares do Estado. Voltaram para os passeios da cidade e para as miseráveis barcas nas margens dos canais, despojadas de tudo, engrossando a legião de mendigos.

Na sequência do V Congresso do Partido Comunista do Vietname, que procedeu a importantes reformas económicas e de gestão, a política das "Zonas de Nova Economia" foi rectificada a partir de 1981, assegurando-se às famílias candidatas a integrarem-se nas herdades estatais o "direito à residência" na cidade (conservação das suas casas) durante o período de adaptação e também a manterem as subvenções alimentares.

As Brigadas da Juventude de Choque

A herdade estatal Nghi Xuan (Duas Primaveras), a 30 quilómetros de Ho Chi Minh não está numa área considerada ‘‘Zona de Nova Economia’’, mas tem um desenvolvimento comum a muitas explorações agrícolas do Vietname.

Intensamente bombardeada durante a guerra, a região estava abandonada em 1975, quando para lá foram 1.500 voluntários da 3ª Brigada da Juventude de Choque. Rapazes e raparigas limparam as terras das bombas e minas não detonadas, levantaram cabanas para habitarem, construíram pequenos canais de irrigação, sanearam o terreno dos focos de mosquitos e das serpentes, plantaram ananás e semearam pequenas quantidades de arroz para a sua alimentação.

De 1975 a 1979 trabalharam muito duro na construção de canais para secar a terra da água salobra e para a fazer circular, mas a colheita era má e os terrenos da herdade continuavam uma bacia de inundações. No entanto, os primeiros trabalhos de recuperação foram feitos e a 3ª Brigada entregou, nesse último ano, Nghi Xun a nova brigada partindo para outra região inóspita onde os jovens recomeçaram tudo. Na herdade ficou um grupo para fazer a transferência para os recém-chegados. A missão destes foi a de continuar o trabalho dos seus predecessores, melhorar as redes de canais já abertos, construir mais habitações e centros sanitários, cultivar cinco hectares de cana-de-açúcar, para verificarem se a terra tinha condições, apesar dos produtos químicos despejados na guerra, de receber os antigos habitantes e famílias vindas de Ho Chi Minh. Em 1981, vieram técnicos agrícolas que chegaram à conclusão que a terra era cultivável. Depois foi a visita de delegados administrativos dos bairros da cidade, dos sindicatos, dos serviços médicos e um representante de cada família interessada na sua instalação em Nghi Xuan. Deliberaram muito e concluíram haver condições de vivência, apesar do duro trabalho que os esperava. Poucas famílias se recusaram a vir.

Os membros da Juventude de Choque que des de 1975 administraram a herdade, forneceram a cada família uma casa com terreno circundante de mil metros quadrados onde cada uma pode cultivar o que queira ou criar aves (a água salobra impede a criação de porcos) e arrecadar o rendimento dessa sua pequena exploração particular. Receberam também algum mobiliário, esteiras, mosquiteiros, reservatórios de água, goteiras, medicamentos e arroz gratuito durante seis meses.

As famílias são avaliadas, pela sua força na produção, em trabalhadores principais e auxiliares. A estes últimos são distribuídos pequenos trabalhos aos velhos e fabrico de artesanato às crianças até 18 anos, altura em que vão laborar a terra. Um tra-

Carlos Pinto Santos



O nível de mecanização na agricultura ainda é baixo, mas é imperiosa a necessidade de tornar produtiva a terra maltratada

balhador principal recebe actualmente 600 a 700 gongs (com possibilidade de aumentar o salário com prémios de produção) um auxiliar entre 400 e 500, prevendo-se com isto assegurar o rendimento mínimo de cada família.

Hoje, em Nghi Xuan, 2.116 pessoas, das quais 1.200 jovens solteiros, e, das 210 famílias estabelecidas, 46 constituíram-se por casamentos entre os rapazes e raparigas das Brigadas de Choque.

A herdade tem 500 hectares de cana-de-açúcar, 300 de plantas medicinais e 150 de ananás e bananas. A terra retirada com a abertura dos canais foi transportada para áreas mais pobres da herdade e os eucaliptos, plantados pela 3ª Brigada, protegem as culturas dos ventos e da erosão.

‘‘A transformação da terra que a 3ª Brigada iniciou – diz com indissfarçável orgulho Vu Duc Quy do comité de direcção de Nghi Xuan e um dos que veio em 1975 – permitiu que a produtividade de cana-de-açúcar passasse de 7 toneladas por hectare em 1980 para 14 toneladas em 1984. É isto apesar da pequena espessura da terra arável.’’

A herdade dispõe agora de escolas, creches, um hospital, armazéns de venda, centros de cultura. Todos beneficiam de dez dias de férias anuais com viagens turísticas a outras províncias do país.

Vão em camiões tão velhos que se tem dificuldade em entender qual o milagre que os faz ainda rolar, apertam-se, pelo menos, dois por assento, levam a bandeira nacional, vermelha com a estrela amarela de cinco pontas, cartazes que identificam a herdade, cooperativa ou fábrica de onde partiram e cruzam-se em todas as estradas do Vietname.

O massacre de Thuy Bo

Novecentos quilómetros a norte de Nghi Xuan, na província de Quang Nam-Danang está localizada a comuna de Dien Tho.

Inevitável, como em todo o Vietname, a visita às três cooperativas agrícolas da aldeia inicia-se, depois da tradicional mensagem de boas-vindas e dos agradecimentos pela presença do jornalista, com a evocação da história da região na sala de reuniões do edifício administrativo. A volta da mesa repleta de chávenas de café, chá, pratos com fruta e cigarros, sentam-se os membros do Comité Directivo. Vo Kim Ho, guia e intérprete, traduz tudo com o sorriso tranquilo, mesmo quando Le Cong Chin, o máximo responsável partidário de Dien Tho, recorda os acontecimentos trágicos da guerra.

A 500 metros da sala onde conversamos ergue-se um monumento em forma de pilar quadrangular semelhante a milhares de outros espalhados pelo país. Diz a inscrição na base do monumento: "Aqui os agressores dos EUA assassinaram 145 velhos, mulheres e crianças queridos. Que este rancor nunca seja esquecido e fique sempre vivo, muito profundamente, em todos nós". Uma data, 10/2/67, e o nome do lugarejo, Thuy Bo. No fundo, foi apenas outro massacre cometido pelos G. I.'s, desconhecido no mundo, porque, aqui, não houve, como em My Lai-Son My, fotos que abalassem a consciência da opinião pública.

Depois de fuzilarem 145 pessoas em menos de 15 minutos, os soldados norte-americanos esvaziaram toda a região, de grande importância estratégica na defesa de Danang, o maior complexo militar que os EUA tiveram no Vietname e de onde lançavam os ataques à zona do paralelo 17 e às cidades do norte.

No entanto, em 1970, ainda resistiram na região mais de mil camponeses que erravam de lugarejo em lugarejo, semi-arrasados, transportando em sacos de mão todos os haveres que lhes era possível possuir nesta "zona branca". As suas casas, os abrigos subterrâneos e as colheitas eram sistematicamente queimados. Quatro mil pessoas caíram na luta e, entre estas, 1.500 quadros revolucionários e membros das forças de autodefesa.

"Fomos considerados uma das aldeias heróicas da província e tal como a unidade de autodefesa recebemos várias condecorações. Em 28 de Março de 1975 (véspera da tomada de Danang pelo Exército Popular), as forças da aldeia neutralizaram quatro batalhões do exército falso que lhes deu direito à Ordem da Libertação de Primeira", diz Le Cong Chin.

No fim da guerra, houve que limpar 21 campos de minas que rodeavam outros tantos postos militares implantados pelos norte-americanos. Dois soldados morreram ao desactivar as bombas e 78 cam-

poneses pereceram nos acidentes desde então. O último rebentamento mortal dera-se três semanas antes da nossa visita.

À medida que as dez mil crateras de bombas, espalhadas pelo terreno da comuna, iam sendo tapadas, a área dos arrozais alargou-se. Foi levantado um plano de urbanização, construídas habitações provisórias a fim de receber os camponeses expulsos para a cidade, reparados e construídos novos canais de irrigação.

Avançar "à vietnamita"

Em 1978, formaram-se as três cooperativas que constituem a comuna. O governo central ajudou na seleção de sementes e forneceu adubos. Hoje, uma parte importante da preparação dos terrenos é mecanizada, mas o búfalo continua o motor essencial da lavoura. As duas colheitas iniciais passaram a três, e, após muita transformação dos terrenos, a produção total média anual de três apanhas de arroz passou de 6 toneladas por hectare para 14,5. As cooperativas conseguem, desde há dois anos, vender arroz e carne de porco a outras aldeias da região, a Danang e ao Estado. A administração central recebe de Dien Tho amendoim, melancia, pimentos e seda em bruto para exportação. A hibridação de porcos (cruzamento de espécies) está a dar resultados animadores.

O nível de vida da população, assegura Le Cong Chin, melhorou sensivelmente. Três pessoas em dez vão à escola, há um médico, quatro quadros intermédios de saúde e onze enfermeiros para os 11.000 habitantes que a comuna conta em 1985. Com a instalação de uma metalomecânica, fabricam-se materiais de construção para a aldeia e, outras regiões.

Como em muitas aldeias comunitárias vietnamitas — sobretudo nas regiões centro e norte — Dien Tho está equipada com um posto transmissor de rádio e uma larga rede de altifalantes que cobrem todos os núcleos das 1.500 casas. Três períodos diários de emissões transmitem os programas culturais, musicais e noticiosos da Rádio Hanói, mantendo a população espalhada pelos 16 quilómetros quadrados da comuna, informada permanentemente sobre a sua vida colectiva e a política nacional.

Cada ano que passa, Dien Tho cresce, fabrica, contrói e diversifica mais a vida e a produção. As tarefas de administração vão naturalmente tornando-se mais complexas e isso realça as carências de quadros de gestão, porque quem dirige são ainda os homens vindos da luta e da revolução, forçados eles próprios a reconhecer as suas deficiências técnicas para gerirem uma economia regional que, embora em escala modesta, exige deles sempre mais.

"Somos combatentes que saímos da guerra, não

somos quadros técnicos" — sublinha Le Cong Chin, liberto em 1975, depois de sete anos passados na prisão de Phu Qoc. "Mas, enquanto não pudermos contar com os engenheiros, agrónomos e gestores que nos fazem falta, temos que nos aguentar com a experiência das nossas vidas, com o que fomos aprendendo a pouco e pouco, com a nossa imaginação e muito trabalho. Podíamos ir talvez mais depressa, vamos como podemos. Quer dizer: vamos à vietnamita".

Quem vem do Delta do Mekong e percorre depois os campos de cultivo do centro e norte não pode deixar de notar uma diferença sensível na paisagem. Aqui não se vêem as milhares de sepulturas que pontilham os arrozais do sul. Com facilidade se imagina, que estes obriguem os raros tratores do Mekong e mesmo os búfalos a desperdiçarem tempo e trabalho em complicadas gincanas para contornar o emaranhado de pequenos túmulos que o culto dos mortos da população meridional preserva contra a linear razão económica. E, como haviam contado os técnicos agrícolas de Can Tho, soma-se a este desperdício o desgaste provocado nas plantações e colheitas pela rataria concentrada nessas sepulturas seculares.

Estes dois cenários agrícolas são reveladores da permanência de dois estágios diferentes de consciencialização camponesa que o visitante estrangeiro, de imediato, tem dificuldade em compreender.

Não é porque no Mekong os técnicos e os quadros do partido tenham descurado a tarefa de convencer as populações a trasladar os seus mortos para cemitérios longe dos arrozais, rodeados de muros e árvores, como em Dien Tho. Na região de Danang, porém, o trabalho político tinha certamente raízes mais sólidas que permitiram convençer facilmente os camponeses pela lógica e pela prática. No Mekong — em algumas zonas pelo menos — a presunção tem de se exercer com mais cuidado, sem ferir bruscamente hábitos seculares, lentamente, mas com pertinácia. "À vietnamita", diria Le Cong Chin.

A nostalgia de John Swain

Em 29 de Março de 1975, o Exército Popular tomou Danang facilmente e quase sem resistência. O único edifício que ficou em chamas foi o consulado geral dos EUA, cujos arquivos foram incendiados pelos próprios funcionários momentos antes de se refugiarem nos navios da 7ª Esquadra que os aguardavam ao largo. Os vestígios do incêndio foram conservados no primeiro andar e nas salas do rés-do-chão está agora o Museu dos Crimes Norte-Americanos.

Entre as centenas de aviões caídos intactos em poder das forças revolucionárias e que ainda servi-

Carlos Pinto Santos



O búfalo é o verdadeiro "tractor" na agricultura vietnamita

ram na fase final da "Campanha de Ho Chi Minh", constava uma numerosa frota de *Boeing 727*. Os símbolos da *US Air Force* não tardaram a ser substituídos pelas cores das Linhas Aéreas do Vietname e os aviões postos ao serviço das carreiras internas do país.

Dez anos mais tarde, os *Boeing* estão ainda em excelente estado de conservação e é deles que desembarca no aeroporto de Tan Son Nhat na Cidade de Ho Chi Minh, quem venha da capital.

Ao entrar na ex-Saigão pela, agora, avenida Nguyen Van Troi, salta à memória inevitavelmente, tudo o que foi lido e ouvido durante anos, acerca do fascínio, drama, mistério, miséria, desta cidade que os visitantes ocidentais e os correspondentes estrangeiros que aqui viveram o tempo do fogo, têm dificuldade em chamar de Ho Chi Minh.

Perante a evidência óbvia da transformação radical sofrida pela cidade, não é raro ouvir desses jornalistas estrangeiros regressados, uma envergonhada nostalgia de uma época definitivamente superada.

É o caso do inglês John Swain, do *Sunday Times* que dividiu o seu posto de correspondente permanente, na primeira metade da década de 70, entre o Vietname e o Kampuchea. Em Abril de 1975, Swain fora um dos raros repórteres estrangeiros que ficaram em Phnom Penh para cobrir a chegada dos "kmers vermelhos", o que o levou a sofrer vicissitudes e perigos após o esvaziamento da capital kampucheara pelas tropas de Pol Pot. Salvava-se de piores dissabores, refugiando-se, tal como todos os estrangeiros, na embaixada francesa e viveu as angústias descritas no filme *Killing Fields*, onde aliás é uma das personagens retratadas.

Regressámos juntos, de manhã, de Phnom Penh e jantávamos no restaurante no 5º andar do Hotel Cuu Long, largamente referido nos telex dos correspondentes, quando Saigão saía nas primeiras páginas da imprensa internacional. Swain estava

atrasado na reportagem de três mil palavras acerca da Indochina, que o seu jornal aguardava para a próxima edição. Em crise de ideias, lamentava-se pela escassez de temas interessantes e de impacto, porque no Vietname, Kampuchea e Laos, era-lhe agora difícil ver mais do que três países debatendo-se no subdesenvolvimento, com números de planos económicos, campanhas de colheitas de arroz e manobras diplomáticas de bastidor. Até os combates na fronteira kampuchearia-tailandesa não lhe pareciam merecedores de mais do que dois parágrafos.

Olhando com tédio a outra margem silenciosa do rio Saigão e as multidões de ciclistas passeando preguiçosamente nas ruas marginais do porto, Swain experimentava, dizia, uma sensação quase deprimente — embora moralmente condenável como confessou... — por saber para sempre desaparecida a vivência excitante da guerra, numa cidade onde nada era impossível, as aventuras e os perigos quotidianos, qualquer prazer acessível, o dólar do mercado negro infinitamente poderoso, os acontecimentos que se atropelavam incessantes, a notícia e o “furo” jornalístico sempre inesperados. Da mesa em que agora nos sentávamos e da janela que nos ladeava, assistia-se 15 anos antes, sem abandonar a cerveja ou o whisky, — recordava Swain com muitos pormenores de recorte — aos duelos de artilharia, ao troar e aos relâmpagos dos canhões da FNL, assestados a menos de dois quilómetros, precisamente naquela margem tranquila desta noite quente de Junho de 1985.

Saigão: o fim de uma época

Os 21 anos de presença norte-americana transformaram Saigão em metrópole gigantesca num país pobre e estruturalmente rural. Como já foi referido, a população saigonesa foi multiplicada por nove e afogada num consumismo desmedido. A capital meridional recebeu a maior parte da ajuda dos EUA destinada a todo o Vietname do Sul, isto é, arrecadava, por ano, 750 milhões de dólares de ajuda económica e 1,3 mil milhões de ajuda militar. Se se tomar em conta as contribuições de outras potências capitalistas — Japão, França, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Austrália — e as despesas dos serviços civis e militares norte-americanos, as mercadorias introduzidas, livres de imposto, descarregadas em fluxo contínuo no porto, Saigão alimentava-se anualmente com mais de 2 mil milhões de dólares. Que produzia e vendia esta cidade dos nostálgicos fascínios de John Swain?

Não há cifras de produção da cidade nessa época, mas todo o Vietname do Sul não ia além de 50 milhões de exportações anuais.

O tesouro norte-americano sustentava (nímeros por baixo) meio milhão de soldados, agentes poli-

ciais, funcionários e incrementava directa ou indirectamente uma espantosa rede de todo o tipo de comércio e tráfico. Quando o Exército Popular entrou em Saigão estavam registadas como comerciantes 300.000 famílias, duas vezes mais do que o número de famílias operárias. As matérias-primas do pouco que era fabricado vinham de fora. Um exemplo entre muitos: a empresa que vendia no país o leite condensado com etiqueta “Made in República do Vietname” importava o leite, a lata, a etiqueta e a embalagem.

Estima-se em cerca de 30% a população saigonesa que vivia, uns melhor que outros, à custa do orçamento norte-americano. Os negócios paralelos e os tráficos do submundo floresciam, sem que os seus beneficiários se arriscassem a imaginar que um dia isso se desmoronaria num fechar de olhos. Que acabariam os bordéis luxuosos, os fumatórios de ópio e o tráfico de heroína cujo “conselho de administração” ia até ao gabinete de Nguyen Van Thieu, com ele próprio e os seus generais de maior confiança a usufruírem dos chorudos dividendos.

Como poderiam esses prósperos negociantes dos restaurantes requintados do bairro de Cholon, bairro da minoria chinesa hoa, pensar que iriam deixar de servir à sua rica clientela estrangeira, e também nacional, pratos tão sofisticados como cérebros de macaco ainda com contracções, orelhas de urso, barbatanas de tubarão em hortelã pimenta, serpentes em molho *vinaigrette*?

Para toda essa gente o sonho foi brutalmente interrompido quando o casino “Le Grand Monde”, imenso palácio de todos os vícios e prazeres propriedade de uma rica família hoa, foi destruído a golpes de *rockett* na manhã de 30 de Abril de 1975, duas horas antes do soldado Thanh, o primeiro combatente do Exército Popular a entrar no Palácio Presidencial de Van Thieu, ter diante de si o primeiro-ministro do defunto regime de Saigão, Vu Van Mau, rendido de braços no ar e olhar inquieto². O “presidente dos três

² O presidente Nguyen Van Thieu abandonou o Palácio, o poder e o Vietname em 26 de Abril, sem que, na precipitação da partida, pudesse levar consigo as 14 toneladas de ouro já encaixotadas do seu pecúlio particular. Teve de contentar-se, entre outras poupanças não conhecidas, com os sete milhões de dólares, oferta de Richard Nixon a título de compensação pela assinatura dos Acordos de Paris, Van Thieu fixou residência, onde ainda vive, em Londres, junto do irmão, último embaixador do seu regime na corte de Sua Majestade.

Em 28 de Abril, outra célebre personagem do regime pró-americano, o antigo vice-presidente e vice-marechal da Força Aérea, Nguyen Cao Ky, foi dos primeiros *endangered people* (classificação do comando dos EUA para os altos funcionários vietnamitas que mais fielmente os tinham servido e, por esse facto, beneficiavam de prioridade na evacuação) a subir para os helicópteros. Dois dias antes da sua fuga, Cao Ky vociferara contra “os cobardes que se vão embora com os norte-americanos”

dias" que sucedeu a Van Thieu, o general Duong Van "Grande" Minh, saiu de cena de modo mais digno: rendeu-se, com as praxes militares costumeiras, a um oficial de alta patente do exército revolucionário e, dias depois, partiu para o exílio em Paris.

A Cidade de Ho Chi Minh, hoje

Dez anos depois, a Cidade de Ho Chi Minh é o pólo de desenvolvimento industrial do Vietname. Em 1983, cabia-lhe 38% da produção industrial do país, 40% do total do artesanato, aumentado dez vezes. Na campanha de 1984/85, a província de Ho Chi Minh produziu 33 mil toneladas de alimentos que lhe permitiu abastecer o norte quando as calamidades naturais no final do último ano (chuvas, tufões e frios que não se registavam há um século) originaram danos nas culturas que em algumas regiões provocaram perdas até 80%. Antes da libertação de 116 anos de colonialismo (os franceses desembarcaram em 1859), Saigão importava mais de 90% das matérias-primas utilizadas na indústria. Hoje a maior parte é de origem nacional.

O analfabetismo é considerado erradicado. Foram criados, desde 1975, um milhão de empregos, há 300 empresas industriais estatais, 25.000 unidades privadas e cooperativas de fabrico de artesanato. A província de Ho Chi Minh dispõe hoje de oito médicos e 47 camas de hospital para 10.000 habitantes.

Nem em Ho Chi Minh, nem nas outras regiões do Vietname que o repórter de *cadernos* percorreu, se vêem crianças com sinais trágicos de subnutrição. Vêem-se crianças magras e de pés descalços, mas irrequietas, brincalhonas, sorridentes e atrevidas com os estrangeiros de traços ocidentais.

Ho Chi Minh conta hoje com 600 creches, 20 facultades e escolas de altos estudos, 38 hospitais, 290 casas de cultura.

"Le Grand Monde" foi reconstruído e é agora um magnífico Centro Cultural, inaugurado nas vésperas do 10º aniversário, com um teatro ao ar livre para mil espectadores que o lotam todas as noites para assistir à ópera chinesa. Na esplanada do Centro, logo que o dia nasce, uma centena de anciãos entrega-se com prazer a exercícios de ginástica de manutenção. Ao mesmo tempo, nas margens do rio, milhares de outros vietnamitas de todas as idades praticam o *thai cuc* (*t'ai ki* em chinês), uma ginástica marcial que permite "elevar-se ao centro das coisas" ou o *vo* que combina "o vigor da arte de combate com a elegância da dança, e de uma ginástica que engloba todos os aspectos da personalidade humana".

Os números da cidade e província são referidos pelo jovial e dinâmico director das Relações Estrangeiras de Ho Chi Minh com algumas pa-

Carlos Pinto Santos



Carlos Pinto Santos



Com uma taxa de mortalidade infantil próxima de alguns países europeus, a evolução da situação da criança vietnamita foi considerada "notável" pela UNICEF

vas em português de entermeio, porque Vu Hae Bong, 60 anos vividos, representou o seu país em várias capitais africanas e, entre estas, Luanda onde foi o primeiro embaixador vietnamita na República Popular de Angola.

Foram derrubadas, nos últimos dez anos, 150 mil cabanas e tugúrios ao longo dos rios e canais, e encontradas habitações mais dignas para as pessoas que aí viviam, mas, pelo menos, 40 mil famílias — diz Vu Hae Bong — terão ainda de aguardar até 1990 para receberem os pequenos apartamentos em construção. Apartamentos semelhantes aos que My Hoa nos fez visitar no bairro que administra, Tan Binh, o mais populoso da cidade: duas pequenas salas, cozinha e WC, tudo com menos de 40 metros quadrados.

O "mercado negro" de Ho Chi Minh

Não é numa década que se apagam os hábitos e os gostos do super consumismo com que Saigão foi injectada com os dólares norte-americanos. A cidade viu partir, desde 1975, para outras regiões do país, as "Zonas de Nova Economia", e para o estrangeiro um milhão de habitantes. Muitos dos que optavam pelo exterior pertenciam à etnia hoa – e partiram nas condições trágicas do que ficou conhecido pela fuga do *boat people*. Os ex-saigoneses são ainda hoje tentados pela eiqueta estrangeira. Esta preferência é tal que leva algumas empresas de Ho Chi Minh a apresentarem ao público produtos nacionais com rótulos de outros países, como nos foi revelado com a tradução de um editorial do diário *Saigon-Giai Phong* em que o articulista se insurgia perante tal facto.

Não é preciso vaguear por Cholon para concluir como estes gostos antigos permanecem enraizados numa larga faixa da população. Tudo ainda se pode comprar em Ho Chi Minh. As ruas do centro e os 200 pequenos e grandes mercados da cidade são completíssimos mostruários de uma espantosa gama de mercadorias vindas de todos os cantos do mundo³.

Uma parte destes produtos – que pela forma tolerada como são expostos e vendidos parece mais correcto designar o "mercado negro" por "mercado paralelo" – entram no sul do país pelos canais do contrabando marítimo que parte da Tailândia (neste caso também através do Kampuchea), Malásia ou Filipinas. A outra fonte de fornecimento dos vendedores ambulantes pacientemente agachados nas ruas de Ho Chi Minh vem de familiares residentes no estrangeiro e entra legalmente no país. São mercadorias que chegam nas chamadas "encomendas familiares", recentemente limitadas a três por ano e por família.

³ Atente-se ao leque de produtos – aqui numa reduzida amostragem por evidente falta de espaço – que o bloco do repórter anotou durante um curto passeio pelos milhares de lojas e vendedores ambulantes que cobrem as ruas da cidade: perfumes franceses *Bien Ètre* e *Faubeugé*, cerveja alemã *Heineken* e dinamarquesa *Carlsberg*, *Coca-Cola*, *Seven Up*, chocolate belga *Coté d'Or* e suíço *Suichard*, farinhas e manteiga australianas para crianças comidas búlgaras, conservas japonesas e marroquinas de atum e sardinha, pasta dinamarquesa de fígado de porco, presunto de Oklahoma e passas de uva da Califórnia, queijo francês *La Vache qui Rit* e *Camembert* fabricado na Alemanha Federal, leite condensado e "corn beef" soviéticos, sopas *Knorr* e óleo de soja *Maggi*, leite em pó e farinhas *Nestlé*, "fois grass" francês e rebuçados da Malásia, dentríficos *Colgate* e sabonetes *Fa* e *Lux*, chá inglês *Lipton*, cigarros *Marlboro*, *Gitanes*, canetas *Parker* e relógios suíços. Com etiquetas japonesas não se vêem só os televisores a cor e todo o tipo de aparelhos electrodomésticos, mas também sofisticados preservativos *Forget Me Not* que uma adolescente exibe e procura vender com um sorriso simultaneamente cándido e irónico.

Para Vu Hae Bong, o "mercado negro" não se combate com medidas administrativas mas com o aumento da produção. Mas a esta constatação de facto, acrescenta-se outra razão para a tolerância usufruída pelos pequenos comerciantes vendedores de mercadorias que não poderão deixar de ser classificadas de luxo num país com a situação económica do Vietname: a venda dos artigos estrangeiros assegura a subsistência de milhares de famílias que de outra forma não disporiam de um mínimo de recursos.

Os vietnamitas "ricos"

E quem compra esses produtos marcados a preços inacessíveis às bolsas dos operários, funcionários, camponeses, soldados, ou seja, à esmagadora maioria da população vietnamita?

Os clientes estão nessa pequena camada social de ex-saigoneses que vivem bem, desfrutando de um poder de compra equivalente ao das classes médias dos países capitalistas. São comerciantes, traficantes de vários tipos, especuladores de moeda estrangeira, burguesia do antigo regime que não partiu e conservou o ouro amealhado na "era americana". São também os hoa ricos (antigos grandes comerciantes cujas empresas foram nacionalizadas após 1975) e que resistiram aos apelos para o regresso à China e à propaganda de Pequim sobre as chacinas de que seriam vítimas pelo exército vietnamita, quando os dois vizinhos se defrontaram em 1979 na fronteira.

São finalmente alguns funcionários privilegiados como aquele gerente da secção de roupas do mercado de Ben Tranh (o maior da cidade) que consegue fazer 10.000 *dongs* mensais (2.000 de salário base, 1.500 em espécies e subvenções, 6.500 de lucros numa empresa estatal) ou daquele outro professor de línguas no Instituto de Intercâmbio Cultural Francês que ganha 7.000 *dongs*.

É esta camada social – por facilidade poder-se a designá-la de pequena burguesia, num país de socialismo austero – que não resiste às etiquetas estrangeiras ou que enche todas as noites o excelente restaurante "Maxime" (Bang Dang em vietnamita, mas ninguém o conhece por este nome) onde uma refeição sai sem grande esforço gastronómico por 1.000 *dongs* (duas vezes o salário mensal base de um funcionário ministerial de segundo escalão, não entrando em conta com as subvenções alimentares). É no "Maxime" e noutros restaurantes de luxo (todos estatizados), sempre repletos de estrangeiros e nacionais "ricos", que se vislumbra uma imagem aproximada do que foi a antiga sociedade dos privilegiados saigoneses. Famílias numerosas deliciando-se com pratos requintados, regados a *whisky* ou a cervejas alinhadas em caixas junto às mesas, num ambiente de luxo, orquestra de cordas

e guitarras eléctricas no palco, jogos de luz e *slides*, casais sorridentes posando para fotógrafos em serviço na sala do restaurante, mulheres vestidas à ocidental, saias curtas, vestidos de seda, maquilhadas e perfumadas.

A supressão radical desta vida dourada da "burguesia" e dessa "economia paralela" do "mercado negro" de Ho Chi Minh acarretaria perturbações sociais e políticas de dimensões desconhecidas. A administração sabe isso e condescende. E também sabe que estes hábitos luxuosos representam ocupação e rendimentos numa cidade e num país com míngua de empregos. Por outro lado, leva os "ricos" a gastarem o dinheiro no país e a não enviam divisas para o estrangeiro.

Como em todas as grandes cidades do Terceiro Mundo, o dólar é muito requisitado no "mercado negro". Nas ruas e lojas de Ho Chi Minh troca-se discreta mas facilmente por 400 *dongs* e por 300 nos hotéis (em Hanói a cotação é mais baixa, 300 e 260 *dongs* por dólar, respectivamente)⁴.

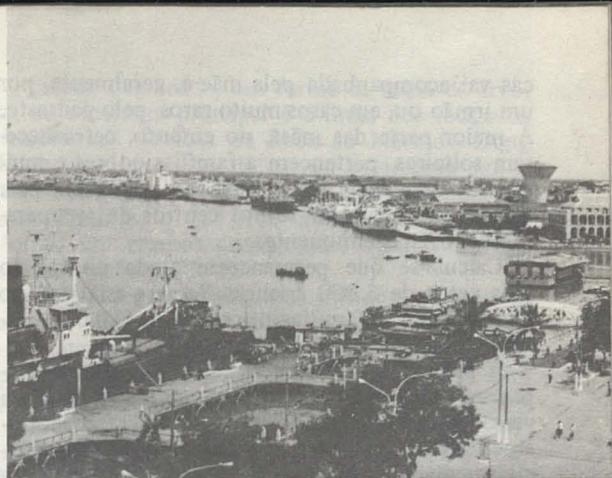
A Cidade de Ho Chi Minh, porém não é o "Maxime" ou o *dancing* do Hotel Rex onde nas noites de segundas, quartas e sábados, estrangeiros e vietnamitas "ricos" têm as raras oportunidades de confraternizarem até às 23.30 horas, trinta minutos antes de entrar em vigor o recolher obrigatório⁵.

É a vida difícil da maior parte da população, a proliferação de pequenas e médias empresas, a construção de novas habitações, de escolas e jardins, alguns destes últimos a serem implantados nos bairros mais populosos, em terrenos de antigos cemitérios deslocados para a periferia da cidade. A Cidade de Ho Chi Minh é também o incrível bulício das ruas, cafés e cervéjarias, sempre a abarrotarem de gente, os magotes de ciclistas para quem as mais elementares regras de trânsito são coisas de outro planeta. Uma bicicleta ou uma motorizada ("há 300 mil motorizadas em Ho Chi Minh", referiu enfaticamente Vu Hae Bong) pode transportar no Vietname uma família inteira: pai ao guiador, mãe atrás, e entre eles dois filhos pequenos, a que

⁴ Em Abril deste ano, o câmbio oficial ainda era 10 *dongs* por um dólar, mas em Maio a moeda nacional foi desvalorizada em dez vezes o seu valor, por fases e por regiões e não imediatamente para o país inteiro (no final de Maio as recepções dos hotéis de Ho Chi Minh aceitavam um dólar por 100 *dongs*, enquanto na mesma altura as dos hotéis de Hanói mantinham um dólar por 10 *dongs*), passando a moeda norte-americana a ser cotada a 100 *dongs*. Em Junho, ainda não se tinham alterado os níveis de especulação. Assim, o dólar que era trocado em Abril por 40 vezes o seu valor oficial, em Junho tinha passado para 4.

⁵ Ho Chi Minh é a última cidade do Vietname onde vigora ainda o recolher obrigatório da meia-noite às 5 horas. Vem sendo progressivamente encerrado e todos os responsáveis, com quem o repórter de *cadernos* abordou esta questão, têm a opinião que nada já o justifica, prevenindo a sua supressão total para muito em breve.

Carlos Pinto Santos



O porto da Cidade de Ho Chi Minh: uma posição geográfica privilegiada no sudeste asiático

num caso (raro?) se juntava um cão, patas dianteiras num varão do guiador, patas traseiras em equilíbrio no aro curvo.

As crianças "americo-asiáticas"

O postal de Ho Chi Minh são ainda os bandos de crianças que interpelam e brincam com todos os estrangeiros de rostos ocidentais, fazendo-lhes verdadeiras escoltas pelas ruas e praças da cidade.

No meio dessas crianças, algumas sobressaem pelos traços fisionómicos ou cor escura da pele. Têm todas mais de dez anos de idade, são mestiças, filhas de soldados norte-americanos. Chamam-lhes "americo-asiáticas", termo inventado pela imprensa norte-americana.

O governo de Washington levantou a questão destas crianças e adolescentes em 1982, nos contactos com diplomatas vietnamitas, em Genebra. Acusaram os dirigentes e instituições do Vietname de discriminação em relação a essas crianças onde corre o sangue norte-americano (a maior parte nasceu de violações cometidas pelos G.I.'s) propondo ao governo de Hanói que as deixasse emigrar para os Estados Unidos. Com a questão dos soldados norte-americanos desaparecidos no Vietname do Norte e da intervenção vietnamita no Kampuchea, a situação dos "americo-asiáticos" constituía parte dos obstáculos que a administração Reagan alegava para recusar o início do processo de negociações entre os dois países.

Os vietnamitas concordaram imediatamente, pondo como única condição, que a partida das crianças e das suas mães, desejosas de emigrarem para os EUA, se fizesse através dos serviços do ACNUR, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

De 1983 a Março de 1985, 4.700 famílias com crianças "americo-asiáticas" foram encaminhadas pelo ACNUR para os EUA. Cada uma dessas crian-

ças vai acompanhada pela mãe e, geralmente, por um irmão ou, em casos muito raros, pelo padrasto. A maior parte das mães, no entanto, permanecem solteiras, pertencem a famílias pobres e muitas das crianças "americo-asiáticas" vagueiam pela cidade ou encontram-se nos centros de recuperação de jovens delinquentes.

Calcula-se que permanecem ainda no sul do país cerca de 3.000 crianças "americo-asiáticas", o que representa famílias num total de 10.000 pessoas.

A partida dessas crianças e das suas mães tem-se processado muito lentamente, porque, segundo a versão vietnamita, os serviços de imigração norte-americanos foram surpreendidos pela concordância imediata do governo de Hanói e começaram a levantar obstáculos à sua entrada. Esta explicação foi-nos confirmada por uma funcionária francesa da delegação do ACNUR em Ho Chi Minh, que nos descreveu como vencera a teia burocrática e as dificuldades levantadas pelos serviços norte-americanos para conseguir os vistos de entrada do último grupo de 250 pessoas com crianças "americo-asiáticas", que haviam viajado no final de Maio deste ano.

Thu Huong vai para os EUA

Phan Thi My Dung tem 38 anos e, em 1970, era empregada de restaurante em Nha Trang, a 400 quilómetros ao norte de Saigão. Conheceu aí um norte-americano que nunca viu fardado e com quem coabitou durante quatro meses. Engravidou e Bill — o único nome ou referência com que dele ficou — convenceu-a a ir para Saigão onde My Dung tinha família. Nasceu-lhe uma menina e regressou a Nha Trang. Bill tinha desaparecido sem deixar rastro e My Dung não teve coragem de o procurar através dos serviços militares ianques, porque considerava que vivera com ele numa situação irregular.

Nada mais soube do pai de Phan Thi Thu Huong, hoje uma bonita adolescente de 14 anos. Vivem numa pequena casa na rua Cô Bac na Cidade de Ho Chi Minh com a irmã de My Dung e a avó de Thu Huong. Todos subsistem com enormes dificuldades vendendo cigarros e tijelas de sopa.

Thu Huong fez a escola primária e estudou até ao segundo ano do secundário, quando deixou os estudos para aprender inglês, em 1982, já a pensar nos EUA. Foi nesse ano que mãe e filha se candidataram para emigrar. Passaram nos exames médicos exigidos pelos serviços de imigração dos EUA e desde então esperam a chamada do ACNUR.

My Dung, católica praticante, diz que nunca se casou para se dedicar à filha, sua "única fonte de alegria e consolação". Os funcionários do ACNUR não lhe deram qualquer esperança de po-

der vir a encontrar o pai de Thu Huong, não sabe quando viajará, nem em que condições irá viver nos Estados Unidos. O futuro é para ela uma incógnita total.

Thu Huong nunca se sentiu discriminada, pelos seus traços ocidentais, na escola ou no bairro onde vive, e com um sorriso ingênuo garante ao repórter que encontrará o pai.

Hanói, capital milenária com destroços de B-52

Hanói, ou "a cidade deste lado do rio" (Vermelho) como significa o seu nome, foi quase sempre a capital do Vietname independente: desde o ano 1010, por decisão do rei Ly Thai To, até 1802, quando a dinastia dos Nguyen transferiu a corte para Hué. Caída em poder dos franceses em 1882, só após os Acordos de Genebra em 1954, reassumiu a posição, de facto, de capital do Vietname do Norte e depois da República Socialista do Vietname, fundada em 2 de Julho de 1976.

Foi, no entanto, em Hanói que Ho Chi Minh leu a Declaração de Independência em 2 de Setembro de 1945. Mas as forças do Vietminh foram obrigadas a retirar para as montanhas do norte depois dos ataques da artilharia francesa que provocaram milhares de mortos no bairro de Dong Xuan.

Se a Cidade de Ho Chi Minh guarda ainda muitos estigmas da "era americana", em Hanói, o passado milenário, a ocupação chinesa e a colonização francesa vêm ao encontro do visitante a cada dobrar de esquina.

Templos, pagodes, torres, monumentos, vindos dos confins dos séculos entrepõem-se com os belos edifícios de arquitectura colonial francesa, recuperados para ministérios e outros departamentos administrativos, e dos velhos hotéis de salões amplos, tectos altos e reminiscências do requinte parisiense *art nouveau* dos anos vinte. Como o famoso Hotel Thong Nhat (Reunificação, em vietnamita) por onde passaram gerações de visitantes estrangeiros: políticos, homens de negócios, convidados do governo, jornalistas das quatro partes do mundo.

O *ex-libris* de Hanói, são também os lagos, o Parque Lenine, os jardins e, fatalmente, os vestígios da guerra.

Tropeça-se neles a cada passo. No pequeno parque vizinho do Templo da Literatura (construído em 1070 para celebrar o culto de Confúcio) a iniciativa popular amontou destroços dos aviões norte-americanos abatidos e depois rodeou-os com um gradeamento protector. Nesse "monumento" à guerra acede o repórter à insistência de um soldado em posar orgulhoso para a foto, diante dessa amalgama de ferro-velho. No lago Truc Bach

uma lápide assinala o derrube de um F-111 em 26/10/67 e o nome do piloto capturado, tenente-coronel John Sney Macan. Libertado em 1973, o piloto visitou o local em Fevereiro do corrente ano, cumprimentou o artilheiro que o abateu e sorriu para as câmaras da NBC que "cobriam" o regresso ao Vietname do ex-oficial da *US Air Force* agora congressista do Partido Republicano em Washington. Na aldeia de Ngoc Ha (Aldeia das Flores) onde a asa de um B-52 que aí tombou permanece semimergulhada num pequeno lago. No monumento do populoso bairro de Kham Thien onde os bombardeamentos causaram 215 mortos na noite de 26 de Dezembro de 1972⁶.

Dormir nos passeios da rua

Contrariamente à ex-Saigão, em Hanói não existe um "mercado negro" com a espantosa quantidade de produtos estrangeiros. Não há "300 mil motorizadas" ruidosas. Não se vêem as jovens calçando longas luvas de cetim que lhes protegem a brancura da pele. Não circulam os velhos *Dodges* e *Chevrolets* que na cidade do sul são táxis privados para casamentos ou viagens interurbanas com um mínimo de lotação de quinze passageiros.

Mas em Hanói há, como em Ho Chi Minh, Danang, Haiphong e outras cidades vietnamitas os mesmos magotes de bicicletas que parecem rolar em ininterrupto desfile, bem no meio da rua. Indisciplina rodoviária "intrínseca" a obrigar os motoristas a não retirar a mão da buzina e a fazer recuar — a quem não está habituado a viajar de automóvel no Vietname — que um desses pacatos ciclistas venha, de dez em dez metros, esmagar-se contra o pára-brisa do carro.

Cidade dita austera e puritana, com dezenas de anos de regime socialista de guerra, Hanói (com um milhão de habitantes menos que a Cidade de Ho Chi Minh) tem o mesmo bulício das urbes asiáticas. Tem jardins frondosos procurados por pares de namorados, grupos de reformados em caqueira do fim da tarde, crianças inventoras de jogos a que outras crianças nos antípodas se entram nesse mesmo momento.

⁶ Em 18/12/72, dois dias depois da delegação norte-americana suspender as negociações de Paris, Richard Nixon enviou um ultimato ao primeiro-ministro Pham Van Dong: ou os dirigentes vietnamitas concordavam com as alterações propostas por Kissinger ao texto em discussão, ou Hanói seria totalmente bombardeada. Horas mais tarde, após a recepção da carta contendo o ultimato, os B-52 surgiram sobre a capital. Porém, o governo vietnamita previra a eventualidade do ataque e semanas antes a maior parte da população fora evacuada, o que explica o número relativamente reduzido de vítimas civis nos 12 dias de bombardeamento, 1318 segundo dados oficiais.

Cidade degradada, em forma de folha de árvore, cuja nervura principal é a linha dos fatigados "eléctricos" da Rua da Seda ao Mercado Dong Xuan, a construção de novas habitações faz-se lentamente. As pequenas casas albergam duas ou mais famílias, o que leva muita gente a preferir dormir em esteiras nos passeios quando o calor aperta e a chuva não cai.

Muitas dessas pessoas que dormem ao lado de sacos de bagagem são, aliás, camponeses que permanecem três ou quatro dias na cidade para comprar ou vender, sem parentes ou posses que lhes permitam hospedagem nos poucos hotéis existentes.

Mendigos há-os como em Ho Chi Minh, mas em número infímo se se entrar em comparações com outras cidades do mundo como Rio de Janeiro, Buenos Aires, Kinshasa ou Lisboa, Paris e Nova Iorque.

Hanói é, finalmente, a ginástica matinal de centenas de cidadãos nos relvados fronteiriços ao solene e imponente Mausoléu de Ho Chi Minh (inaugurado no 30.º aniversário da Declaração da Independência — 2 de Setembro de 1975 — e construído com materiais vindos de todas as regiões do país durante a guerra contra os EUA) e os desafios de futebol às seis da manhã nos cruzamentos das ruas.



A asa do B-52 no pequeno lago da Aldeia das Flores: no Natal de 1972, foram abatidas 23 "fortalezas voadoras" dos EUA

A questão salarial

"O salário de um funcionário dá para viver dificilmente dez dias no mês", diz em Hanói um antigo diplomata à beira da reforma. "Como viver com salários de base de 100 a 200 *dongs* que com as subvenções não atingem mais do que 1.800/2.000 *dongs*, quando um quilo de carne no mercado livre custa 300 *dongs* e a ração do Estado é, em média, 500 gramas por mês?", interroga-se uma engenheira de uma fábrica têxtil de Danang.

Um pato no mercado de Ben Thanh na Cidade de Ho Chi Minh está tabelado a 250 *dongs*. Quem o pode comprar? "Os ricos", responde sorrindo o intérprete e funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Nguyen Son. Os "ricos" são os comerciantes, os traficantes de pequenas e grandes coisas, mas também os artesãos, os "biscateiros", os reparadores de bicicletas, aparelhos de rádio ou televisão e todos aqueles que podem alcançar um rendimento mínimo de 3.000 *dongs* líquidos.



Mercado de Can Tho, capital do delta do rio Mekong

Para a maioria dos vietnamitas a situação, porém, é a de continuar a fazer furos no cinto e aguardar, com a sua providencial paciência e obstinação, os melhores dias que, não duvidam, chegarão, antes mais cedo do que tarde.

O regime de salários vigente no Vietname vem ainda da época da guerra, com o complexo sistema de rações e preços subvenzionados que variam segundo as regiões, as empresas ou as cooperativas agrícolas. É um labirinto burocrático de cupões e escalas relacionadas com a função produtiva do trabalhador, a dureza e o esforço exigido em cada actividade, o número de crianças e velhos a cargo de cada família, o estado de saúde, etc.

Um operário, por exemplo, que ganhe 500 *dongs* líquidos, junta a este quantitativo (que dará no máximo para comprar no mercado livre dois

quilos de carne de porco) cupões que lhe darão direito a 20 quilos de arroz para ele, 17 para um filho estudante ou um velho, 9 para as crianças. Receberá 2,5 quilos de carne, 5 de peixe, açúcar, sabão, tecidos, etc. Todos estes produtos subvenzionados pelo Estado custarão ao operário, ao funcionário ou ao soldado, um centésimo do que eles pagarão por um quilo de arroz ou um décimo pela carne, no mercado livre. Os alugueres, os consumos de água e electricidade têm preços irrisórios.

Como as quantidades das rações não são abundantes, todos aqueles que podem, fazem trabalhos suplementares para arredondar o magro rendimento mensal.

"Lucro, eficácia, autogestão e combate à burocracia"

A partir de 1979, desenvolveram-se no interior do Partido Comunista debates e pesquisas visando aligeirar a rigidez do sistema produtivo excessivamente centralizado, corrigir a precipitação na colectivização dos campos, manifestada na parte meridional do país após 1975 e reformular o regime de salários.

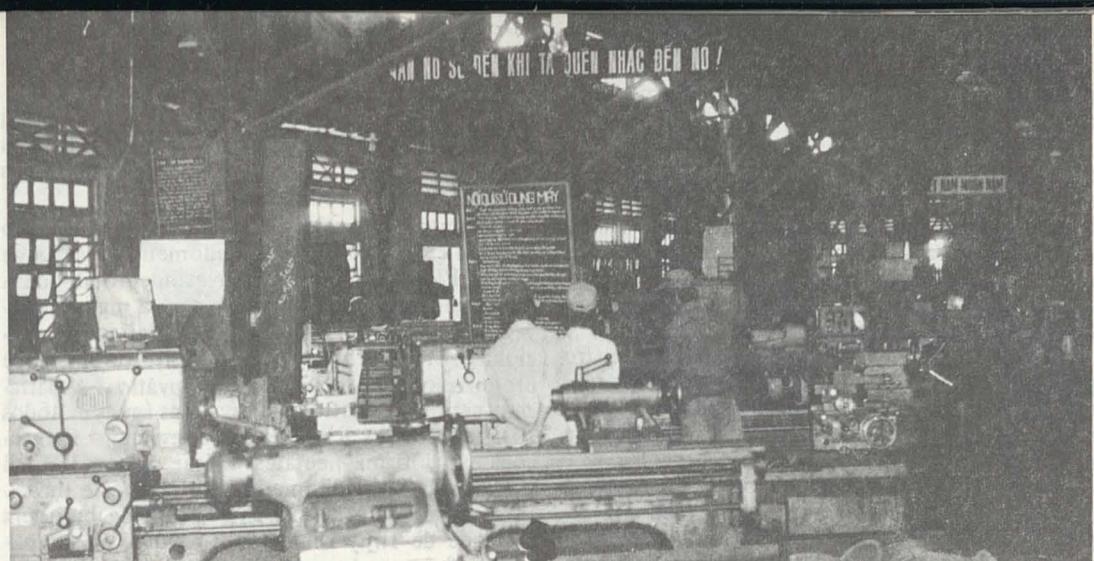
Dois anos depois, iniciaram-se em três províncias experiências discretas em alguns sectores de actividade que consistiam na supressão gradual das subvenções e dos racionamentos, substituindo-os por salários apenas em dinheiro. Foram escolhidas, primeiro, Long An, no sul (pequena província vizinha de Ho Chi Minh), depois Danang, no centro, e Haiphong, no norte. Mais tarde, foi agregado o distrito de Me Linh, na província de Hanói.

A orientação da liderança vietnamita nesta questão foi sintetizada por Le Duc Tho, membro do Bureau Político do Comité Central, durante o 5º Congresso do Partido Comunista, realizado em Março de 1982: "vocês fazem as experiências, nós tiraremos os ensinamentos e, todos juntos, corrigiremos os erros".

Os resultados das inovações foram sendo acompanhados e testados durante todo esse tempo, e, em Junho último, após uma semana de discussões, o Comité Central do PCV decidiu alargar as experiências das províncias-piloto ao resto do país.

No comunicado então emitido foi assinalado que as reformas incidirão "não apenas sobre os preços, os salários, mas também sobre o comércio, as finanças, a circulação monetária, a planificação e a gestão económica". O objectivo é "abrir radicalmente a gestão administrativa e burocrática para passar definitivamente à autogestão económica, à empresa socialista e criar condições favoráveis ao desenvolvimento da economia".

Na reunião plenária do Comité Central foi colocado acento em expressões como "lucro", "qualidade", "eficácia", e mesmo "autogestão" ou



Carlos Pinto Santos

A carência de energia e matéria-prima obriga a indústria a funcionar a metade da sua capacidade instalada

"combate à burocracia", para definir as reformas maduramente estudadas.

Na prática, isso significa que os cupões de rationamento serão gradualmente suprimidos, as empresas levadas a gerirem-se financeiramente sem as subvenções do Estado. Por outro lado, acabarão os fornecimentos de mercadorias com preços abaixo dos custos de produção.

Tudo isto será feito por etapas prudentes. Quando abordados sobre esta questão, que inflingirá uma mudança radical na vida da população e no funcionamento da economia, os responsáveis vietnamitas exprimem a opinião de que a reforma terá de aguardar o final de 1986 para ficar generalizada a todo o país. Nesse sentido, o *Nhan Dan*, órgão oficial do PCV, escreveu, em comentário à reunião do Comité Central, que este "novo mecanismo não se pode realizar de uma só vez ou num curto lapso de tempo. Não é um trabalho fácil mas um passo inicial em direcção a uma tarefa extremamente difícil e complexa".

Penúria de energia

Os objectivos governamentais de estabilizar e melhorar o nível de vida da população, em particular nas cidades onde as condições são mais graves, e incrementar a produção industrial e agrícola, recorrendo a uma gestão mais racional, têm contra eles os obstáculos do atraso das infra-estruturas económicas: equipamentos, matérias-primas, energia e transportes.

A Fábrica Mecânica de Danang produz motores de explosão, acessórios para automóveis, cilindros para locomotivas, motores diesel para barcos de pesca e bombas de irrigação, teares mecânicos, equipamentos para fábricas de bici-

ctetas e toda uma gama de maquinaria essencial ao funcionamento de outras empresas industriais e agrícolas.

É a única fábrica do género da região centro do país. Tem equipamento velho, instalações amplas (construídas sobre o pavimento cimentado de uma base norte-americana), coopera com empresas de nível nacional e recebe muitos contratos de produção. No entanto, a administração vê-se forçada a recusar muitas dessas encomendas por falta de matéria-prima e energia eléctrica.

Quando visitámos as suas oficinas, a maior parte das máquinas estavam paradas. O fornecimento de electricidade fora reduzido em 70% para permitir os trabalhos nos arrozais da região. Os cortes de energia são diários nas épocas de grande irrigação e prolongam-se por seis ou sete horas, impedindo a fábrica de assegurar muitas das suas encomendas.

As dificuldades da Fábrica Mecânica de Danang retratam a situação geral da indústria vietnamita: penúria de matérias-primas, energia e equipamento. Não há dados precisos e globais, mas várias fontes consideram que não é exagerado estimar que a indústria, a nível nacional, não utiliza mais de metade da sua capacidade instalada, apesar da produção do sector secundário (artesanato incluído) ter sido multiplicado por cinco nos últimos dez anos.

Dirigentes, economistas e técnicos vietnamitas estão convictos de que a situação de carência da infra-estrutura económica do seu país registará uma evolução positiva nos próximos anos. Localizam essa data no termo do actual Plano Quinquenal, ou seja, 1990. Até esse ano, os grandes projectos em execução deverão começar a dar frutos, permitindo o aproveitamento dos recursos naturais

pouco explorados que influirão no desenvolvimento industrial e agrícola.

As cartas geológicas do Vietname revelam recursos minerais abundantes. O país dispõe de reservas de ferro de alta qualidade, carvão de antracite e lenhite (3 mil milhões de toneladas desta última variedade foram descobertas no delta do Rio Vermelho), estanho, gás natural, bauxite, volfrâmio, metais não ferrosos, metais raros (ouro e prata), areia (exportada para o Japão) e petróleo.

No início deste ano, o vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos, Tu Huu, afirmou que existem em terra e na plataforma continental, reservas comprovadas de petróleo em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades do país e consagrar uma parte importante para a exportação.

A extração do *crude*, no entanto, não terá expressão económica antes de três anos — as 500 toneladas diárias que já se produzem são uma gota nas necessidades do consumo nacional —, prevenindo a Companhia de Petróleo do Vietname (instalada na antiga embaixada-fortaleza dos EUA em Saigão) que a produção nacional possa atingir 5 milhões de toneladas em 1990 e o país conseguir a auto-suficiência do hidrocarboneto antes do final do século. Mas por agora é grande a escassez de combustível o que no ano passado, inclusive, obri-gou a redução das carreiras aéreas internas.

As grandes jazidas *off shore* estão localizadas perto das praias de Vung Tau, a 120 quilómetros da Cidade de Ho Chi Minh. Estas reservas foram descobertas durante a guerra por companhias norte-americanas que depois de 1975 propuseram ao governo vietnamita continuar a prospecção e exploração petrolíferas.

Interessados na tecnologia dessas empresas que lhes garantia uma utilização mais rápida das reservas, os vietnamitas concordaram, mas o projecto foi impedido pelo boicote económico imposto pela Casa Branca. Face a este voto, Hanói recorreu à colaboração da União Soviética — e também a empresas alemãs federais, italianas e francesas — formando-se a *Vietsovpetro*, empresa conjunta que não dispõe da tecnologia de ponta das transnacionais petrolíferas está já em condições de assegurar níveis de extração apreciáveis no futuro próximo. Até essa altura, Moscovo continuará a fornecer à República Socialista do Vietname o petróleo que — segundo a imprensa norte-americana — compra à Indonésia.

Triplicar a produção de electricidade

É também com o apoio soviético que os vietnamitas esperam resolver a enorme carência de energia hidroeléctrica, criando condições para, no final do Plano Quinquenal 1986-1990, duplicar a produção industrial e alargar a área agrícola em cen-

tenas de milhares de hectares.

Efectivamente, entre as dezenas de projectos de desenvolvimento que estão em execução com a ajuda da URSS, avultam três grandes barragens nas regiões norte, centro e sul:

— Central hidroeléctrica de Hoa Binh sobre o Rio Da (Rio Negro), a 80 quilómetros a oeste de Hanói. É o mais importante investimento no domínio da energia no Vietname e será a maior barragem do sudeste asiático. Em 1987, entrará em funcionamento a primeira das suas oito turbinas que produzirão 1,92 milhão de quilovátiós. A barragem permitirá controlar o nível das águas de todos os afluentes do Rio Vermelho, evitando inundações em 800 mil hectares, irrigar outros 300 mil e assegurar 200 quilómetros de transporte fluvial. Está em construção nas imediações da barragem a cidade de Thuy Dien Hoa Binh que, na sua primeira fase, terá uma população estimada em 100.000 habitantes;

— Central termoeléctrica de Pha Lai, a 100 quilómetros de Danang. Ainda este ano entrará em funcionamento a sua terceira turbina. Os 220 mil quilovátiós actuais passarão, com as seis turbinas previstas, para o triplo;

— Central hidroeléctrica de Tri An, a 70 quilómetros de Ho Chi Minh. Quatro turbinas com uma capacidade de 400 mil quilovátiós, em que a primeira entrará em serviço em 1987. A barragem irá irrigar 250 mil hectares.

Com estas três novas barragens, o Vietname contará com 2,7 milhões de quilovátiós, o que representará o triplo da produção de electricidade por hora, em relação ao presente.

Os transportes constituem outro sector de estrangulamento da economia do Vietname. Com um parque automóvel a cair aos pedaços e uma rede ferroviária obsoleta num país montanhoso e acidentado, os vietnamitas ocuparam-se nos últimos anos a reparar estradas e pontes destruídas e a desenvolver lentamente a sua frota mercante.

O escoamento de produtos agropecuários faz-se de forma lenta por comboio ou barco com elevados custos. Os alimentos frescos abundantes no sul chegam raramente, ou não chegam, ao norte do país. Daí ser frequente deparar nos mercados livres de Ho Chi Minh, com frutas e legumes a um terço do preço a que são vendidos em Hanói.

A palavra de ordem é exportar

O montante do endividamento externo não é revelado mas, segundo cálculos de observadores ocidentais, deverá rondar os 3.000 milhões de dólares. Isso colocaria o Vietname ao nível da Bolívia ou do Panamá, países com um vigésimo da sua população. Em relação à dívida externa portuguesa, a vietnamita não chega a representar um quarto,



Carlos Pinto Santos

Uma cooperativa de artesanato de laca na Cidade de Ho Chi Minh: produção virada para a exportação

para uma população seis vezes superior.

A situação da balança de pagamentos é muito mais grave. Os dados oficiais revelam que as exportações cobrem pouco mais de um terço das importações.

Face a este desequilíbrio com que esbarram os planos de desenvolvimento, as palavras de ordem lançadas nos últimos anos pelos órgãos do poder entraram na linguagem corrente de qualquer quadro intermédio vietnamita. Nas fábricas, cooperativas de artesanato, unidades agrícolas, ministérios visitados foi sempre ponto de honra dos nossos interlocutores assinalarem a contribuição das suas empresas ou departamentos no esforço de exportação que lhes é pedido pela direcção central.

Expressões como "abrir mercados no estrangeiro", "fabricar produtos a preços internacionalmente competitivos", "incrementar as exportações industriais, agrícolas ou de artesanato", "captar divisas", são proferidas com ênfase e com uma motivação inequivocamente assumida.

Mas também se ouve com frequência aos vietnamitas, medianamente informados da situação económica do país, que "o tempo das vacas magras ainda durará anos".

Não arriscam datas. Porém, com cautelosa esperança falam nos anos que se seguirão ao Plano Quinquenal agora iniciado. Sabem, igualmente, que terão de contar com os factores imponderáveis do contexto político internacional no qual o Vietname está inserido.

Em 1985, a persistente ameaça chinesa e o estacionamento de tropas no Kampuchea (100.000 soldados após as reduções de efectivos deste ano) fazem do exército vietnamita o quarto mais numeroso do mundo. E para um país em vias de desenvolvimento, suportar — apesar dos apoios imprescindíveis dos seus aliados — um milhão e 200

mil homens em armas é um dado de facto que condiciona todos os planos de progresso.

"Um imenso campo de lótus"

"Conseguiremos. Agora, e para sempre, temos o país livre e unificado. A palavra de ordem mais repetida durante os trinta anos em que estivemos divididos pelo paralelo 17, cumpriu-se: de Ca Mau a Lon Son, uma só nação", replica Bui Huu Nhan, o funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros que acompanhou o enviado de *cadernos* durante algumas semanas.

Como complemento, Nhan narra mais uma das suas muitas estórias do tempo de guerra.

Nos finais da década de sessenta, ele serviu de guia e intérprete a jornalistas norte-americanos que visitavam o norte quando a *US Air Force* bombardeava furiosamente cidades e aldeias.

Diante dos bandos de crianças que pululavam pelo país como enxames de abelhas (a população do norte do Vietname duplicou de 1945 a 1975), Nhan tinha o hábito de perguntar aos jornalistas: "aqui estão os vossos futuros adversários. Estão preparados para os combater?".

Os correspondentes norte-americanos respondiam à ironia — recorda ele — negando de modo sério que os EUA pudesse manter um conflito interminável com um povo vivendo a dezenas de milhares de quilómetros das suas fronteiras.

Com a tranquilidade obstinada dos vietnamitas, diz Nhan à guisa de conclusão: "se resistimos durante vinte séculos a tantos inimigos, não conseguiremos agora transformar a nossa terra num imenso campo de lótus?"

A flor de lótus é não só o nome da aldeia natal de Ho Chi Minh, Kim Lien, mas também um símbolo nacional do Vietname.

As quatro questões externas

A política externa vietnamita defronta quatro questões de imprevisível resolução no tempo, feitas de pacientes e morosos passos. Questões que obrigam a intrincados jogos diplomáticos em que Hanói poderá ceder alguns peões, mas não mover as posições de princípio das grandes peças. Com muitas influências entre si, mas que não levarão necessariamente a soluções em cadeia, essas questões são Kampuchea, China, ASEAN e EUA.

Foram estes os temas da entrevista que Nguyen Co Thach, ministro dos Negócios Estrangeiros, concedeu na capital vietnamita a *cadernos do terceiro mundo*.

No Kampuchea até 1995

Os governos de Hanói e Phnom Penh anunciam que as tropas vietnamitas estacionadas no Kampuchea não retirarão antes de 1995. Significa este prazo de dez anos que, apesar das derrotas verificadas nos primeiros meses de 1985 em que perderam as últimas bases no interior do Kampuchea, as forças de Pol Pot, Son Sann e Sihanouk constituem ainda uma grave ameaça para o regime da RPK?

— Os rebeldes só constituirão uma grave ameaça se continuarem a dispor do santuário tailandês e do apoio da China, dos Estados Unidos e dos países da ASEAN.

A situação no Kampuchea está estabilizada e é irreversível. O renascimento da nação khmer permitiu-nos proceder este ano a uma retirada das nossas forças. Em Março, regressaram ao Vietname 10.000 soldados e até final de Dezembro contamos

Co Thach a *cadernos*: "a situação no Kampuchea está estabilizada"

que um terço do total das nossas forças abandonem o Kampuchea. Esta retirada progressiva estará completada em 1995, conforme foi decidido pelos dois governos em 1982.

Esses dez anos deverão ser entendidos como o prazo necessário para que o novo exército khmer adquira capacidade operacional para se valer a si próprio?

— A retirada unilateral total, em 1995, será quinze anos depois da derrocada de Pol Pot. Em relação à presença norte-americana na Alemanha Federal e no Japão, quarenta anos depois da derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês, a presença vietnamita no Kampuchea é bastante curta.

Mas não excluímos a hipótese que ela possa vir a ser encurtada. Isso dependerá das negociações entre todas as partes envolvidas que se deverão realizar sem condições prévias. Consideramos que este é o momento para se negociar e então o chamado problema kampucheano resolver-se-á por si próprio.¹

A "17ª lição" chinesa

O conflito com a China não conheceu ultimamente alterações significativas. No entanto, a artilharia chinesa continua a bombardear esporadicamente, o território vietnamita e sucedem-se os voos de espionagem. Por outro lado, os dirigentes chineses ameaçaram o Vietname no início do ano com uma "segunda lição". Como interpreta a estratégia do governo chinês: manter apenas um clima de tensão na fronteira ou existe a ameaça real de segurança?

— A estratégia de Pequim é du-



pla: a tensão permanente e a ameaça de uma segunda invasão. Com um só objectivo: sangrar o Vietname até à última gota de sangue, já ferido por trinta anos de guerra.

O governo chinês pratica a sua política agressiva tentando justificá-la com a nossa suposta ameaça na fronteira. Mas que país estaria disposto, depois de três décadas de guerra, a entrar em confronto com a nação mais populosa do mundo? Só se fosse um país governado por loucos!

O governo vietnamita propôs recentemente conversações à China que tenham sido recusadas?

— Desde há muito que propomos negociações com o governo chinês. Sobretudo para que cessem as hostilidades na fronteira. Mas nunca obtivemos resposta positiva por parte de Pequim, que exige como condição prévia a retirada das forças vietnamitas do Kampuchea. Nós queremos negociar sem condições prévias.

Mas existe o perigo de uma "segunda lição" chinesa?

— Na realidade não seria a "segunda lição", mas a "décima sétima", porque a primeira foi dada há 2.054 anos... Ora se dezasseis lições não deram grandes resultados, a décima sétima tem poucas probabilidades de êxito...

Por enquanto continuam as agressões na fronteira. O que começa a tornar-se um pouco monótono.

O diálogo que se esboça entre a URSS e a China preocupa o governo vietnamita?

— De maneira nenhuma. Pelo contrário, desejamos que esse diálogo dê frutos para a normalização das relações entre os dois países. Um entendimento entre a URSS e a China contribuiria para o desanuviamento mundial e fortalecimento da paz. Portanto, beneficiaria também o Vietname.

Além do mais, o governo soviético já declarou que uma eventual normalização com Pequim nunca se fará à custa de terceiros.

A Tailândia e o escudo chinês

A Tailândia é o aliado mais seguro dos Estados Unidos em toda a região do sudeste asiático, o que permitiu a esse país dispor actualmente de forças armadas bem equipadas e poderosas. Face a esta realidade, existe possibilidade de diálogo entre o Vietname e o regime de Banguecoque?

— Nós nunca deixámos de propor negociações à Tailândia. Mas a política dos governos de Banguecoque nos últimos 40 anos foi sempre contra os interesses dos outros países da região e, inclusive, contra o interesse do seu próprio povo. Durante os anos cinquenta e sessenta, por exemplo, a Tailândia serviu como base militar contra nós. Depois foi quartel-general da SEATO², um pacto militar dirigido contra os países indochineses.

Os norte-americanos fracassaram com a SEATO

Carlos Pinto Santos



Escola de Oficiais khmers em Phnom Penh. Os exércitos dos três países da Indochina impulsionam a sua coordenação

e foram derrotados no Vietname, mas não desistiram de fortalecer a natureza agressiva do regime tailandês. Isso, no entanto, não tem impedido que o governo de Banguecoque tenha sofrido sucessi-

¹ Após a realização desta entrevista, foi anunciado em Phnom Penh no termo de uma conferência de dois dias dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Vietname, Kampuchea e Laos, efectuada em Agosto último, que o governo de Hanói retirará totalmente as suas tropas estacionadas em território khmer até 1990. A retirada, de acordo com o comunicado emitido, realizar-se-á, como até aqui, por fases graduais. A declaração dos ministros indochineses adverte, no entanto, que "se as retiradas forem aproveitadas para torpedeamento de paz e segurança do Kampuchea", haverá consultas entre Hanói e Phnom Penh para "a tomada de medidas adequadas".

Por outro lado, ainda em Agosto, enviados especiais do Departamento de Estado dos EUA e responsáveis do MNE vietnamita mantiveram em Hanói, pela primeira vez, conversações sobre a questão dos cerca de 2.500 soldados norte-americanos desaparecidos durante a guerra. De acordo com declarações prestadas à imprensa pelos diplomatas norte-americanos, os seus interlocutores prometeram resolver o problema «num período muito curto».

² Organização do Tratado da Ásia do Sudeste. Criado para defender os interesses estratégicos dos EUA no subcontinente asiático, este tratado equivalente à NATO perdeu grande importância com o abandono da Austrália e da Nova Zelândia, em Abril de 1973.

vas crises internas. A última foi a tentativa que ficou conhecida pela rebelião militar dos "jovens turcos", em Abril de 1981.

Mas desde Outubro de 1973, quando se deu a derrocada do regime militar da altura, deixou de haver agressões directas contra o Vietname, como se verificava antes. A partir de então os tailandeses não ousam fazer guerra aberta contra nós.

Em 1975 os tailandeses começaram a jogar a carta de Pol Pot e dos seus amigos. Não lhes deu grandes resultados. Depois de 1979 fazem frente contra o Vietname apoiando-se nos EUA e na China. Pequim, contudo, também falhou na agressão contra nós, o que provou que os chineses não podem servir de escudo à Tailândia na sua política hostil contra o Vietname.

Julgo que a Tailândia atravessa de novo uma crise. A tendência para a paz e a neutralidade e para uma política de boa vizinhança em relação ao Kampuchea e aos outros países indochineses reforça-se em Banguecoque depois da derrota de Pol Pot e da ocupação pelo exército tailandês de três aldeias no interior do Laos.

Uma política de boa vizinhança

Isso, no entanto, não tem impedido que grande parte da ajuda militar dos EUA à Tailândia seja encaminhada para as forças que combatem o regime de Phnom Penh, conforme tem sido revelado pela imprensa internacional..

— De facto, isso acontece. É uma má política dos EUA que não deviam esquecer que a ajuda prestada ao governo fantoche do sul do Vietname não o pôde salvar e foi muito mais vasta.

Há desenvolvimentos positivos nos processos de negociações com outros países da ASEAN?



Destruções na província fronteiriça de Lan Song causadas pela invasão chinesa em 1979

— Pensamos que sim. A tendência para uma política de boa vizinhança na região não é de agora. Iniciou-se por volta de 1971, quando começou a desenhar-se a derrota dos Estados Unidos na guerra contra os países indochineses e das forças reacionárias dos países da ASEAN que se apoiavam no protectorado norte-americano. Essa tendência para a neutralidade e para a paz ficou clara na Conferência de Kuala Lumpur da ASEAN nesse ano. Quatro anos depois, em 1975, com a libertação dos três países indochineses a cimeira da organização, em Bali, na Indonésia, reafirmou a intenção de estabelecer relações de boa vizinhança connosco, o Laos e o Kampuchea.

A China, porém, procurou sabotar a coexistência pacífica no sudeste asiático, porque a independência dos nossos três países constitui um obstáculo ao seu expansionismo na região e à sua política hegemônica de dividir para reinar. Um sonho imperial chinês velho de há séculos.

Como a China não se conformou com o facto do sudeste asiático ter acabado para ela, utilizou Pol Pot contra nós para possuir um trampolim na região, que teve o resultado que sabemos. E é, em seguida, que vem a "primeira lição".

Tudo isto foi uma espécie de presente do "Pai Natal" que Washington deixou aos países da ASEAN. Aproveitaram-se dos diferendos entre a China e a URSS e o Vietname para, em conveniência com os dirigentes de Pequim, outorgarem-lhes o papel de *gendarme* que eles insistem em assumir, substituindo os norte-americanos.

Mas o estado de confrontação desejado pelos EUA e a China não é do interesse dos países da ASEAN. Eles sabem que, mais cedo ou mais tarde, os vietnamitas vão retirar-se do Kampuchea e esse problema deixará naturalmente de existir.

E aqui, surge uma contradição entre a Tailândia e os outros países da ASEAN quanto à "segunda lição". Se a China não dá a lição ao Vietname, o regime tailandês fica desencorajado no seu papel de base agressiva que aceitou desempenhar. Mas se ela se concretiza, os governos da ASEAN ficarão a saber que, na região, há um grande país pronto a dar "lições" a todos aqueles que têm "cabeça dura".

Boas relações com Djacarta e apoio à FRETILIN

A Indonésia é o país da ASEAN com quem o Vietname atingiu o melhor tipo de relacionamento político e económico. Poder-se-á dizer que a "política de bloco" da ASEAN começa a ser substituída por políticas de relacionamento bilateral?

— A Indonésia é um grande país que tem vistões largas e que vê longe. Durante a nossa resistência contra os imperialistas norte-americanos, foi o

único país a não participar na agressão de Washington. Desde os anos cinquenta que as relações entre o Vietname e a Indonésia sempre foram boas. Nenhum dos dois se aliou a potências estrangeiras contra o outro.

O general Moerdani, comandante-chefe das forças armadas indonésias, declarou que a China constitui uma ameaça, a longo prazo, para os países da Ásia do Sudeste. Afirmando isso, ele exprimiu a posição do seu governo em relação ao hegemonismo e ao expansionismo chinês. Consideramos essa posição muito positiva.

As recentes trocas de visitas oficiais dos ministros da Defesa do Vietname e dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, contribuiram para que mais alguns passos fossem dados no desenvolvimento das relações, com vantagens mútuas, entre os dois países.

A posição do governo vietnamita em relação a Timor Leste não representa um obstáculo nessas relações?

— Apoiamos a FRETILIN e nas Nações Unidas votamos sempre a favor das resoluções apresentadas pelos países africanos de língua portuguesa acerca da questão de Timor Leste. É uma posição de princípio do nosso governo socialista. Mesmo que não seja do agrado dos indonésios.

Segundo algumas fontes, a União Soviética contribui com dois mil milhões de dólares por ano para o Vietname, o que representaria cerca de 20% do Produto Nacional Bruto do país. Estes números correspondem à realidade?

— Não direi qual o montante exacto, mas é o suficiente para aguentarmos e lançarmos as bases do nosso desenvolvimento. Sem a ajuda soviética e dos outros países socialistas, teria sido muito difícil ganhar a nossa independência e resistir actualmente ao embargo económico e ao cerco militar da China, Estados Unidos e da ASEAN.

O Vietname tem necessidade de ajuda, mas sem condições políticas, como o fazem a URSS, os países socialistas e alguns outros. É certo que os países ocidentais suspenderam a sua ajuda para conosco, a partir de 1979, com a chamada "questão kampuchea". Mas o Vietname não se afundou. Muitos países do Terceiro Mundo receberam importantes ajudas dos países ocidentais, mas as suas dificuldades não são menores do que as nossas, apesar de não terem suportado uma guerra como a do Vietname.

Negociar com os EUA sem condições prévias

A imprensa norte-americana afirmou recentemente que existe em Hanói uma misteriosa "casa verde" que estaria reservada para a futura embaixada norte-americana. O estabelecimento de rela-



"Apoiarmos a FRETILIN, mesmo que isso não seja do agrado dos indonésios"

ções diplomáticas com os EUA é uma das prioridades na política externa vietnamita?

— A paz e as boas relações com os outros países são uma prioridade. Com os Estados Unidos há duas eventualidades: normalização ou não normalização. Em 1977, os EUA eram pela normalização sem condições, enquanto o Vietname exigia a contribuição norte-americana para a reparação das destruições que eles provocaram durante a guerra. Como aliás Washington se tinha comprometido nos Acordos de Paris em 1973.

Em 1978, as duas partes tinham-se posto de acordo para a normalização sem condições e foram reservadas "casas verdes" nas respectivas capitais. Mas, no final de 1978, os EUA recusaram assinar o acordo de normalização e impuseram condições. Eram puros pretextos, porque nessa altura, em 15 de Dezembro, assinaram um acordo com a China. Escolheram a carta chinesa, em detrimento da normalização com o Vietname.

A seguir a 1980 levantaram outras condições prévias que não são senão puros pretextos: as questões dos pilotos norte-americanos desaparecidos, das crianças vietnamitas filhas de G.I.'s, etc.

Se os Estados Unidos continuarem a escolher a carta chinesa não há hipótese de normalização entre os dois países.

O Vietname continua a exigir as indemnizações de guerra incluídas nos Acordos de Paris para a abertura das negociações com os EUA?

— Abandonámos essa exigência e não temos qualquer outra condição prévia para iniciarmos as negociações. Mas iremos, evidentemente, apresentá-la depois da normalização. Primeiro, o aperitivo, a seguir o prato forte... ●

Memória de Son My-My Lai

Pham Thi Trinh, 27 anos, é guia no museu de Son My-My Lai e uma das cinco sobreviventes do massacre de 16 de Março de 1968.

Duas raparigas de 10 e 13 anos, uma mulher de 30 e uma velha foram as outras quatro sobreviventes.

Thi Trinh tinha 10 anos na altura e foi a única que se salvou de uma família de onze pessoas. Os G. I.'s mataram-lhe a mãe, quatro irmãos, um com sete meses, dois primos, tia, tio e a avó.

Em todos os lugarejos de Son My foram assassinadas 504 pessoas: 182 mulheres (17 grávidas), 173 crianças (56 bebés), 60 velhos e velhas, 89 adolescentes. Não houve homens entre as vítimas porque nesta zona, muito disputada desde 1964 entre as forças populares e o regime de Saigão, todos aqueles em idade de combater integravam o destacamento de guerrilha da região que, no dia do massacre, se encontrava afastado das suas bases. Son My era uma aldeia na província de Quang Ngai a 150 quilómetros de Danang junto da estrada n° 521, e nada a diferenciava de milhares de outras a sul do 17º paralelo. As forças populares vietnamitas chamavam-lhe, desde 1964, Tinh Khe, mas nos mapas militares norte-americanos estava codificado de *Pinkville* (cidade cor-de-rosa) e a região, considerada de influência vietcong, surgia pintada a cor-de-rosa. Por simplificação da cartografia militar, os lugarejos da comuna estavam todos identificados por My Lai seguidos de uma numeração de 1 a 5. Foi sob esse nome que entrou na história o massacre da guerra do Vietname que levantou maiores protestos na opinião pública internacional e motivou enormes manifestações de repúdio em todo o mundo, nomeadamente nos Estados Unidos.

Tudo começou às seis horas da manhã do dia 16 de Março de 1968.

O massacre que maior repulsa provocou no mundo, recordado por uma sobrevivente

Após o bombardeamento de artilharia de uma hora desencadeado de um monte vizinho, nove helicópteros desembocaram em duas vagas, três compa-

nhas da *Task Force Barker*, designadas por Alpha, Bravo e Charlie. Foi esta última, comandada pelo capitão E. Medina, que recebeu a missão de reduzir Son My-Tinh Khe a "zona branca" aplicando a tática dos "três tudos": tudo matar, tudo queimar, tudo destruir. O "tudo matar" foi confiado à secção do tenente Williams L. Calley Jr.

O massacre durou até às 13 horas. Despejados dos helicópteros, os soldados norte-americanos cercaram todos os lugarejos e as casas espalhadas num raio de 2 quilómetros e começaram imediatamente a liquidar tudo que encontravam com vida pela sua frente, mulheres, crianças, velhos e animais. Incendiaram casas, colheitas, árvores e antes de se retirarem colocaram cargas explosivas nos abrigos subterrâneos e nas habitações que ainda resistiam ao fogo.

Quando as notícias do massacre chegaram à opinião internacional e os próprios regimes de Saigão e comando militar norte-americano tiveram de reconhecer a sua existência, alguns dos seus executantes foram levados a tribunal militar. Foi nessa altura que o repórter Jay Roberts, que tinha acompanhado o tenente Calley em Son My Lai, descreveu na revista *Life* algumas cenas da chacina, ilustradas por fotos feitas nesse dia.

"Na orla do lugarejo — relata Roberts na *Life* de 5 de Dezembro de 1969 — encontra-se uma pilha de cadáveres. Um pequenito aproxima-se e segura na mão de um morto. Um G. I. que está atrás de mim ajoelha-se em posição de disparo e mata-o com um só tiro".

"...Os soldados aproximam-se de um grupo de mu-

Pham Thi Trinh diante do monumento a Son My-My Lai: a única sobrevivente de uma família de 11 pessoas



lheres, entre as quais está uma rapariguinha de 13 anos vestida com um pijama negro. Um G. I. agarra-a e, ajudado pelos outros, começa a despi-la à força.

— Vejamos como ela é feita, diz um deles.

“Como estes valentões se obstinam em despi-la no meio de cadáveres e cabanas em chamas, a sua mãe tenta socorrê-la agarrando-se a eles e arranhando-os. Uma outra mulher vietnamita, receando pela sua própria pele, tenta deter a revolta da mãe. Um soldado dá-lhe pontapés e um outro esbofeteia-a...”

Roberts fez uma foto da jovem a abotoar a camisa escondida atrás da mãe diante de quem tinha sido violada pelo grupo de soldados. Continua o repórter:

“... Pergunta um G. I.:

“— E agora, que fazemos com elas?

“— Matamo-las, responde outro.

“Ouvi o ladrar de uma M-60, uma metralhadora, e quando nos virámos, todas elas estavam mortas, e as suas crianças também...”

Jay Roberts e alguns dos soldados que executaram o massacre fotografaram tudo. Muitas dessas fotos foram vendidas mais tarde pelos próprios G. I.’s a revistas norte-americanas e estão ampliadas em grande tamanho no museu de Son My.

São imagens de terrorismo.

Duas crianças vivas caídas uma sobre a outra num caminho da aldeia, com a seguinte legenda de um soldado, cúmplice e testemunha, de nome Ronald Haeberle: “quando estes dois miúdos ficaram debaixo de mira, o mais velho tentou proteger o seu irmão mais pequeno, cobrindo-o com o corpo. Logo a seguir, os nossos rapazes abateram-nos”. Três crianças ainda vivas que choram diante do cadáver da mãe, um velho olhando a objectiva instantes antes de ser assassinado, outro cadáver de velho lançado vivo num poço e depois metralhado, um monte de cadáveres no ribeiro onde foram exterminadas 170 pessoas, um G. I. a atear fogo a uma cabana...

Na última das seis salas do museu que contam o massacre, estão as fotos dos dois chefes operacionais dos G. I.’s. A do capitão E. Medina tem, por baixo, a afirmação que ele proferiu no tribunal: “a ordem foi dada para destruir My Lai e tudo o que aí se encontrasse”. A outra mostra o tenente Calley a bordo de um helicóptero após a reconstituição do massacre fazendo o sinal da paz para a objectiva...

“Minha filha, tenta viver”

Percorrido o museu e os locais onde se desenrolaram algumas cenas da chacina, Pham Thi Trinh conta a sua história e lembra o que viu na manhã sangrenta de 16 de Março de 1968.

A sua família foi surpreendida pelos G. I.’s da companhia Charlie quando tomava o pequeno-almoço. No momento em que estes entraram e começaram a disparar, a mãe empurra-a para o abrigo subterrâneo da casa sem que os soldados se aperce-



“Quando estes dois miúdos ficaram debaixo de mira, o mais velho tentou proteger o mais pequeno, cobrindo-o com o seu corpo”

bessem. Aterrorizada, fica aí durante cerca de uma hora ouvindo os tiros, os gritos e o crepitante das chamas. Depois entra na casa do lado para procurar a mãe e vê uma mulher ainda viva, a barriga aberta à baioneta e com um bebé agarrado a chorar. O pranto da criança denuncia mãe e filho atraindo a atenção de um soldado que entra na casa e liquida os dois. Os cadáveres caem sobre Thi Trinh que o norte-americano julga estar morta.

Durante um longo lapso de tempo, não se move debaixo dos cadáveres. Depois sai dessa casa e entra noutra onde encontra o cadáver da tia. Foge e regressa à casa familiar que ainda não arde no meio do lugarejo feito braceiro. Depara com a avó morta num armário e vê a mãe agonizante. Agarra-se a ela que exorta a filha e todos os sobreviventes a tentarem qualquer modo de fuga. “Minha filha, tenta viver. Eu estou morta”, são as últimas palavras que Thi Trinh recorda da mãe.

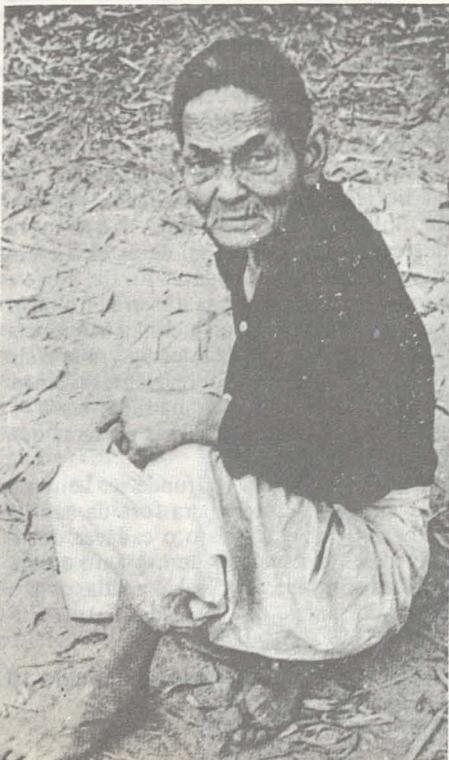
Aqui a memória da jovem confunde-se. Lembra-se da mãe a arrastar o corpo para fora da casa já atingida pelo fogo e de ter visto o cadáver do irmão de sete meses. Esconde-se de novo no esconderijo que horas antes lhe tinha salvo a vida, com o corpo coberto do sangue da mãe e das outras vítimas.

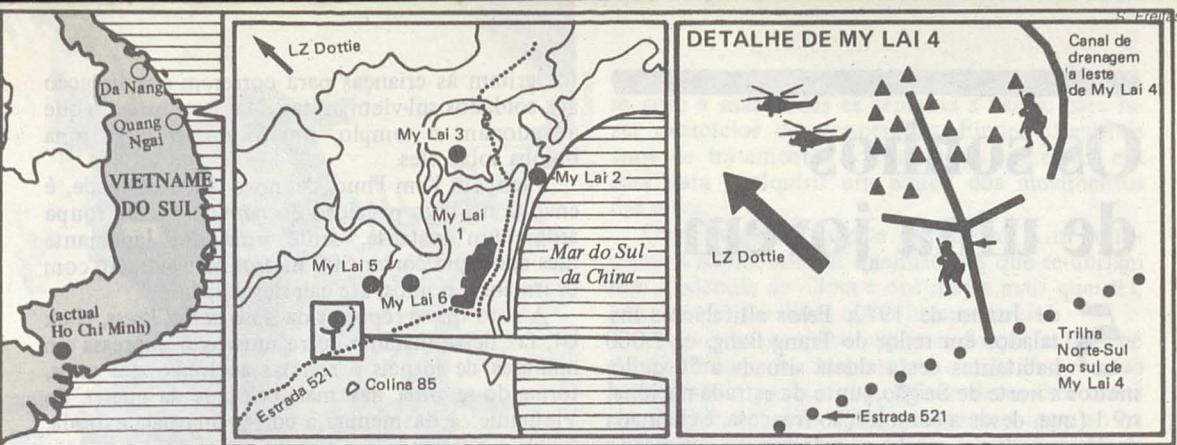


Carlos Pinto Santos



Um monumento às 170 vítimas de uma chacina (esq., ao alto). O tenente Calley sai da prisão (acima). Um velho olha para a objectiva antes de ser assassinado (esq.), enquanto um G. I. ateia fogo a uma casa, fotografado pelos próprios soldados dos Estados Unidos (em baixo).





Vo Thi Lien, uma das três crianças sobreviventes. No mapa, os esquemas da operação Pinkville

Nesta altura do seu relato, Thi Trinh, guia do museu há seis meses, durante os quais descreveu o massacre dezenas de vezes, tem os olhos cobertos de lágrimas.

Apesar da emoção prossegue as evocações. Ficou sem se mover no abrigo até muito tempo depois de os soldados norte-americanos se terem retirado de Son My. Crê que se salvou porque eles se esqueceram de dinamitar a sua casa como tinham feito com todas as outras.

Saiu do abrigo e viu o corpo queimado do irmão de sete meses, apenas com o rosto reconhecível. Todos os seus outros familiares estavam semi-calcinados. Ficou agarrada ao cadáver da mãe até que o fogo a obrigou a deixar a casa. Tudo ardia à sua volta e não encontrou os outros sobreviventes que moravam a dois quilómetros do seu lugarejo. Correu pela estrada por entre cadáveres, animais mortos e árvores queimadas. Sufocada pelo fumo, passou pelo posto de autodefesa da aldeia e viu os corpos amontoados das 102 pessoas que aí foram assassinadas.

Foi nessa altura que desmaiou de medo.

Ao anoitecer, os camponeses que, das aldeias vizinhas, tinham vindo enterrar as vítimas do massacre, encontraram-na desmaiada, julgando-a morta.

Mas Thi Trinh recuperou os sentidos e salvou-se de ser enterrada viva.

Foi recolhida pelo colectivo de uma aldeia onde passou a viver com o pai. Só dois anos depois visitou as ruínas de Son My-Tinh Khê.

O dever de Thi Trinh

Thi Trinh conclui o seu relato sublinhando a celeridade dos camponeses da região após o massacre, que os levou a ligarem-se mais à resistência, fazendo com que as raras incursões dos G. I.'s na província depois disso se saldassem normalmente por vitórias das forças populares. Em Agosto de 1968, Son My-Tinh Khê foi declarada "aldeia heróica" pela FNL.

Quando se lhe pergunta se essas dolorosas evocações que ela está sujeita a repetir, quase diariamente, não são uma desumana violência, Pham Thi Trinh responde ser sua missão nunca deixar esquecer o assassinato da mãe, dos irmãos, de toda a sua família e de todos os massacrados de Son My e de todo o seu povo.

Ao escrever no livro do museu as impressões da visita a Son My, um repórter norte-americano da NBC, presente duas semanas antes neste local de pesadelo, havia manifestado a sua discordância por não encontrar também as denúncias dos massacres cometidos pelo "outro lado". Ele não sabia que durante os 20 anos de guerra nenhum dos milhares de jornalistas seus compatriotas que passaram pelo Vietname, tivera oportunidade de relatar ou testemunhar qualquer acontecimento minimamente semelhante de que se pudesse imputar responsabilidades ao "outro lado".

Mas todos os outros dez jornalistas da televisão norte-americana, que na mesma altura foram convidados a visitar Son My pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros vietnamita, manifestavam no livro o seu horror pelo que tinham visto e denunciavam, em termos inequívocos, a guerra imposta ao Vietname pelo governo do seu país, ao longo dos mandatos de cinco presidentes. •

Os sonhos de uma jovem

5 de Junho de 1972. Pelos altifalantes instalados em redor de Trang Bang, os 2.000 habitantes desta aldeia situada a 50 quilómetros à norte de Saigão, junto da estrada nacional nº 1 (que, desde a colonização francesa, é chamada de "mandarina") recebem ordem para evacuar as suas casas nas próximas duas horas: Trang Bang fora condenada a transformar-se em "zona branca", o que, na linguagem do comando militar norte-americano, quer dizer destruição total.

As famílias juntam o que podem e caminham pela "mandarina" em direcção à "aldeia estratégica" que o exército lhes destinou. Algumas delas, cem pessoas entre as quais muitas crianças, abrigam-se num pagode situado a 700 metros da aldeia.

Horas depois surgem os primeiros bombardeiros que, em duas passagens, fazem de Trang Bang um monte de escombros. Três dias mais tarde, na manhã de 8 de Junho, dois *Skyraider* da US Air Force completam a missão lançando bombas de napalm de 500 quilos. Na primeira passagem dos aviões, uma bomba cai junto do pagode e os adul-

tos gritam às crianças para correrem em direcção aos soldados sul-vietnamitas. Mas na altura em que abandonam o templo, um *Skyraider* larga uma bomba sobre eles.

Phan Thi Kim Phuc, de nove anos de idade, é envolta no fogo pegaso do napalm. A sua roupa arde num instante, sente uma dor lancinante mas consegue correr 500 metros pela estrada, com os irmãos e primos, até cair desmaiada.

A foto que o repórter da *Associated Press*, Nick Ut, faz desse instante corre mundo, é impressa em milhares de jornais e revistas ao longo dos anos, tornando-se uma das mais célebres da guerra do Vietname: a da menina a correr nua pela estrada, o corpo queimado e o horror estampado no rosto num cenário de fogo e destruição. "É difícil não perder a fé na humanidade em face de tais imagens", legendou o *New York Times* quando a publicou.

Nesse dia, Kim compreendeu o que era a guerra

Doze anos mais tarde, Kim Phuc voltou a ser notícia na televisão e imprensa internacionais. A foto, tirada em 1972, em Trang Bang, surgiu, de novo, nos jornais, ao lado de outras que mostravam Kim depois de um recente tratamento de cirurgia plástica efectuado na Alemanha Federal.

E a história entre essas fotos que Kim Phuc conta ao enviado de *cadernos* numa manhã quente de Maio, no terraço do Hotel Rex (Ben Thanh

Nick Ut



A foto que tornou célebre a tragédia: Kim, nove anos de idade, queimada pelo napalm, corre nua pela estrada



Carlos Primo Santos

Kim Phuc,
Cidade de Ho
Chi Minh,
1985 (acima):
um sorriso para
a vida. Ao lado,
o fotógrafo Perry
Kretz, que ajudou
no tratamento
da jovem



em vietnamita) na Cidade de Ho Chi Minh.

Kim Phuc tem hoje 22 anos. Vestida com uma camisa de mangas compridas que lhe esconde as cicatrizes, o rosto aberto num sorriso terno — o napalm que queimou 75 por cento do corpo não atingiu a face —, confunde-se com uma das outras bonitas jovens que cruzam as ruas da cidade. Numa voz pausada e em frases curtas, Kim evoca o dia em que, pela primeira vez, compreendeu o que era a guerra.

Lembra-se da dor terrível, da corrida pela estrada e de acordar no hospital de Saigão muito cansada com o corpo rasgado pelo sofrimento. O pescoço, as costas, os braços e o lado esquerdo do tronco tinham sido completamente atingidos pelo fogo. As mãos estavam semiparalisadas sem sensações, o braço esquerdo mais curto três centímetros que o direito, o pescoço sem mobilidade.

Esteve internada oito meses no hospital e regressou depois com os pais e os oito irmãos para Trang Bang, que os seus habitantes teimaram

em reconstruir. Nos 14 meses seguintes deslocou-se com a mãe todas as semanas a Saigão para fazer exercícios de recuperação. Findos esses dois anos de tratamentos continuou os exercícios em casa para readquirir um pouco dos movimentos das mãos.

Com os poros da pele destruídos, Kim continuou a sofrer com as queimaduras que se abriam nas mudanças de clima e nos meses mais quentes, provocando-lhe dores quase insuportáveis.

Conseguiu recuperar algumas forças, o que lhe possibilitou poder frequentar a escola. Fez o curso secundário e ganhou um prémio de melhor aluna no último ano. Em 1982, preparou o ingresso na Faculdade de Medicina. "O meu estado, todas as coisas terríveis que vi nos hospitais e o reconhecimento pelos tratamentos que obtive fizeram nascer em mim uma vontade enorme de me tornar médica", diz.

Porém nesse ano, a saúde de Kim agravou-se, impedindo-a de se preparar devidamente para o exame de admissão e fracassou. "Tinha constantes dores de cabeça que não deixavam concentrar-me". No ano seguinte conseguiu ser admitida na faculdade, mas ao fim de quatro meses de estudo piorou, o que levou os médicos a proibirem-na de seguir um curso demasiado exigente para a sua debilidade física. Hoje é estudante de inglês.

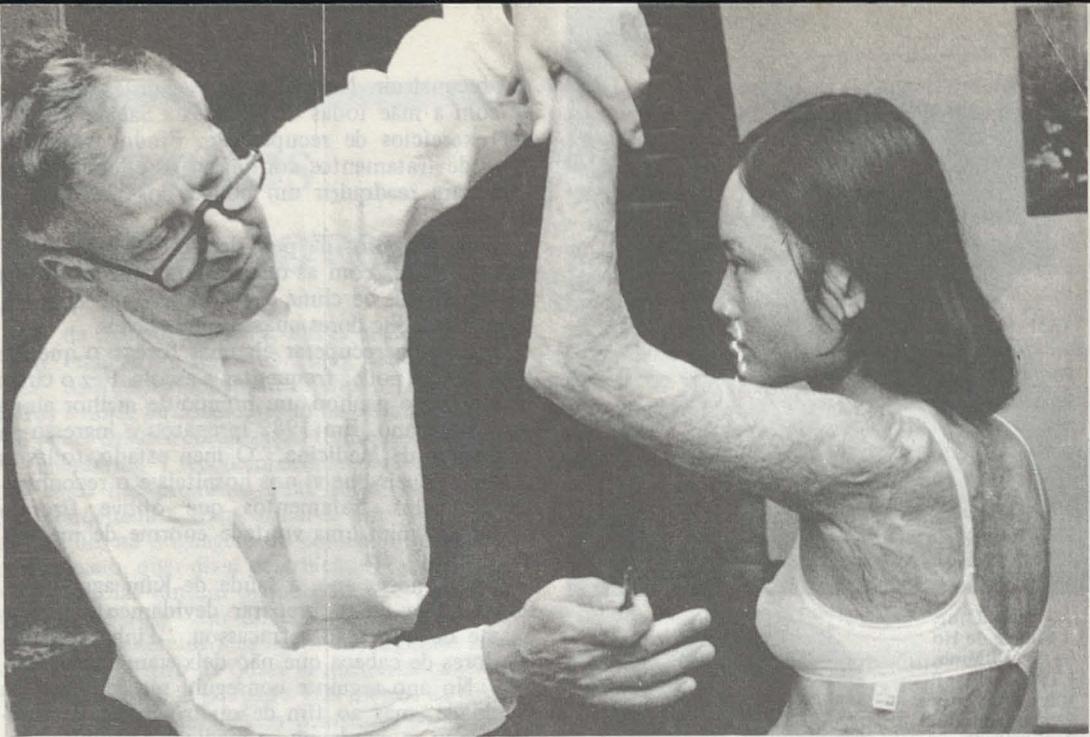
Um hospital na Baviera

Antes de contar a sua ida para a Alemanha Federal, Kim sorri. "Phuc — diz — em vietnamita significa sorte ou felicidade. De certa maneira tive sorte em as pernas não terem sido queimadas, porque pude correr pela estrada. Senão, não teria havido aquela foto, e então...". Esconde a cara entre as mãos.

Naquela manhã de Junho de 1972 o fotógrafo da AP não era o único correspondente estrangeiro que cobria o bombardeamento de Trang Bang. Estavam também no local pelo menos três equipas de televisão dos Estados Unidos, uma da Holanda e dois outros fotógrafos da revista alemã *Stern*, Klaus Liedtke e Perry Kretz. Todos eles sabiam que nesse dia a aviação norte-americana iria aparar do mapa mais uma aldeia do sul do Vietname.

Testemunhas directas do bombardeamento e com um contacto quase físico com os sinistrados, a visão de Kim Phuc queimada perturbou os dois alemães. No seu regresso à Europa, a foto de Nick Ut, entretanto largamente difundida, fez permanecer nos dois jornalistas da *Stern* a imagem da menina nua, ferida pelo napalm.

Um ano depois, Perry Kretz e Klaus Liedtke visitaram, em Saigão, Kim que acabara de sair do hospital. Continuava a sofrer mas — recorda Perry Kretz — disse aos dois fotógrafos que tinha fé na



Kim no gabinete do dr. Zellner. As cicatrizes da jovem não desaparecerão

Perry Kretz

vida e já então desejava tornar-se professora ou médica. Kretz que continuou a cobrir a Indochina após a reunificação do Vietname, visitou Kim outras vezes criando ao longo dos anos laços de afecto com a jovem.

Em Março de 1983, quando foi proibida de prosseguir os estudos de medicina, Kim enviou uma carta para a redacção da *Stern*. "Vocês estão longe — escrevia — e, por isso, não podem imaginar os meus sofrimentos e a minha tristeza. Nos últimos meses fez muito calor no Vietname e as feridas voltaram a abrir. Quase não consigo suportar a dor. Gostava de morrer".

A leitura dessa carta de desespero fez Kretz propor à administração da sua revista que esta finançasse a vinda de Kim Phuc para um hospital da RFA, especializado em sinistrados pelo fogo. A *Stern* aceitou, Kretz contactou a embaixada vietnamita em Bona e, em Junho de 1984, viajou para a Cidade de Ho Chi Minh trazendo de volta a sua jovem amiga.

Kim Phuc esteve quatro semanas no hospital de Ludwigshafften, na Baviera, onde o dr. Rudolf Zellner restabeleceu alguns músculos do pescoço e a mobilidade das mãos. Os braços ficaram de tamanho igual e Kim recuperou um pouco — muito — do seu drama.

Durante a sua estadia na Alemanha Federal a jovem foi mostrada na televisão em reportagens que correram a Europa e os Estados Unidos e

Perry Kretz publicou na *Stern* a foto do corpo fido de Kim no gabinete do dr. Zellner.

Kim regressou a Ho Chi Minh. Para poder continuar a aprendizagem de inglês vive na cidade em casa de uma tia. Os pais e os irmãos permanecem em Trang Bang onde a mãe tem uma pequena venda de comida, mas Kim sente-se um pesado fardo para a família que considera ter sacrificado muito por ela, apesar dos auxílios que os serviços sociais lhe prestam.

As cicatrizes profundas de Kim Phuc não desapareceram com as transplantações de pele em Ludwigshafften. Continua débil, sem força sequer para pegar numa faca e cortar um simples bife. Surgem-lhe, frequentemente, manchas vermelhas e grandes borbulhas na pele sem poros que queimam muito quando o tempo aquece e tem dificuldade em suportar o sol durante os dois minutos necessários para a fotografar. As dores de cabeça voltam constantemente impedindo-a de se concentrar, cansa-se a falar, mas não abandona o sorriso.

Em Abril deste ano, Kim Phuc foi muito procurada pelas equipas norte-americanas de televisão, em serviço na Cidade de Ho Chi Minh, nas comemorações da reunificação do Vietname. As três equipas presentes — NBC, CBS e ABC — projectaram no video as três versões do bombardeamento de 8 de Junho de 1972 que tinham trazido dos Estados Unidos. Kim viu-se a correr queimada e nua pela "mandarina" e com as terríveis feridas no

leito do hospital de Saigão. Os *cameramen* filmaram Kim olhando-se no pequeno *écran* do *video*. "Vi-me correr e pensei que era outra pessoa. Nessa noite não consegui dormir".

Segundo Kim Phuc, o dr. Zellner afirmou-lhe serem necessárias outras intervenções cirúrgicas para recuperar as zonas do corpo, sobretudo no pescoço, ainda muito afectadas mas o tratamento não se teria prolongado por questões financeiras. A *Stern* teria comunicado à embaixada vietnamita em Bona — onde Kim esteve alojada uma semana a aguardar o regresso ao Vietname — não poder assegurar a segunda fase do tratamento devido à difícil situação financeira que a revista ainda atravessava com o caso das falsas memórias de Hitler.

Porém, em posterior conversa telefónica entre Lisboa e Hamburgo, Perry Kretz assegurou ao repórter de *cadernos* não ter a famosa burla jornalística influenciado de qualquer modo a não realização da segunda fase do tratamento. O jornalista alemão, a quem Kim Phuc dedica profunda gratidão, confirmou, no entanto, as declarações médicas a respeito da necessidade de mais transplantações de pele que permitiriam sensível melhoria no estado geral de saúde da jovem.

Mas Kim Phuc não terá outra oportunidade de substituir a sua pele queimada. A sua "sorte" com a foto célebre esgotou-se em Ludwigshaffen, e no

Vietname há muitas "Kim Phucs" para que as autoridades do país a possam privilegiar.

Os sonhos de Kim

Durante o almoço que prolongou a entrevista no terraço do Hotel Rex, Kim Phuc fala dos seus sonhos: continuar os tratamentos, recuperar-se das feridas, poder olhar para o espelho sem chorar, ter forças para ser médica. Como isso não deverá acontecer, Kim Phuc vai continuar a fechar-se em casa, a fugir do sol e dos espelhos, a mirar-se nua e queimada correndo pela estrada na foto que as equipas norte-americanas de televisão lhe trouxeram. Vai continuar a esconder as cicatrizes e a sonhar.

"Não odeio os aviadores que lançaram o *napalm*, nem os norte-americanos. Sei que houve muitos que lutaram contra a guerra do Vietname. Mas tenho um ódio profundo à guerra e àqueles que a decidiram e comandaram", afirma agora sem sorrir.

Antes de se sentar diante da câmara, Kim vai ao *toillete* do hotel para se pentear e preocupa-se com a brisa que lhe remexe os cabelos. Depois, pede que lhe envie uma das fotos tiradas. "Para quando tiver um namorado lha poder oferecer", diz retomando o sorriso.

A foto já foi enviada.

cadernos do terceiro mundo

Portugal

anual (12 números)	850\$
semestral (6 números)	500\$

Espanha (12 números)	900\$
----------------------------	-------

Novos Preços

Assinaturas

Estrangeiro — Anual (12 números) por via aérea

Europa, Angóla, Moçambique, Cabo Vede, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

23 dólares USA

Restantes Países 28 dólares USA

Os amigos não se esquecem

Dias antes do nosso jantar no Hotel Doc Lap (antigo Caravelle), Vessa Ossikovska Burchett fora recebida no Palácio da Reunificação da Cidade de Ho Chi Minh (antigo Palácio Presidencial de Thieu) pelo primeiro-ministro Pham Van Dong e pelo secretário-geral do Partido Comunista do Vietname, Le Duan. Já se conheciam há muito, desde o tempo em que Vessa começou a acompanhar o marido nas reportagens que ele iniciou, antes mesmo da partida dos últimos destacamentos franceses do porto de Haiphong, após a batalha de Dien Bien Phu.

Ao convidarem a viúva de Wilfred Burchett, os dois líderes vietnamitas exprimiam, nas vésperas do 10º aniversário da vitória, a sua homenagem a um homem que, ao longo de três décadas, escreveu milhares de páginas sobre a luta do seu povo, publicadas no mundo inteiro. Um jornalista competente que com a prosa rigorosa e eficaz das suas inúmeras reportagens — escritas com a objectividade possível de quem escolheu o lado da barreira — se tornou num dos grandes divulgadores do combate de um povo que amava e cuja causa assumiu sem reservas — nunca o escondendo — com plena convicção de militante.

Quando, no restaurante do Doc Lap, o repórter de *cadernos* contou a Vessa a importância que “Vietname, Segunda Resistência” (um dos primeiros livros de Burchett, publicado em Lisboa em 1966 e logo proibido pela ditadura de Salazar) teve para a sua geração na revelação da luta dos vietnamitas, a viúva de Burchett lembrou que Bertrand Russel, — prémio Nobel da Paz que criou o Tribunal Internacional de Opinião Pública para julgar a intervenção dos EUA na guerra do Vietname — um dia, lhe tinha dito que

Wilfred Burchett escreveu sobre o Vietname durante quase 30 anos. Todos os vietnamitas que o conheceram evocam-no com emoção

Chi Minh (antigo Palácio Presidencial de Thieu) pelo primeiro-ministro Pham Van Dong e pelo secretário-geral do Partido Comunista do Vietname, Le Duan. Já se conheciam há muito, desde o tempo em que Vessa começou a acompanhar o marido nas reportagens que ele iniciou, antes mesmo da partida dos últimos destacamentos franceses do porto de Haiphong, após a batalha de Dien Bien Phu.

Ao convidarem a viúva de Wilfred Burchett, os dois líderes vietnamitas exprimiam, nas vésperas do 10º aniversário da vitória, a sua homenagem a um homem que, ao longo de três décadas, escreveu milhares de páginas sobre a luta do seu povo, publicadas no mundo inteiro. Um jornalista competente que com a prosa rigorosa e eficaz das suas inúmeras reportagens — escritas com a objectividade possível de quem escolheu o lado da barreira — se tornou num dos grandes divulgadores do combate de um povo que amava e cuja causa assumiu sem reservas — nunca o escondendo — com plena convicção de militante.

Quando, no restaurante do Doc Lap, o repórter de *cadernos* contou a Vessa a importância que “Vietname, Segunda Resistência” (um dos primeiros livros de Burchett, publicado em Lisboa em 1966 e logo proibido pela ditadura de Salazar) teve para a sua geração na revelação da luta dos vietnamitas, a viúva de Burchett lembrou que Bertrand Russel, — prémio Nobel da Paz que criou o Tribunal Internacional de Opinião Pública para julgar a intervenção dos EUA na guerra do Vietname — um dia, lhe tinha dito que

Burchett em 1964 ao lado de Nguyen Huu Tho (5º a contar da direita), Huynh Tan Phat (1º a direita) e representantes católicos, budistas e de organizações de massas do sul do Vietname



descobrira a história e a luta do povo vietnamita através desse mesmo livro.

Em reportagem pelo Vietname é muito fácil encontrar quadros, po-

líticos ou intelectuais, que tenham conhecido e estabelecido relações de amizade com o jornalista australiano. Quando dele falam, fazem-no com emoção, recordando episódios bem-humorados que a distância do tempo, por vezes, confunde datas e locais.

Nessas evocações é quase ponto de honra para os amigos de Burchett referirem uma pequena estória de relacionamento pessoal com ele, como a que nos contou Vessa Ossikovska sobre o seu encontro com Pham Van Dong e Le Duan. Quando o primeiro lhe disse: “tive o prazer de fazer cinco quilómetros de bicicleta com Wilfred”, o secretário-geral do PCV apressou-se a acrescentar “e eu tive o prazer de fazer 10”...

Uma mochila com tijolos

O presidente da Assembleia Nacional, Nguyen Huu Tho foi um dos dirigentes vietnamitas que conheceu bem Wilfred Burchett na década de 60, em Cu Chi e na província de Thang Be, zonas libertadas do sul, a poucas dezenas de quilómetros de Saigão.

Na entrevista a *cadernos*, o antigo presidente da Frente Nacional de Libertação e do Governo Revolucionário Provisório, sublinhou “os grandes serviços que Wilfred Burchett prestou à resistência com as suas excelentes reportagens e livros” e o seu “profundo conhecimento da história e da luta do nosso povo”.

Nguyen Huu Tho recorda a sua primeira entrevista dada a Burchett em Cu Chi, no ano de 1964, durante

a estadia que proporcionou ao jornalista escrever "Vietname, Segunda Resistência". Conforme lembra o líder vietnamita, para poder suportar as longas e penosas caminhadas, através da Pista de Ho Chi Minh e das zonas libertadas do sul, Burchett tinha treinado na 4ª Zona Militar do Norte, durante um mês, em marchas diárias de 20 quilómetros carregado com uma mochila cheia de tijolos. Depois seguiria o trajecto utilizado na época para chegar às zonas libertadas, de Hanói a Phnom Penh e da capital do Cambodja, e alcançar as zonas controladas pela FNL através dos trilhos da selva da fronteira.

"Foi o primeiro jornalista estrangeiro que me entrevistou nas regiões em nosso poder e também o primeiro a percorrê-las. Era um jornalista muito atento e muito bem informado, perguntava sobre tudo, partilhava connosco a vida dura da selva, vestia-se e comia como um camponês ou um guerrilheiro. Adaptava-se facilmente à nossa forma de existência e esteve connosco sob os bombardeamentos dos B-52. Tudo isso ele suportava muito bem", recorda Nguyen Huu Tho acrescentando, sorrindo, alguns pormenores das visitas dos repórteres estrangeiros às zonas da FNL:

"Um dos problemas que tínhamos de resolver, quando vinham jornalistas ocidentais, dizia respeito aos seus hábitos higiénicos e à inexistência de sanitários na floresta. Wilfred, porém, nunca levantou essa questão, mas tinha grande dificuldade em entrar nos abrigos subterrâneos que estavam construídos à medida dos corpos pequenos e delgados dos vietnamitas. Causou-nos alguns estragos..."

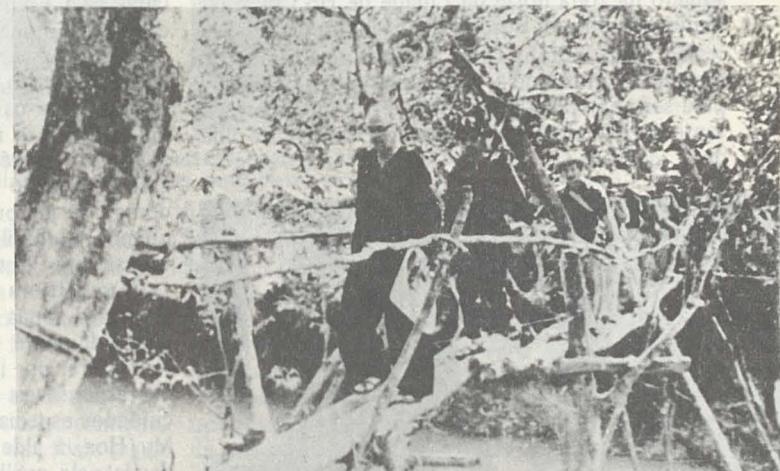
"A última vez que o vi — evoca Nguyen Huu Tho — foi em Hanói depois da libertação do sul. Ele tinha vindo para entrevistar Pham Van Dong e dessa vez tivemos apenas um breve encontro de amigos.

"Quando soube da sua morte pelos jornais senti um grande desgosto. Foi um grande amigo do povo vietnamita que desapareceu e que muito nos ajudou a vencer os norte-americanos. O apoio que prestou à nossa revolução levou-o, inclusive, a ser perseguido no seu próprio país. Os amigos como Burchett não se esquecem".

Burchett convence tio Ho

Antes de enfrentar a primeira longa estadia nas zonas libertadas, Wilfred Burchett encontrou-se em

1963 com o presidente Ho Chi Minh, em Hanói. Este começou por negar a pretensão do jornalista, alegando que a sua idade já não lhe permitia suportar as duras condições da vida da selva. "És muito velho para fazer uma viagem a pé pelo sul. Já não tens força para isso", disse-lhe o tio Ho. Burchett retroruiu a essa recusa lembrando a Ho Chi Minh que os seus 53 anos correspondiam exactamente à idade dele, quando, em 1944, fora libertado da prisão de Kwang-Si, na província meridional da China, onde estivera como prisioneiro de Chiang



Burchett atravessando uma "ponte de macaco" nas zonas libertadas

Kai Chek. À saída da prisão, Ho Chi Minh, enfraquecido e doente, teve de treinar para recuperar as condições físicas que lhe permitiram viajar pelo interior do Vietname e organizar a resistência contra os franceses.

Ho Chi Minh riu com a resposta de Burchett e não levantou mais obstáculos à sua deslocação para o sul.

Quem descreve este episódio é Tuat Viet, chefe de redacção do diário "Saigão Libertado", que dele tomou conhecimento da boca do próprio jornalista australiano durante um encontro em Hanói. Tuat Viet recorda-se também de Burchett, aninhado num abrigo subterrâneo nas zonas libertadas a escrever à máquina, vestido com o hábito negro da população do sul, chapéu cônico na cabeça e sandálias de pneu de aviões *made in USA*.

Madeleine Riffaud, a jornalista francesa que acompanhou Burchett na sua segunda reportagem no sul, em 1967, e outra das convidadas especiais às comemorações de 30 de Abril de 1985, escreveu em "Nos maquis vietcong", que publicou depois dessa visita, como era difícil ao companheiro acomodar o seu 1,80 metro e o farto ventre nesses buracos cavados nas bermas dos trilhos, quando a coluna onde seguiam ficava sob a mira dos aviões

norte-americanos. "Fazfamos um par cómico. Eu, na altura pequena e magra como uma vietnamita, Wilfred uma espécie de bom gigante procurar instalar-se em subterrâneos que decididamente não tinham sido pensados para ele", recorda Madeleine Riffaud, 18 anos depois.

O "prisioneiro" americano

Truong My Hoa, hoje primeira responsável do PCV no populoso e estratégico bairro de Tan Binh, situado na zona norte da Cidade de Ho Chi Minh, também conheceu Burchett em Janeiro de 1964 na região de Giandinh. Tinha 14 anos na altura e fora chamada a uma aldeia, a 30 quilómetros de Saigão, para ser entrevistada por Burchett como representante da juventude revolucionária da FNL da cida-de¹.



Carlos Pinto Santos

Vinte e um anos depois, Truong My Hoa mantém vivos todos os pormenores da sua convivência com Burchett

Vinte anos depois, My Hoa lembra-se ainda das perguntas feitas por Burchett e do facto deste ficado impressionado com a sua juventude e o seu aspecto franzino. O jornalista perguntou-lhe se não tinha medo de ser presa ou de morrer, ao que My

¹ A vida de My Hoa serviu mais tarde ao escritor Tran Dinh Van para criar a personagem "Y" no romance "Vivre Comme Vous" (traduzido em francês, inglês, espanhol e russo) que aborda a luta clandestina dos revolucionários vietnamitas do sul e que o autor dedicou a Nguyen Van Troi.

Nguyen Van Troi, por sua vez, foi um jovem eletricista membro da FNL que tentou um atentado à bomba contra o secretário de Estado da Defesa norte-americano, Robert S. McNamara. Foi publicamente fuzilado em Saigão em Outubro de 1964 e a sua foto, amarrado ao poste de execução, ficou célebre. Diante de vários jornalistas, vietnamitas e estrangeiros, Van Troi deu uma verdadeira conferência de imprensa até ao seu último instante de vida, denunciando o regime de Saigão e a presença militar dos EUA no Vietname. Hoje é um dos mais populares heróis vietnamitas e muitas ruas das cidades do país têm o seu nome.

Hoa respondeu que quando se é jovem e se escolhe o caminho da revolução não se tem medo de o seguir até ao fim.

My Hoa também teve "a honra de fazer 15 quilómetros de bicicleta ao lado de Burchett" no dia em que ele preferiu pedalar como todos os outros a servir-se da motorizada que lhe ofereciam. "Uma bicicleta, no entanto, mais sólida e de melhor qualidade do que as normais, para resistir aos seus 90 quilos...", especifica ela.

Quando chegava a uma aldeia nas zonas controladas pela Frente, Burchett - recorda My Hoa - era imediatamente rodeado por um bando de crianças surpreendidas pela inédita presença de um estrangeiro alto, gordo e louro, cuja nacionalidade e identidade os quadros políticos que o acompanhavam nunca revelavam à população. Esse facto agravava o mistério nas crianças, ao ponto de o cercarem gritando a sua satisfação por se terem apoderado de um prisioneiro norte-americano. Depois, quando se familiarizavam com ele, Burchett passava a ser um "camarada soviético"...

Burchett era o primeiro jornalista estrangeiro a percorrer zonas libertadas tão próximas de Saigão, nomeadamente Cu Chi, a "terra de fogo". A sua visita fora, por isso, considerada histórica, levando os responsáveis pela sua segurança a rodeá-lo de cuidados especiais de protecção. Uma noite, conta My Hoa, a aldeia onde pernoitavam foi bombardeada pela artilharia inimiga. Como Burchett tivesse em abandonar o abrigo subterrâneo onde todos se tinham refugiado, para observar o ataque à superfície e os seus companheiros o impediam, isso quase provocou uma zanga.

Outra vez ainda, Burchett insistiu em subir ao topo de um antigo forte francês - o "Paris Tan Quy" - de onde se podia observar Saigão, situada a menos de 30 quilómetros. Tentaram impedir-lo devido à proximidade das linhas inimigas, mas dessa vez conseguiu os seus intentos e pôde fotografar o perfil da cidade, depois de muita argumentação com os guerrilheiros.

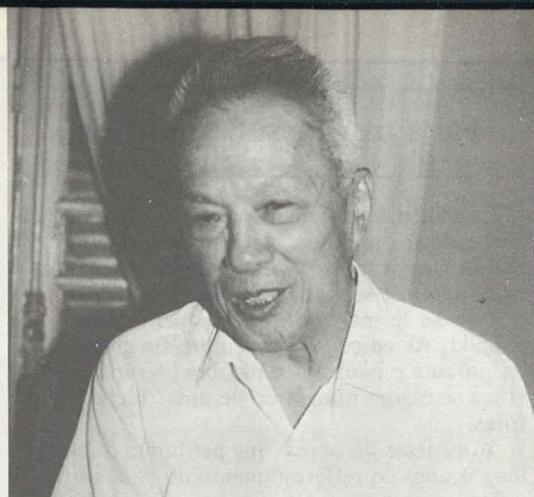
Foi a seguir a este episódio que My Hoa ofereceu a Burchett o tradicional chapéu de palha cómico. Segundo os hábitos da região de Hué, de onde o chapéu é originário, a jovem prendeu no interior um poema dedicado ao jornalista. "Um gesto que se faz aos amigos muito especiais e em ocasiões também muito especiais", diz.

O encontro falhado

My Hoa recorda-se em seguida de Burchett lhe ter dito que em toda a sua vida de jornalista fizera duas viagens históricas. A primeira fora antes da batalha de Dien Bien Phu, quando conhecera Ho Chi Minh em Hanói, em 1954. Ao inquirir o presidente acerca da situação militar, Ho colocou o



Carlos Pinto Santos



Vessa Ossikovska Burchett (à esquerda) foi uma das convidadas especiais às comemorações do 10º aniversário da tomada de Saigão. Nguyen Huu Tho (à direita), presidente da Assembleia Nacional do Vietname, conheceu bem Wilfred Burchett na década de 60

capacete de copa para baixo sobre a mesa, dizendo: "isto é Dien Bien Phu. Aqui são as montanhas onde nós estamos — e indicou a aba exterior do capacete —, aqui é o vale onde estão os franceses que de lá não podem sair", e apontou o fundo do capacete².

A sua segunda viagem histórica era a que efectuava nessa altura em 1964. E tal como a primeira, disse Burchett a My Hoa, esperava que fosse seguida de uma vitória.

Ao despedir-se de My Hoa, Burchett marcou-lhe um encontro em Saigão libertada que nunca aconteceu.

My Hoa foi presa três meses depois da visita de Burchett. Foi torturada, passou por várias prisões, esteve nas "jaulas de tigre" em Poulo Condor e contou muitas vezes o encontro com o jornalista australiano às suas companheiras de cela.

Em 1967 estava na prisão de Thu Duc. Um dia, durante uma das raras saídas ao pátio para despejar a lata de dejectos, My Hoa viu um pequeno papel de jornal do tamanho de uma mão. Um tesouro para quem há três anos estava incomunicável, e que My Hoa conseguiu esconder sob a roupa. Quando o desdobrou na cela, teve a espantosa surpresa de ler nesse pedaço de um jornal de Saigão que "dois jornalistas comunistas estrangeiros" tinham sido assinalados pelo exército do Vietname do Sul, nas áreas controladas pelo vietcong. Com muita emoção, My Hoa leu os nomes de Madeleine Riffaud e Wilfred Burchett.

Durante meses não se cansou de repetir às ou-

tras prisioneiras a maneira extraordinária como soubera ter o seu amigo jornalista efectuado a segunda visita às zonas libertadas.

Nas várias estadias que Burchett fez ao sul, após a reunificação do Vietname, My Hoa, mergulhada nas tarefas políticas, teve sempre conhecimento das suas visitas quando lia a notícia da sua partida no *Nhan Dan* ou no "Saigão Libertado". Ao saber da sua morte em 1983, My Hoa sentiu-se culpada por não ter comparecido ao encontro marcado 19 anos antes. "Queria dizer-lhe — afirma com emoção — que os meus onze anos de prisão foram uma espécie de resposta quando ele quis saber em Cu Chi se eu não tinha medo da prisão, da tortura e da morte, apesar da minha grande juventude. Queria dizer-lhe que, jovem, pequena e magra, pude provar, com a minha luta, ser capaz de fazer todos os sacrifícios e que estive preparada para ir até à morte. Foi a promessa feita com honra ao camarada estrangeiro, quando em 1964, na hora da despedida, ele me encorajou a prosseguir o combate".

Em Abril deste ano, My Hoa soube pela rádio que Vessa Ossikovska Burchett estava no país como convidada especial às comemorações da vitória sobre o regime de Thieu. Não a conhecia, mas conseguiu a sua localização e procurou-a no Hotel Doc Lap.

"Foi uma forma de cumprir a minha promessa de encontrar Wilfred Burchett em Saigão libertada, embora muito tempo depois e através da sua viúva. Quis também exprimir-lhe o meu encorajamento pela perda do marido.

"É minha responsabilidade relatar tudo isto, pela primeira vez, aos camaradas que aqui estão", conclui Truong My Hoa olhando os outros responsáveis administrativos que nos rodeiam na sala de reuniões da sede do partido do bairro de Tan Binh.

²Wilfred Burchett referiu este episódio com Ho Chi Minh nalguns dos seus livros, designadamente no primeiro que escreveu sobre o Vietname, "Ao Norte do 17º Paralelo", cuja primeira edição em inglês está em exposição no Museu da Mulher inaugurado em Abril de 1985 na Cidade de Ho Chi Minh.

Falta papel e sobram leitores

Extinto o analfabetismo no sul (fora erradicado no norte na década de 60), um livro, revista ou jornal no Vietname passa por muitas mãos antes de se reduzir em migalhas.

Não se lê mais porque o papel impresso não abunda. As edições têm sempre tiragens aquém da procura e não raro uma obra literária ou científica se esgota num lapso de uma "bicha" de leitores.

A escassez de papel, que perdurará durante os longos anos do reflorestamento do país, impõe limitações severas nas tiragens e nos números de páginas da imprensa vietnamita. Qualquer diretor ou chefe de redacção não hesita em assegurar que o seu jornal poderia duplicar ou triplicar as edições, caso os fornecimentos do papel amarelado e de má qualidade não lhes fossem tão drasticamente racionados.



É isso que diz Tuat Viet, chefe de redacção do *Saigon Giai Phong* (Saigão Libertado). O seu diário tira actualmente 100 mil exemplares em língua vietnamita, além de uma edição em chinês de 20 mil exemplares para a minoria hoi. Vende-se quase exclusivamente a assinantes e poucos jornais sobram para serem expostos nas bancas.

Sem míngua de papel, o *Saigon Giai Phong* — lamenta-se Tuat Viet — não teria dificuldade de alcançar rapidamente os níveis de 1977, quando se esgotavam 300 mil exemplares, ou, até, o meio milhão de Maio de 1975, época de ouro do matutino. Por agora há que manter os 100 mil e continuar a receber as inúmeras cartas de leitores reclamando mais do que as quatro páginas — em

1981 ainda saíam seis páginas — pelo menos na edição de domingo. Mas só em ocasiões muito especiais o leitor é presenteado com papel branco, títulos a vermelho, mais páginas e a tiragem aumentada.

Também o *Nhan Dan* (Diário do Povo), órgão oficial do Partido Comunista do Vietname, poderia tirar um milhão de exemplares, quatro vezes mais a que está limitado, afirma Tran Kien, chefe da secção internacional do matutino publicado em Hanói com as mesmas quatro páginas de todos os diários vietnamitas. Só nas alturas dos congressos do PCV, o *Nhan Dan* vai até aos 500 mil e mensalmente publica números especiais de 50 páginas em formato tablóide.

Uma selecção rigorosa

A situação é semelhante para toda a imprensa no Vietname. Para o diário da tarde *Hanoi Moi* (Hanói Novo, 100 mil exemplares), os bissemários que cada província conta, o *Quan Doi Nhan Dan* (diário do Exército Popular, 10 mil exemplares), *Thoi Tre* (trissemanário da Juventude de Vanguarda, 50 mil exemplares) e para os vários semanários e mensários dirigidos às organizações de massas, sectores de actividade e confissões religiosas: Organização das Mulheres (100 mil exemplares), Pioneiros (100 mil exemplares), Sindicatos, Ciências Populares, Ciência e Vida, Desporto, Artes e Letras, Educação, Budistas, Católicos, etc.

Sem as subvenções do Estado, o preço de todos os órgãos da imprensa seria muito superior, três vezes mais nos casos do *Saigon Giai Phong*, a dois dongs o exemplar, e do *Nhan Dan*, um dong. Refira-se, como apontamento de reportagem, que nas ruas de Hanói ou da cidade de Ho Chi Minh dois dongs é o custo do enchimento de um pneu de bicicleta e o mesmo que um adulto paga para medir o seu peso nas balanças de rua. Uma criança paga um dong.

A exiguidade de espaço obriga a uma selecção rigorosa na publicação dos textos. Os destaques e as manchetes de primeira página vão para a actualidade política nacional, artigos de carácter formativo ou pedagógico, assuntos económicos e notícias internacionais relacionadas com o Vietname ou o sudeste asiático. Além de um comentário semanal sobre uma questão de política internacional, o resto do mundo raramente merece textos longos e é condensado nas secções de "breves" com um máximo de dez linhas.

No *Saigon Giai Phong*, a guerra continua presente com a publicação em folhetins de um livro de memórias de um antigo "chefe de fila" da CIA

em Saigão ou das crónicas de um antigo correspondente norte-americano narrando o desmoronamento do poder ianque no Vietname.

A secção de "cartas do leitor" é das mais lidas e ocupa meia-página interior. Pode justificar chamada de capa, caso o tema abordado seja considerado relevante. "Uma orientação vinda do tempo do presidente Ho Chi Minh que nos encorajou a dar muita importância às cartas críticas dos leitores", sublinha Tuat Viet.

A informação para o exterior

Se no *Nhan Dan* a publicidade só diz respeito à actividade editorial, no *Saigon Giai Phong* qualquer cidadão pode comprar espaço para fazer saber que é vendedor ou comprador de algo, à média de quatro linhas por 300 dongs. A notícia necrológica, de condolências ou o anúncio de um casamento sai por metade do preço.

No Vietname não há periódicos em língua estrangeira nem imprensa ocidental nas bancas de jornais ou livrarias.

Além dos suplementos em francês, inglês ou russo da VNA (Agência de Notícias do Vietname) e dos boletins das embaixadas, a realidade nacional é veiculada para o estrangeiro pelo "Correio do Vietname", mensário fundado em 1964 para denunciar a agressão dos Estados Unidos. Tem desde essa altura duas edições em inglês e francês, uma em russo surgida em 1979 e a falta de verba suspendeu a edição em espanhol que foi publicada durante três anos. Tiragem global de todas as edições: 20 mil exemplares.

Vu Can, chefe de redacção do "Correio do Vietname" e um dos três únicos jornalistas do periódico refere que os problemas financeiros estão sobretudo no envio da revista por via aérea — 90 cêntimos de dólar no despacho de um exemplar para a Europa.

Para contornar essas despesas que asfixiam a revista, há o projecto de utilizar ainda mais a malha diplomática das embaixadas do Vietname e recorrer a assinaturas de apoio de cidadãos nacionais radicados no estrangeiro.

Se isso der resultados, como confia Vu Can, o mensário alcançará o equilíbrio financeiro sem o recurso às subvenções governamentais. Então, a edição em espanhol será relançada e duas outras em línguas khmer e lao, poderão vir a prelo.

Mas até lá, a redacção e o sector administrativo do "Correio do Vietname" manter-se-ão instalados em duas pequenas salas cedidas pelo Centro de Imprensa Estrangeira em Hanói, que têm de servir também para a actividade editorial da revista, já com 50 títulos lançados desde 1978.

A lendária Pista Ho Chi Minh

A 19 de Maio de 1959, dia do aniversário do presidente Ho Chi Minh, o tenente-coronel Vo Bam, hoje general, recebeu em Hanói uma missão altamente secreta: a construção de uma via de comunicação militar clandestina destinada a abastecer as forças revolucionárias do sul.

É-lhe confiado um contingente de 500 soldados que vão constituir a Unidade 559 (o primeiro 5 indica o mês de Maio, 59 o ano da formação da unidade), recebe material de engenharia e logístico, armamento, roupas civis para disfarce dos homens do Exército Popular e uma ordem para daí a curtas semanas ter o troço inicial da via em condições de receber os primeiros abastecimentos e encaminhá-los a sul do paralelo 17.

A via secreta recebeu o nome codificado de "estrada estratégica de Truong Son" mas a designação oficial de uma das mais extraordinárias façanhas da história militar do Vietname nunca foi reconhecida. O mundo, e os próprios vietnamitas, deram-lhe um nome de lenda: Pista Ho Chi Minh.

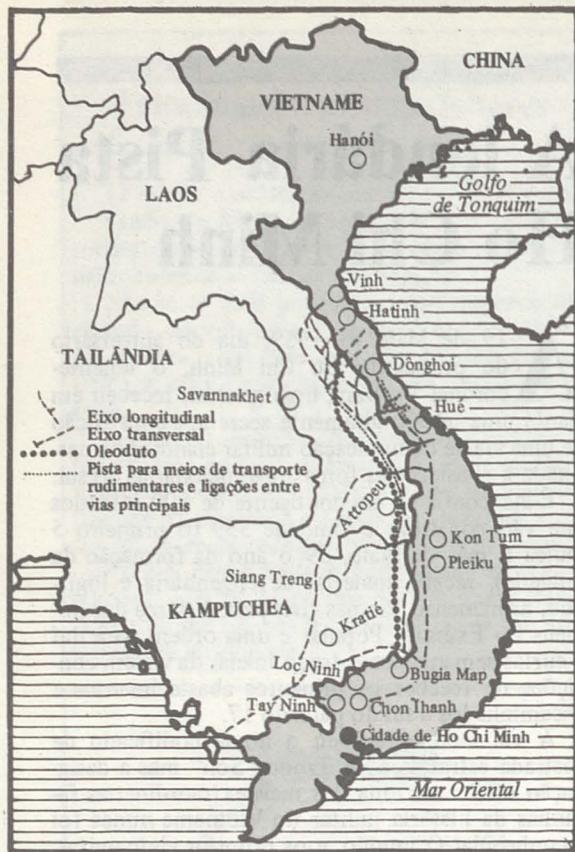
Desde 1959 até à conquista de Saigão, nunca deixou de ser prolongada e alargada, com estradas e caminhos, principais ou secundários, que em 1975 tanto podiam ter alguns segmentos já macadimizados de 8 metros de largura, como trilhos só possíveis de serem percorridos por carregadores a pé.

No termo desses 16 anos, era uma intrincada rede de comunicações através da selva, montanhas, rios e desfiladeiros. Penetrava no Laos, no Cambodja e do ponto de partida em Vinh (na zona costeira sul da República Democrática do Vietname) até ao seu terminal às portas de Saigão, media 16 mil quilómetros de extensão. Tinha 5 eixos longitudinais, 21 eixos transversais e dispunha de milhares de quilómetros de desvios para contornar os alvos mais visados pela aviação norte-americana.

As estradas camufladas

Simultaneamente com a construção da Pista foi sendo montado um oleoduto para abastecimento de gasolina às forças revolucionárias, ligando Vinh a Bu Gia Map (120 quilómetros a noroeste de Saigão), que na sua fase final se estendia por 3.082 quilómetros.

De acordo com a contabilidade vietnamita, transitaram pela Pista Ho Chi Minh, ao longo dos



Dezasseis mil quilómetros de via e um oleoduto de 3.000 quilómetros em território inimigo

anos, cerca de 3,5 milhões de toneladas de material logístico, armamento, abastecimentos, medicamentos, etc, em camiões, bicicletas (preparadas e reforçadas estas podiam suportar, empurradas, até 400 quilos de peso), cavalos, elefantes, ou às costas de homens e mulheres.

Foi atacada durante 2.500 dias e 2.500 noites e deve ter recebido mais de 4 milhões de toneladas de bombas. Para tentar impedir o transporte de material e a penetração das forças revolucionárias, a aviação norte-americana bombardeou o Laos e o Cambodja neutrais, mas nunca conseguiu suspender a circulação.

Quando uma via era cortada ou uma ponte abatida, entrava em funcionamento, de imediato, uma outra até então deixada de reserva sob camuflagem perfeita.

A conquista de Buon Me Thuot, a 250 quilómetros a nordeste de Saigão, com que o Exército Popular iniciou, em 10 de Março de 1975, a "Campanha da Primavera" é um exemplo característico da rapidez dessa técnica de camuflagem que ninguém como os vietnamitas tanto aperfeiçoou.

Na noite que antecedeu a tomada dessa cidade com posição estratégica nos Planaltos Centrais,

todas as árvores susceptíveis de oferecer resistência ao avanço das colunas motorizadas foram cercadas até ao meio e deixadas de pé para iludir a observação aérea do inimigo. Na manhã do ataque fulgurante, os blindados derrubaram facilmente as árvores e lançaram-se pelos 40 quilómetros assim preparados sobre os alvos designados, desferindo o primeiro grande golpe da ofensiva de 55 dias que derrubaria o regime de Van Thieu.

Visita a An Loc

Um dos troços da Pista Ho Chi Minh desembocava em An Loc, a 100 quilómetros de Saigão, na província de Song Be (vizinha de Cu Chi, "a terra do fogo"), dentro do "triângulo de ferro" que a aviação norte-americana arrasou em vagas sucessivas de grandes operações militares ao longo dos anos de guerra: "Cedar Falls", "Junction City", "Attleboro", "Niagara Falls", etc.

Além das toneladas de bombas, *napalm*, "agente laranja" e toda a panóplia de desfolhantes, a *US Air Force* "privilegiou" esta região com um dos mais sofisticados engenhos de morte fabricados pela tecnologia militar dos EUA: a *CBU-55*.

Ao explodir, esta bomba desfazia-se em pequenas outras que espalhavam um gás aerosol. O gás consumia todo o oxigénio num raio de 250 metros, matando tudo que se encontrasse no seu círculo de ação.

As autoridades vietnamitas decidiram, no último ano, reconstruir em An Loc, os abrigos subterrâneos utilizados durante a guerra (os primeiros foram cavados em 1947), mas obviamente abandonados após 1975 e que a natureza se encarregou, entretanto, de arruinar.

A reconstituição dos abrigos é outra expressão da vontade, tão cara aos vietnamitas, de deixar para as futuras gerações e mostrar aos visitantes estrangeiros, testemunhos do que foi a sua luta pela independência e reunificação nacionais.

Indo da Cidade de Ho Chi Minh, alcança-se a província de Song Be percorrendo 80 quilómetros da "Nacional 13". Depois abandona-se a estrada alcatroada e mete-se por uma via larga de terra batida. No momento em que o "Volga" soviético atravessa as antigas plantações de borragem da *Michelin*, Thai Thituy Lien, a jovem funcionária dos Negócios Estrangeiros que acompanha o repórter de *cadernos* na visita a An Loc, comunica estarmos já a rolar na Pista Ho Chi Minh.

Mais alguns quilómetros e chegamos a uma grande clareira onde um grupo de operários ultima duas casas de bambu que dentro de semanas serão um restaurante e um centro de acolhimento para os visitantes de An Loc. Ao entrarmos numa das casas para nos refrescarmos e beber chá, três jovens dão apressadamente as derradeiras marteladas num



Comboio de abastecimento durante a guerra na Pista Ho Chi Minh: a aviação dos EUA nunca os conseguiu paralisar

enorme quadro. Este é formado por um mapa militar norte-americano, em grande escala, da região, que tem sobreposta uma folha de plástico transparente. Na carta norte-americana todas as dezenas de lugarejos desta zona de Song Be têm a indicação *destroyed* e a folha de plástico, segmentos desenhados a negro dos ramais, túneis e abrigos do terminal da Pista Ho Chi Minh que nunca deixaram de ser utilizados apesar da aviação inimiga ter arrasado tudo à superfície.

As cozinhas Hoang Cam e os fiéis do rei

Terminada a pausa, caminhamos depois a pé, durante três quilómetros em fila indiana por um trilho estreito. Atravessadas duas "pontes de macaco" (três troncos de coqueiro e uma corda de liana a servir de balustrada), deparamos com seis abrigos visivelmente acabados de reconstruir. Um deles tem uma profundidade de três metros e 20 metros quadrados de área onde se protegiam, bem apertados, um grupo de quarenta soldados. Outros são maiores, comunicam-se por galerias subterrâneas e serviam para tudo: enfermarias, salas de operações, depósitos de víveres ou munições, salas de reuniões, etc. Tinham depósitos de água, sistemas de ventilação e linhas de telefone.

Bui Huu Nhan, guia e intérprete, chama-nos a atenção para alguns aspectos curiosos. Os fornos subterrâneos das "cozinhas Hoang Cam" que receberam o nome do soldado, hoje general, que as inventou durante a luta contra os franceses

e que espalham o fumo pelas entradas da terra, impedindo a localização dos acampamentos pela aviação inimiga. A cobertura dos abrigos com folhas de um arbusto resistentes ao fogo chamadas Trung Quan (fiéis do rei) que começaram a ser utilizadas durante o reinado de Ham Nghi na época da resistência antifrancesa no século XIX. Os estilhaços de bombas cravados nas árvores e que provocam a quebra de serras eléctricas nas serrações.

No regresso ao centro de acolhimento, quando o repórter se dispunha a afastar-se alguns metros do trilho, é disso dissuadido com muitos sorrisos. É preferível não abandonar o carreiro, porque pode dar-se o caso de ainda haver uma bomba não detonada e acontecer mais um dos milhares de acidentes verificados na região desde o fim dos combates.

Quando entramos de novo na sala de recepção para mais uma chávena de chá, a última surpresa. Ao enviado de *cadernos* é-lhe exibido o habitual livro onde os estrangeiros escrevem as suas impressões quando visitam o país. Porém, desta vez, o grande livro de capa vermelha não tem nada escrito.

cadernos do terceiro mundo recebe, deste modo, o privilégio de ser o primeiro órgão da imprensa estrangeira a escrever os comentários que lhe merecem a visita a An Loc. Quando empunhamos a caneta, pedem-nos a câmara. Os responsáveis do centro de acolhimento desejam fotografar o primeiro jornalista estrangeiro que visitou os abrigos reconstituídos e solicitam o envio da foto para ser afixada num quadro de parede ainda completamente vazio.

A guerra do lado dos EUA

□ No muro negro do *Vietnam Veterans Memorial* em Washington estão gravados 58.022 nomes. São todos os soldados norte-americanos mortos nos 21 anos da intervenção dos EUA no Vietname. Soldados que caíram na "guerra especial" (fase dos "conselheiros militares" que se seguiu à derrota dos franceses), na "guerra localizada" (iniciada, em 8 de Março de 1965, com o desembarque no porto de Qui Nhon, em Da-nang, da "divisão mais rápida do mundo", a 1ª de Cavalaria, equipada com 15 mil helicópteros) e na época da "vietnamização da guerra" ("mudar a cor dos cadáveres", segundo palavras do embaixador dos EUA), inaugurada por Nixon no começo da década de setenta.



Carlos Porto Santos

Museu do Exército Popular em Hanói. Um Mig 21 vietnamita em exposição sobre os destroços de um dos primeiros B-52 abatidos no "Natal de Nixon"



Carlos Porto Santos

Os Estados Unidos tiveram mais de 300.000 feridos e centenas de milhares dos seus nacionais ainda sofrem de perturbações emocionais e sequelas físicas (contaminação do "agente laranja", por exemplo) pela sua participação na guerra.

Morreram em combate 240.000 soldados do regime de Saigão.

Ao longo das duas décadas, 2,7 milhões de soldados – este número não inclui os norte-ame-

ricanos com participação indirecta nos combates – dos três ramos das forças armadas dos EUA passaram pelo Vietname. A média de idade dos G. I.'s foi de 19 anos, contra 26 anos durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com números do Pentágono, os EUA tinham em 1961, 400 "conselheiros militares"; em 1965, após o desembarque em Danang, 185.000 soldados; em 1969, ponto culminante da sua intervenção, 580.000, cifra que desceu em 1972 para 173.000 com a "vietnamização da guerra". Contando com o exército de Saigão e os contingentes da Coreia do Sul, as tropas que combateram Hanói e a FNL, chegaram a somar mais de 1,2 milhão de homens.

No céu do Vietname foram abatidos 4.181 aviões da *US Air Force* (3.000 no norte), comemorados pelos correios de Hanói, ao longo dos anos, com uma coleção de 19 selos alusivos, iniciada com o 500º avião abatido, até ao 4.181º. Neste número estão contabilizadas as 58 fortalezas voadoras B-52 (cada um destes mastodôntes transportava 30 toneladas de bombas), 23 das quais derrubadas pela artilharia antiaérea e pelos mísseis soviéticos *Sam*, adaptados por cientistas vietnamitas, durante o ataque a Hanói, Haiphong e outras cidades do norte, nos doze dias de Dezembro de 1972 (18 a 30 desse mês), que ficou conhecido como "Natal de Nixon" ou "Natal de Kissinger".

Segundo a *Reuter* e a imprensa norte-americana da época, a cadência a que os B-52 estavam a ser derrubados nessa operação, levou oficiais do Comando Aéreo no Pentágono a concluir que a *US Air Force* arriscava-se a ficar sem esses bombardeiros estratégicos, caso o ataque se prolongasse por mais três meses.

Após a assinatura dos Acordos de Paris (27/1/73), Hanói libertou 566 prisioneiros norte-americanos – a maior parte capturados em 1968 –, dos quais 350 pilotos. Cerca de 80% dos prisioneiros fizeram declarações públicas contra a agressão do seu país durante o cativeiro.

Nos períodos mais acesos da guerra, os EUA chegaram a ter permanentemente em acção 1.400 aviões de combate. Metade dos 14 porta-aviões da *US Navy* estiveram mobilizados na guerra da Indochina e 1.500 vasos de guerra, de todos os tipos, foram metidos a pique pelas Forças Populares.

O governo de Washington afirma que ainda estão desaparecidos 2.483 soldados do seu país em todas as regiões do Vietname. Em 1982, 18 corpos de G.I.'s foram restituídos pelas autoridades vietnamitas, que garantem serem os últimos encontrados desse rol de desaparecidos e não deterem mais nenhum prisioneiro vivo norte-americano.

A nova era de incertezas

O último golpe de Estado mostrou que esta ex-colónia britânica continua a pagar o preço da herança da dominação europeia e tem poucas possibilidades de encontrar a curto prazo um futuro tranquilo



No Uganda, a miséria é a principal consequência da instabilidade política herdada do período colonial

Quando na madrugada de 26 de Julho, a rádio de Uganda interrompeu a sua transmissão para divulgar um discurso do brigadeiro Basilio Olara Okello, a maioria dos ouvintes ficou pouco surpresa. Era apenas uma questão de semanas, ou de alguns meses, a deflagração de algum movimento insurreccional que daria o golpe de morte no governo de Milton Obote. O cenário já estava preparado desde Março, mas o que antecipou a conspiração foi a marcação da data de 10 de Dezembro para eleições presidenciais, quando, pela segunda vez em 30 anos, os ugandeses teriam a oportunidade

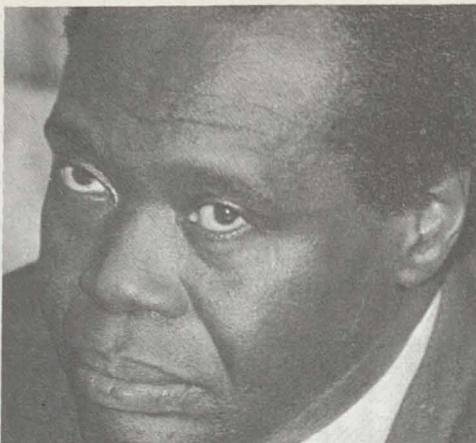
de escolher os seus dirigentes.

A queda de Obote e a ascenção ao poder do general Tito Okello (não há qualquer parentesco com o brigadeiro Basilio Olara Okello) representaram na verdade dois episódios de um mesmo processo de posicionamento de interesses dentro da elite governante do Uganda. O presidente deposto, apesar da sua popularidade, pagou o preço pelos profundos antagonismos políticos, raciais e económicos que sobreviveram à independência, em 1962, e que se agravaram com o decorrer dos anos na medida em que o país não conseguiu consolidar a sua unidade.

O novo governo, o sétimo em 23 anos de independência, não tem coerência político-ideológica e baseia-se em interesses individuais e regionalistas, o que aumenta as possibilidades de que a curto prazo também ele venha a padecer dos mesmos males que provocaram a queda de Obote.

Esses males são fundamentalmente a divisão do país entre grupos políticos do norte (mais numerosos, porém economicamente fracos) e os interesses financeiros da burguesia rural do sul; a inexistência de um exército nacional organizado; a crise económica e social gerada pela aplicação das receitas recessivas

O carisma de Obote levou-o duas vezes ao poder pelo voto, mas os militares responderam com dois golpes de Estado



do Fundo Monetário Internacional e a acção desestabilizadora de pelo menos três movimentos guerrilheiros que tornam virtualmente ingovernável um país que já foi considerado um dos celeiros da África.

Todos estes factores pulverizaram a já frágil unidade interna do Congresso Popular do Uganda (UPC), o partido de Obote, e que desde o período pré-independência vinha sendo o grupo mais identificado com uma posição nacionalista.

Mas o nacionalismo de Obote acabou enfraquecido pela sua posição personalista e autoritária, fazendo com que ele perdesse em sucessivas oportunidades a possibilidade de promover alianças políticas capazes de ultrapassar as históricas divisões étnicas e regionalistas agravadas pelo regime colonial. O ex-presidente defendeu sempre a implantação de um governo centralizador e o estabelecimento de um Estado unitário como forma de garantir a sobrevivência do país como entidade autónoma. No seu primeiro governo, de 1965 a 1971, Obote foi também um defensor do nacionalismo, tendo como modelo o seu amigo Julius Nyerere, presidente da Tanzânia. No segundo mandato (1980-85), Obote acabou por ser obrigado a seguir o Fundo Monetário Inter-

nacional para equilibrar a precária economia do país.

A herança colonial

A divisão do Uganda tem as suas origens na decisão adoptada pelos britânicos no final do último século, de reservar para a região de Buganda, habitada pelos bagandas, o virtual monopólio da agricultura de exportação concentrada especialmente no café, algodão e tabaco. A região do norte, habitada por várias etnias como os langos, acholis e lugbara, sempre foi mais pobre e desabitada. Razão porque foi nela que os britânicos resolveram recrutar os integrantes do exército colonial. A terceira região, a leste, foi transformada em reserva de mão-de-obra para as plantações destinadas à exportação.

Os bagandas assumiram rapidamente um papel hegemônico na economia antes da independência, não só porque foram capazes de desenvolver uma próspera agricultura mas também porque se mostraram dóceis à orientação colonial. Toda a élite económica e cultural do país surgiu dentro da etnia baganda, a mais favorecida na divisão interna da pequena parcela de lucros deixada no país pelos antigos exportadores britânicos.

Para impedir que os agricultores do sul se tornassem demasia-

do poderosos dentro do país, a Grã-Bretanha estimulou uma forte corrente migratória de asiáticos (indianos e chineses) aos quais entregou o controlo das actividades comerciais. Simultaneamente, no norte, os acholis e langos foram colocados em posições-chave no exército, recebendo treino no exterior, sem no entanto terem bases económicas próprias. Mas como o número de recrutados para o exército foi pequeno em comparação com a grande massa de camponeses empobrecidos que se sustentavam através da agricultura de auto-subsistência, surgiu no norte o primeiro foco de resistência contra a hegemonia britânica, a princípio identificada também como uma dominação dos bagandas. Os acholis e langos descobriram com o passar do tempo que a preparação militar e a força dele decorrente podiam render dividendos políticos e com isso acabaram por obter uma influência que se equiparou e até superou a dos bagandas.

A principal liderança nacionalista no norte foi a de Milton Obote, um longo dotado de enorme habilidade política e que logo conseguiu um grande prestígio externo no começo da década de 60, num momento em que a campanha pela independência atingia grande intensidade em toda a África. Os britânicos foram de certa maneira impotentes para conter o movimento autonomista liderado por Obote e acabaram por ceder a independência, certos de que a burguesia baganda do sul seria capaz de neutralizar o ímpeto nacionalista.

Mas, logo de início, o governo autónomo teve de enfrentar problemas entre os nortistas, que já desde o período colonial estavam também divididos em clãs personalistas agrupados em torno de fidelidades étnicas e militares. Foi impossível unificar o exército nacional porque os comandantes formados pelos britânicos julgavam-se todo-poderoso

sos e estavam dispostos a usar as armas para conquistar o prestígio político que não tinham.

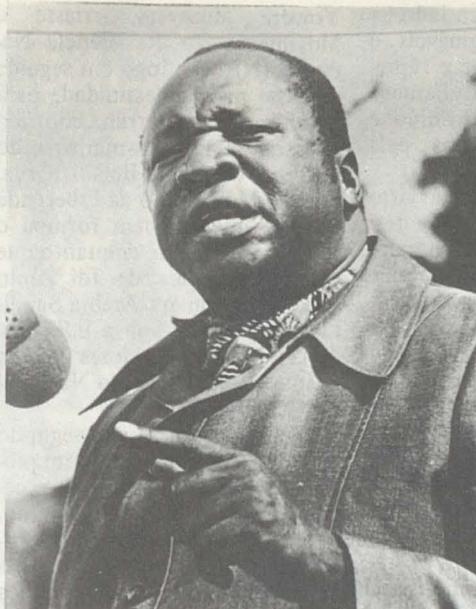
O período Idi Amin

O projecto unitário e nacionalista de Obote esbarrou no individualismo dos bagandas e acholis, e no liberalismo económico da burguesia sulista ligada ao capital estrangeiro e à agricultura de exportação. O resultado foi a instabilidade e o agravamento dos conflitos. O primeiro presidente ugandês mostrou pouca flexibilidade no jogo de alianças, embora a sua defesa intransigente da unidade nacional lhe tivesse valido um forte apoio externo, por parte de países africanos recém-independentes.

A obstrução económica da burguesia agrícola minou as bases do poder ao reduzir drasticamente a prosperidade dos primeiros anos pós-independência. E o individualismo dos chefes militares do norte encarregou-se do resto. Assim em 1971, o ex-campeão de box, Idi Amin Dada liderou um golpe militar e assumiu o poder, depois de aglutinar à sua volta chefes militares do norte, descontentes com o controlo dos altos escalões do exército pelos langos, de Obote. O golpe de Amin foi apoiado pelos britânicos que viam nele a possibilidade de acabar com o nacionalismo económico do governo deposto e forçá-lo depois a um entendimento com os bagandas.

Mas o plano saiu "furado" no segundo ponto. Amin implantou uma ditadura corrupta e arbitrária que durou oito anos. Amin pertencia a um grupo étnico minoritário do norte, da província do Nilo Ocidental, e desde o começo perseguiu primeiro os bagandas e mais tarde também os comerciantes asiáticos, que foram expulsos em massa do país. Todo o comércio foi atingido e ao mesmo tempo as nacionalizações implantadas pelo excêntrico ex-pára-quedista treinado

Gamma



O autoritarismo de Idi Amin provocou choques com a burguesia e conduziu à crise económica



pelos britânicos, rendiam escassos frutos ao país porque acabaram desvirtuadas pela corrupção.

Amin foi o representante típico dos chefes militares treinados pelo regime colonial que após a independência usaram os seus conhecimentos e armamento para impor a sua vontade personalista sobre o resto do país. Por não se sentir ligado ideologicamente a nenhum interesse estrangeiro Idi Amin pôde servir e hostilizar todos eles indiscrimi-

nadamente, manipulando habilmente o controlo do poder militar. Mas no final o jogo esgotou-se e o ditador ugandês acabou deposto em 1979, deixando um saldo de quase 500.000 opositores e adversários mortos.

Os oito anos de violência e arbítrio tiveram um efeito devastador não só sobre a economia, mas também sobre a frágil unidade nacional. Obote havia tentado substituir o regionalismo pela unidade imposta de cima para

baixo. Idi Amin por seu lado levou a limites inimagináveis o jogo de favorecimentos e repressões, deixando como herança um país ainda mais dividido e ressentimentos agravados pela corrupção.

Se o poder central era visto anteriormente com receio, a desconfiança e descrença tornaram-se generalizadas depois de 1971. Quando as tropas da Tanzânia entraram no Uganda em 1979 para acelerar a queda da ditadura, o exército de Amin estava praticamente decomposto, o aparelho estatal era "ficação" e os diferentes grupos regionais preparavam-se para disputar os despojos do autoritarismo. Um acordo entre as várias facções tornou-se impraticável, e os regimes posteriores a Amin sucederam-se sem que nenhum deles tivesse qualquer oportunidade de sobreviver, até que os militares tomaram novamente o poder em Maio de 1980 para preparar eleições gerais, a única solução possível para o vazio de lideranças. E como era de esperar, Milton Obote voltou novamente ao poder, depois que o Congresso Popular conquistou 72 dos 126 lugares do parlamento.

A desestabilização

O resultado eleitoral reproduziu fielmente as divisões do país. O UPC elegeu todos os seus deputados no norte e nenhum na região de Buganda, onde a burguesia local representada pelo Partido Democrático venceu em todos os distritos eleitorais. A precariedade dos mecanismos eleitorais, provocada basicamente pela pesada herança de desorganização deixada por Idi Amin, deu pretextos para que grupos minoritários do norte acusassem o líder do partido vencedor de corrupção e manipulação de resultados. Essa polémica nunca pôde ser esclarecida e a sua primeira consequência foi que o ex-ministro da Defesa de Obote,

Yoweri Museveni, criasse o Movimento de Resistência Nacional (NRM) e logo em seguida entrasse na clandestinidade para organizar uma guerrilha contra o governo. Outro ex-ministro do governo de 1962, Balaki Kirya, criou o Movimento da Liberdade (UFM), que também formou o seu grupo armado, enquanto que os simpatizantes de Idi Amin (que se exiliou na Arábia Saudita) organizaram sob a liderança do ex-brigadeiro Moses Ali, a Frente de Restauração Nacional (UNRF).

Obote iniciou o seu segundo mandato em condições bem piores do que na sua primeira experiência como chefe de governo. A crise económica havia-se transformado numa verdadeira calamidade. A administração pública estava paralisada e o exército nacional havia desaparecido. Na tentativa de criar uma nova estrutura militar, o governo promoveu a formação de um Exército de Libertação Nacional (UNLA) que se estruturou com base em oficiais acholis e langos, contando com a assessoria da Tanzânia, cujas tropas ficaram no Uganda para garantir o governo. A situação que já era difícil, tornou-se caótica quando no norte do país surgiram focos guerrilheiros organizados pelos três movimentos dissidentes. A crise foi habilmente explorada pelo Partido Democrático dos bagandas para aumentar a pressão económica sobre Obote, enquanto que as potências estrangeiras pediam um acordo de reconciliação que na prática era inviável. Obote não reconhecia autoridade política aos seus adversários do NRM e da UFM por os considerar dissidentes que não haviam respeitado os resultados eleitorais. Também não admitia entendimentos com os adeptos de Idi Amin por motivos óbvios, enquanto que os bagandas estabeleceram subtis contactos com os grupos nortistas interessados na desestabilização.

A reestruturação do exército nacional mostrou-se mais difícil do que o previsto. Obote só confiava nos oficiais do seu grupo étnico, especialmente no general Oyite Ojok, autor do golpe de Estado que preparou as eleições de 1980 e que depois se tornou comandante-chefe do exército. Desde o começo que os oficiais de etnia acholi se integraram na UNLA, mas fizeram questão de preservar os seus feudos políticos implantando um sistema de fidelidade individual, ao mesmo tempo que acusavam os langos de prepotência. O líder dos acholis era o brigadeiro Basilio Olara Okello, comandante da região militar do sul, no território dos bagandas. A situação militar tornou-se crítica quando o general Ojok morreu num acidente aéreo em Dezembro de 1983. A luta pelo poder no interior do Exército de Libertação Nacional tornou-se violenta, precisamente num momento em que os grupos dissidentes se mostravam mais activos. O NRM concentrou as suas forças no chamado triângulo de Luwero, a intersecção de duas estradas de acesso a Kampala, enquanto que na província do Nilo Ocidental, os adeptos de Idi Amin, juntamente com a UFM tornaram a área praticamente inacessível.

O resultado do des controlo militar foi o aparecimento de vinganças e retaliações que levaram a limites críticos o problema dos refugiados. Trezentos mil ugandeses fugiram para o sul do Sudão. Cem mil foram para o Zaire e internamente mais de 700.000 passaram a viver fora da sua terra de origem para escapar às perseguições. Na área de Karamoja, a antiga reserva de mão-de-obra, mais de 100.000 pessoas ficaram simplesmente abandonadas sem comida e sem assistência. Ao todo, cerca de um décimo dos 13 milhões de habitantes do Uganda tiveram a sua vida drasticamente alterada pela crise e pela instabilidade política.

Economicamente a situação agravou-se ainda mais depois de 1982. Os fazendeiros bagandas passaram a boicotar abertamente o governo através do contrabando de café, algodão e tabaco, ao mesmo tempo que sonegavam impostos. Quando a dívida externa atingiu perto de um milhão de dólares, Obote cedeu diante do FMI, desvalorizando drasticamente a moeda nacional, o *shilling*, eliminou os subsídios, facilitou as desnacionalizações, baixou os salários e aumentou os preços dos alimentos em mais de 500%. O preço de uma garrafa de cerveja passou a corresponder a quase metade do salário mensal de um trabalhador. Os soldados do exército nacional passaram a ganhar o equivalente a menos de 30 dólares mensais, o que se tornou num poderoso estímulo ao saque, à estorsão e ao roubo.

O alinhamento do governo do Uganda com o FMI desagradou profundamente a Nyerere, que sempre defendeu uma posição de resistência ao Fundo, apesar da crise económica interna da Tanzânia, agravada pelo apoio militar dado a Obote após o derrube de Idi Amin. A aceitação do controlo do FMI sobre a economia do Uganda fez com que muitos banqueiros europeus afirmassem que Obote era muito melhor ministro das Finanças do que presidente da República (Obote acumulou ambos os cargos desde a sua posse).

Mas o recuo na questão económica em vez de melhorar, só piorou a sorte do deposto presidente. Obote perdeu a sua margem de manobra perante a burguesia baganda que saiu fortalecida a partir do momento em que o Fundo passou a estimular as exportações. Sem o controlo do exército e sem o domínio da economia, o presidente teve que recorrer a uma repressão ainda maior dos seus opositores, na tentativa de continuar no poder. Nas vésperas do golpe de 26 de



A miséria e os conflitos étnicos fizeram um milhão de refugiados no país

Julho havia cerca de 5.000 presos nas 95 penitenciárias civis e militares do país.

O fim da era Obote

A conspiração chefiada pelo brigadeiro Basilio Olara Okello foi rápida e tumultuosa. O governo caiu quase sem resistência, mas a mudança de presidente, como era esperado, gerou saques e retaliações durante quase uma semana. Só depois que o general Tito Okello foi nomeado presidente e entregou o poder "de facto" ao ex-vice-presidente Paulo Muwanga é que a situação voltou ao normal em Kampala e noutras grandes cidades do país. O general Tito Okello é um militar de quase 70 anos, com pouca experiência política e com todas as possibilidades de vir a exercer um poder apenas nominal. O verdadeiro homem-forte parece ser o controverso Muwanga, pertencente ao grupo étnico maganda, que tem um parentesco longínquo com os bagandas.

Vice-presidente de Obote até ao golpe, Muwanga era o responsável pelos serviços de segurança e informação do governo deposto. Paulo Muwanga é detestado pela burguesia do sul que o acusa de ter organizado as fraudes nas eleições de 1980 que levaram o UPC de novo ao poder. O novo primeiro-ministro é um político ambicioso, que nas vésperas do golpe esteve em contacto tanto com os militares conspiradores como com os líderes dos grupos guerrilheiros. É tido como conservador e autoritário. Muito provavelmente, Muwanga tentará algum tipo de acordo com o NRM ou com o Movimento Federal Democrático (FEDEMU) que substituiu o UFM depois que este último praticamente se dissolveu devido a conflitos internos. As bases políticas do novo governo são muito instáveis já que não existe nenhum projeto capaz de unificar as várias facções políticas do país ou pelo menos atenuar a pesada herança do colonialismo. (Carlos Castilho) •



O povo da Nicarágua aspira a conquistar a paz para a América Central no contexto da proposta de Contadora

‘Se corres, atiro, se paras mato-te’

O vice-presidente Sergio Ramírez Mercado analisa as alternativas da guerra e da paz na América Central, à luz da sua recente visita à América Latina

“Argentina, Brasil, Peru e Uruguai poderão integrar uma força de paz, de neutralização, na zona fronteiriça com a Costa Rica”, afirmou o vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez Mercado, ao voltar de uma viagem a esses países e aos que integram o Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá).

A ofensiva diplomática nicaraguense parece estar a começar a dar os seus frutos. Preocupados com a actual situação de tensão na região centro-americana, principalmente em torno da Nicarágua, os dirigentes da Frente Sandinista investiram todas as suas forças não só no fortalecimento das fronteiras com as Honduras e a Costa Rica, como também,

na consolidação e ampliação de uma frente continental que evite um conflito maior e uma intervenção militar norte-americana.

A viagem de Daniel Ortega à América Latina e à Europa em Março foi repetida, quatro meses depois, pelo vice-presidente. Numa longa entrevista com a equipa de redacção de *cadernos do terceiro mundo*, Sergio Ramírez expôs a visão do governo sandinista sobre essa “frente” externa, as suas perspectivas e a situação interna na Nicarágua, seis anos depois da vitória revolucionária.

“O esforço diplomático iniciado pelo Grupo de Contadora tem que ser apoiado pelos países latino-americanos democrá-

ticos”, afirmou o vice-presidente da Nicarágua. “A possibilidade de Contadora resolver o problema da paz na América Central depende em grande parte das novas iniciativas que possa tomar para desarticular o estado de tensão na região, ligado fundamentalmente ao confronto dos Estados Unidos com a Nicarágua”.

“Esse aumento da tensão demonstra que Reagan obteve avanços dentro do seu país na consolidação da sua posição agressiva. A Câmara Baixa do Congresso, dominada por uma maioria democrata, tem recuado diante da obstinada pressão de Reagan. Pondo em prática uma espécie de política de terror, deixou ao Congresso duas opções: ou apoiar a contra-revolução ou decidir-se

por uma invasão directa. Quando Reagan perdeu, em Março, a primeira votação sobre fundos para os contra-revolucionários, jogava apenas um *round* de uma luta, disposto a ganhar o seguinte. O que conseguiu, agora, com a decisão do Congresso em permitir a intervenção de tropas norte-americanas na Nicarágua sob determinadas circunstâncias.

Para Sergio Ramírez, as portas estão abertas para uma intervenção na Nicarágua. "Agora Reagan tem legitimidade política. Daí até fabricar um pretexto, não é difícil".

Costa Rica, um pretexto à mão

País de certa forma atípico em relação ao resto das nações centro-americanas, a Costa Rica foi governada por instituições democráticas ao longo da sua história. Mas, para Sergio Ramírez, "a Costa Rica é o mais perigoso para nós, porque até agora teve o prestígio de ser um país sem exército, um país democrático, e portanto um alvo político que pode ser facilmente apresentado como vítima. A realidade é muito diferente: a Costa Rica possui 12.000 homens armados. Se não fosse assim, não necessitaria dos 38 assessores militares norte-americanos presentes no seu território. Declarações de mercenários franceses, britânicos e norte-americanos confirmam como as autoridades costa-riquenhas são cúmplices das actividades contra-revolucionárias. Isso é algo que toda a gente sabe, mas que ninguém reconhece. Estamos, de alguma forma, a enfrentar um inimigo imaginário: não há 'contras' nas Honduras, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros repete que não empresta o seu território para bases da contra-revolução; nem tão-pouco existem 'contras' na Costa Rica, porque se trata de um país neutro. Então, de acordo com essa tese, os contra-revolucionários

caem do ar.

"Essa tese refuta-se facilmente, porque a Nicarágua tem travado a guerra nas fronteiras. Se os dois países vizinhos não funcionassem como retaguarda da contra-revolução, a guerra aconteceria no interior do nosso território, porque ninguém derruba um governo nas fronteiras".

A derrota militar da contra-revolução

Nos últimos meses, uma ofensiva geral das milícias e do Exército Popular Sandinista expulsou alguns grupos da chamada Frente Democrática Nacional (FDN) com bases fixas em zonas pouco povoadas da margem sul do rio Grande de Matagalpa, em Zelaya, onde o governo nicaraguense construirá as grandes represas hidroelétricas de San Pedro del Norte. "Empurrados para o interior do território, recuaram para se concentrar na fronteira hondurenha onde, no departamento de El Paraíso, têm as bases fortificadas de Arena e Las Vegas, com instalações militares permanentes, centros de treino, estados-

Cono Sur Press



A volta dos voluntários que defenderam as fronteiras

maior, centro de comunicações, de armazenamento de víveres e munições e com estradas militares construídas pelo exército das Honduras", afirmou Ramírez.

Para ele, "a contra-revolução não representa hoje nenhuma ameaça militar. Pretende-se apresentar a Nicarágua como um país agressor, que apenas enfrenta um conflito interno. Mas a verdade é que a contra-revolução, depois

H. Vistendani/Sipa



Contra-revolucionários na fronteira com a Costa Rica



"Este é o nosso melhor momento militar"

de mais de três anos de operações militares, foi incapaz de obter qualquer apoio social. A Nicarágua tem 137 municípios e a contra-revolução jamais conseguiu tomar uma só capital de município, quer nas áreas mais longínquas quer nas zonas fronteiriças.

"Este é para nós o melhor momento militar depois de três anos de combate. Trouxeram privações para a população, escassez, problemas de abastecimento, mas não conseguiram colocar o povo contra o governo revolucionário. Este é também o momento de maior apoio políti-

Carlos Pinto Santos

co popular, apesar de todas as limitações (altas de preços, cortes nos gastos sociais, supressão de subsídios, dificuldade de assistência médica nos hospitais, problemas de abastecimento nos mercados). Não creio que pudesse ter havido uma situação pior e no entanto a atitude do povo diante da revolução não mudou".

Para o vice-presidente da Nicarágua, "o que sempre esteve em jogo é o povo, que o imperialismo pretendeu disputar connosco porque é o único elemento que pode provocar o derrube de um governo revolucionário. Mas isso não ocorreu. Como os nicaraguenses costumam dizer: 'se corres, atiro, se paras, mato-te'. A derrota da contra-revolução deveria ter afastado o perigo da invasão mas pelo contrário, aproximou-o, já que não lhes restava outra alternativa senão a agressão militar directa".

Estados Unidos: descartando alternativas

Apoio financeiro e militar à contra-revolução, bloqueio eco-

SERGIO RAMÍREZ: 27 ANOS DE LUTA

□ Dirigente estudantil, advogado, escritor, mas sobretudo revolucionário, Sergio Ramírez (42 anos) proclamou, no território libertado de León, a 17 de Julho de 1979, a instalação da primeira Junta de Governo representando a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Dois dias depois, entrava em Manágua juntamente com Daniel Ortega para serem recebidos pelo povo na Praça da Revolução.

Aos 16 anos, já lutava nas ruas de León e recebia o baptismo da repressão da guarda nacional somozista. Participou também activamente na tomada do edifício central da Universidade para exigir a expulsão de oficiais do regime matriculados ali e, aos 20 anos, foi membro fundador da Frente Estudantil Revolucionária, organização cujas células clandestinas foram o embrião para a criação do que seria mais tarde a FSLN. Um ano

depois, foi eleito representante estudantil diante da Junta Universitária e publica o seu primeiro livro, *Cuentos*, com o qual iniciaria a sua carreira de escritor com 13 obras editadas.

Casado com Gertrudes Guerrero (de quem tem três filhos: um miliciano combatente e duas mulheres militantes da Juventude Sandinista), no mesmo ano em que se formou advogado, Sergio Ramírez viajou para o exterior para se encontrar com o dirigente revolucionário Carlos Fonseca, com quem colaborou na preparação de documentos sobre a situação dos campesinos na Nicarágua. Em 1974, publicou *El pensamiento vivo de Sandino*, livro que serviu de ferramenta política para a militância sandinista e que já foi traduzido, até ao momento, em mais de dez idiomas.

Em 1975, fez parte da Comissão de Relações Externas da FSLN, e preparou o documento sobre os crimes da ditadura apresentado ao Congresso norte-americano pelo padre Fernando Cardenal e que constituiu um dos golpes polí-

nómico e cerco diplomático foram até agora as cartas jogadas contra a Nicarágua pelos sectores belicistas que determinam a linha política da administração Reagan. "O esquema ideal da agressão funcionava através da ajuda às forças contra-revolucionárias, da sua penetração em território nicaraguense com a conquista de aldeias, povoados e até de cidades para estabelecer, a partir daí, um governo paralelo que pudesse ser legitimado, como aconteceu em 1912 e 1933", afirmou Sergio Ramírez. "O cenário era o clássico: dividir a população como decorrência das dificuldades económicas, levar a guerra e o terrorismo às cidades do Pacífico e provocar o derrube da Frente Sandinista. Os Estados Unidos investiram centenas de milhares de dólares nesse projecto e começam agora a dar-se conta do seu fracasso".

Sergio Ramírez analisa a viabilidade e as possibilidades da última opção, a partir do "ensaio" de Granada. "Para nos derrotarem, não creio que lhes seja muito útil a experiência de Granada",

realçou o líder sandinista. "Quando Reagan decide intervir militarmente na ilha, Maurice Bishop já havia sido assassinado, o comando político do país estava sem liderança e o povo desarmado. Puderam então fazer uma fácil 'operação cirúrgica', embora a heróica resistência de uns poucos lhes tenha criado problemas e vrias baixas".

"O custo de uma invasão à Nicarágua será sem dúvida maior. Um antigo chefe da força aérea e ex-chefe do estado-maior conjunto norte-americano, general Nutting, opôs-se à intervenção militar antes de passar à reserva. Ele calculava que se havia na Nicarágua 115.000 homens armados, os Estados Unidos deveriam colocar em posição de combate pelo menos 400.000 soldados, um número semelhante ao que utilizaram no Vietname ao longo de toda a sua participação naquele país do sudeste asiático. Pessoalmente creio que precisariam de muito

mais do que isso, o que é uma verdadeira loucura".

Ramírez explica o que seria a concepção norte-americana de uma guerra na Nicarágua: "eles tencionam bombardear em larga escala os pontos estratégicos, cortar a capacidade de abastecimento de combustível e de electricidade do país, desembarcar tropas aerotransportadas da 82ª Divisão nas planícies próximas a Manágua e colocar a contra-revolução na retaguarda para ocupar os povoados do norte e isolar o país enquanto levam a cabo a operação. Calculam que vamos abandonar as cidades e recuar para as zonas montanhosas e fazer uma guerra de guerrilha contra o invasor. Mas nós não vamos deixar nenhuma cidade, o que muda qualitativamente o carácter da guerra porque teriam que destruir o país, bombardear tudo, assassinar milhares e milhares

Hélio Santos



Ramírez: "ninguém derruba um governo nas fronteiras"

ticos internacionais decisivos contra Somoza.

Um ano depois, recebeu da Direcção Nacional da FSLN a missão de organizar o "Grupo dos Doze" como apoio às acções insurrecionais que começaram em Outubro. À frente desse grupo, entrou na Nicarágua a 5 de Julho de 1978, desafiando a ordem de prisão decretada contra ele pela ditadura, para desenvolver uma campanha de mobilização nacional de apoio à ofensiva política-militar iniciada um ano antes.

Passou à clandestinidade um mês depois, quando a guarda o procurava para assassiná-lo. Em Dezembro desse ano, assumiu tarefas na frente internacional e ocupou cargos de responsabilidade no exterior e na área de propaganda através da direcção da clandestina Rádio Sandino. Em Maio de 1979, a Direcção Nacional da FSLN eleger-o, juntamente com Daniel Ortega e Moisés Hassan, para integrar em nome dessa organização a Junta de Governo de Reconstrução Nacional, proclamada em plena insurreição.

Nesse cargo, participa das conversações com

o governo dos Estados Unidos, realizadas no Panamá e na Costa Rica e que resultaram no reconhecimento por parte de Washington do novo governo nicaraguense, uma vitória diplomática decisiva para a consolidação do poder revolucionário.

O seu trabalho na Junta de Governo, na Assembleia Nacional e posteriormente como vice-presidente da República estendeu-se a vários campos, cumprindo não só tarefas na direcção do Estado e na administração pública, como outras relacionadas com a gestão económica, educação, cultura e relações internacionais.

Todas las armas al pueblo, para defender la Revolución!



"Barricada"

"O povo tem defendido este projecto e está disposto a morrer por ele", afirma o vice-presidente nicaraguense

res de nicaraguenses. Vamos disputar as cidades, quarteirão por quarteirão, e já temos experiência disso: foi assim que tirámos o poder de Somoza nas cidades".

"A guerra que o ditador desencadeou contra o povo foi com base em procedimentos desse tipo. A aviação somozista, quando as bombas acabavam, lançava toneis de óleo cheios de dinamite sobre os bairros. Mas o povo não os abandonava, improvisou formas de se manter neles e resistir. Essa é a característica que terá a guerra popular no caso da Nicarágua ser invadida. Vão ter que desembarcar e vir conquistar-nos com a infantaria. E acredito que temos melhores soldados do que os ianques, apesar dos instrumentos sofisticados que levam nas mochilas."

Radicalizar a revolução sandinista?

O vice-presidente da Nicarágua não acredita que a tensa situação vivida pelo seu país possa levar a uma radicalização forçada do processo revolucionário. "Não se pode reduzir a esquemas o problema do aprofundamento de uma revolução em função de situações adversas. É necessário

analisá-lo com cuidado, porque no nosso caso já teríamos nesta altura todos os pretextos para radicalizar o processo revolucionário.

"É impossível ocorrer uma situação de agressão mais flagrante por parte do imperialismo, de cumplicidade da burguesia nicaraguense com a contra-revolução e de identidade ideológica com os propósitos intervencionistas de Reagan. Chegam ao ponto de perguntarem aos funcionários da embaixada norte-americana quando virão as suas tropas salvá-las. Apesar de todas as condições, é preciso pensar o que pode significar realmente radicalizar a revolução: proscrever os partidos políticos, fechar a Assembleia Nacional, proclamar a Frente Sandinista como partido único, abolir as empresas privadas que funcionam no país. A pergunta é: para quê? Qual seria o benefício? Para nós isso não nos serve. Acreditamos que um processo revolucionário como o que temos encaminhado é possível, o que ficou provado em todos estes anos de adversidade, em que levámos avante uma revolução dentro de um quadro de economia mista, pluralismo político e somos um país não-alinhado.

Não queremos mudar estes princípios. O povo tem defendido este projecto e está disposto a morrer por ele".

A decisiva participação de Contadora

Para o vice-presidente da Nicarágua, existe uma nova sensibilidade política na América Latina. As mudanças democráticas e a derrota dos regimes militares deram lugar a uma nova situação no que se refere à acção conjunta frente aos Estados Unidos. "O facto de não apoiar as posições radicais dos EUA contra a Nicarágua é um avanço — reflectiu Ramírez — sobretudo se levarmos em conta o que era a América Latina em 1960 quando se declarou o boicote a Cuba, isolando-a do continente, com ruptura de relações diplomáticas e comerciais.

"Agora nenhum país, excepto as Honduras, apoia o bloqueio económico à Nicarágua. Países como a Argentina, Brasil, Uruguai e Peru têm definido as suas linhas políticas a favor da América Central. Acontece que todos estão conscientes de que é necessário procurar mecanismos novos que neutralizem o velho fantasma da OEA, organismo que sempre legitimou a política dos Estados Unidos no continente. Se a situação fosse a mesma de 20 anos atrás, seria lógico que o assunto fosse tratado na OEA através da qual os Estados Unidos aplicariam a sua mão-de-ferro, invocando o TIAR. Mas ninguém mais fala dele, revivê-lo seria extremamente difícil. Tudo leva a favorecer Contadora, em detrimento de uma alternativa em que os Estados Unidos estejam envolvidos como parte interessada."

Sergio Ramírez encara com optimismo as perspectivas que se abrem para uma acção efectiva do Grupo de Contadora. "Nas minhas reuniões com presidentes latino-americanos — e o mes-

mo aconteceu ao longo da viagem de Daniel Ortega — pude sentir que existe vontade em dar uma nova dinâmica a Contadora, para que possa resolver os problemas colocados. Sobretudo, algo que para nós é fundamental: dar realce ao problema fronteiriço com a Costa Rica. Reivindicamos a criação de um mecanismo de vigilância internacional que garanta uma zona neutra na fronteira comum".

A necessidade de fronteiras seguras

De El Castillo até à sua foz nas Caraíbas, o rio San Juan é a fronteira. "Apenas 60 metros separam o Exército Popular Sandinista das posições contra-revolucionárias, estabelecidas na margem costa-riquenha. Estamos frente a frente com os 'contras' e com a guarda civil da Costa Rica, do outro lado do rio", diz Ramírez.

Um recente relatório da OEA afirma que dois guardas civis costa-riquenhos morreram em consequência do fogo disparado supostamente de posições nicaraguenses do outro lado do rio San Juan. A Costa Rica anunciou que pedirá ao conselho da OEA uma condenação da Nicarágua. "Não vamos aceitar isso", acrescentou Ramírez. "Seria imoral que a morte de dois guardas civis constitua um facto mais importante que a morte de mais de 4.000 nicaraguenses em todos estes anos de guerra. Não é que não nos importemos com esses dois homens, que não matámos. A única coisa que reconhecemos é que sempre que nos bombardeiam da outra margem com morteiros respondemos com fogo.

"Esta discussão vai ser também um teste para a OEA: veremos se ela considera este episódio tão importante a ponto de condenar a Nicarágua ou se encontra uma saída melhor do que a nossa proposta de controlo inter-

nacional da fronteira. Creio que ela também deve interessar à Costa Rica, mas se não a aceitar, saberemos como agir. Vamos continuar com as nossas tropas ao longo da fronteira e disparamos contra aqueles que se aproximarem."

Ramírez está convencido de que sem o apoio das autoridades costa-riquenhas é impossível pôr fim à actividade contra-revolucionária. "Bastaria colocar um pelotão da guarda civil na estrada que vai de Quesada à fronteira com a Nicarágua, para terminar com o problema. Quesada é o grande centro da contra-revolução na Costa Rica para distribuição de víveres, remédios, armas e munições. Na base de La Penca (na Nicarágua), há uma pista de 1.500 metros construída com maquinaria pesada, onde pousam aviões piratas DC-6. Levaram bulldozers, empilhadeiras e rolos compressores, que não vieram da Nicarágua onde não temos estradas, nem famos emprestar à ARDE a maquinaria do Ministério da Construção para fazer a pista. Tudo isso transitou pela Costa Rica e é absurdo pensar que as autoridades costa-riquenhas não tenham tido conhecimento. Cada vez que o governo da Costa Rica nega que há 'con-

tras' no seu território, apresentamos listas completas com endereços, telefones, locais de reunião, a que horas entram e saem, em San José, Heredia, Cartago ou Quesada".

A dívida externa (de Somoza)

A Nicarágua está sob um bloqueio comercial decretado pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, tem de negociar com os bancos internacionais uma pesada dívida herdada da ditadura, que consome mais de 20% das suas exportações. "Com o Fundo Monetário Internacional — explicou Ramírez — não fizemos nenhum acordo. Depois da vitória revolucionária, retirámos 18 milhões de dólares em direitos de saque que o FMI deu porque tinha a consciência pesada, sem nenhum trâmite, porque dois meses antes da queda da ditadura havia entregue a Somoza 17 milhões de dólares que nunca foram depositados no Banco Central.

"Com o FMI, tudo corre normalmente: limitamo-nos a pagar os juros da dívida. Quando lhe pedimos que fornecesse fundos adicionais, respondeu-nos que devíamos entrar num desses programas típicos do Fundo. Recu-



"Prisma"

Assessores
norte-americanos
em território
hondurenho



Monsenhor Obando y Bravo, cardeal da Nicarágua

sámos. Com os bancos privados internacionais acabámos de terminar uma nova 'rodada' de negociações em torno da dívida de Somoza. Não nos deram um centavo. A Nicarágua começou devendo 600 milhões de dólares (dívida deixada por Somoza) e agora, com os juros, o montante está em mil milhões de dólares. Chegámos a um acordo de que em Setembro de 1986 pa-

garemos 24 milhões de dólares e com isso ficaremos em paz".

A igreja e a revolução

Para Sergio Ramírez, o cerne dos problemas que foram suscitados com a igreja católica reside "no desacordo político entre a hierarquia eclesiástica e a revolução, baseado no terror de um sector dos bispos diante da mu-

dança social. Existe uma resistência ideológica à revolução baseada em posições anticomunistas, estimuladas pela actual política do Vaticano".

A igreja expressa, de alguma forma, na sua polarização, a luta de classes: "a nova igreja da Nicarágua é uma consequência da participação dos cristãos na luta armada e clandestina contra Somoza, na qual ingressaram com uma ideia de socialismo e de mudança radical da sociedade estimulados por Medellín e pelo Concílio Vaticano II, por aquela opção preferencial que a igreja latino-americana definiu como política oficial. Sacerdotes e leigos passaram a apoiar a Frente Sandinista e a participar activamente com posições, em alguns casos, muito mais radicais que as nossas. E que muitas vezes continuam a ser, dentro do conjunto das forças que apoiam a revolução, mais intransigentes do que nós".

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO – EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros nº 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX

Telefs. 840961/847232/837124

Telex. 12209 Celeir P

Endereço Telegráfico - CELEIRO

O compromisso com o povo

Um dos sacerdotes salvadorenhos que actuam no acompanhamento pastoral das populações nas frentes de combate fala da guerra no seu país

Na diocese de San Vicente, a mais reaccionária de El Salvador, José David Rodríguez trabalhou, primeiro, na paróquia de Santo Domingo e, depois, em El Pilar e Tecoloca, onde teve início o movimento camponês. Hoje, dedica-se ao acompanhamento pastoral nas frentes de combate nas áreas sob controlo político da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), dirigido pela Coordenadora Nacional da Igreja Popular (CONIP) da qual é um dos 30 fundadores.

Como sacerdote, como se relaciona com a guerra que tem lugar no seu país?

— Temos que nos reportar ao Concílio Vaticano Segundo e a Medellín, para entender como e porquê me relaciono com esta guerra. No nosso país, a partir de 1963, a igreja começou a preocupar-se com a promoção da pessoa humana no sentido integral.

Nós, sacerdotes educados nessa época, fomos para as paróquias seguindo as duas linhas fundamentais do Concílio Vaticano Segundo: a formação de agentes pastorais e a de comunidades eclesiásticas de base. Em 1971, decidimos inserir-nos mais na problemática do povo, deixando de nos interessar unicamente pelo seu lado espiritual. Costumávamos dizer "a igreja é uma mãe e uma mãe não se

preocupa apenas com uma parte do seu filho". Acredito que a igreja e o evangelho contribuíram também para o despertar de muita gente neste país. Fiz parte de um grupo em Iguilco, do centro de promoção camponesa de Los Naranjos, onde alfabetizávamos, evangelizávamos e dávamos cursos de primeiros socorros, agricultura, etc., a milhares de camponeses. Diante da sua necessidade, o camponês torna-se responsável pela sua própria história. Todos conhecem a história política da revolução. A acção da pastoral

coincide com os avanços do nosso povo, que luta agora por uma mudança na própria estrutura da sociedade. Creio que o movimento revolucionário ajudou muito os religiosos a serem consequentes com a sua fé. Ao mesmo tempo, porém, o próprio despertar do povo colocou em crise a igreja tradicional.

Isso significou uma ruptura entre os diferentes sectores da igreja?

— No sentido prático, sim, embora nós, em termos espirituais, sintamos que não existe ruptura. Muitos sacerdotes tiveram medo de se comprometer com os princípios do Concílio Vaticano Segundo e ficaram naquilo que chamamos de "espiritualismo". Nós, ao contrário, chegámos à conclusão que, se a igreja tinha contribuído para o despertar do povo, ela não podia abandoná-lo na altura em que esse mesmo povo tomava o seu destino nas mãos. E acompanhámo-lo tal como nos ensinou monsenhor Romero.



"Não podemos abandonar o povo quando ele toma o seu destino nas mãos"



Mons. Romero: um modelo

Em todas as frentes

O que significa "acompanhar": um povo?

— Quando, em 1981, depois da ofensiva, surgiram as áreas sob controlo político-militar da FMLN, muitos párocos sentiram problemas de segurança ao permanecerem nas suas paróquias, já que o regime diz que quem for a essas áreas é comunista ou guerrilheiro. Eles abandonaram as suas paróquias; nós, pelo contrário, decidimos deixar o campo legal e mudarmo-nos para as frentes, a fim de acompanhar os cristãos que moram nessas áreas.

E essa igreja comprometida, como se organizou?

— Ela não se encontra apenas nas áreas sob controlo, mas em todos os lugares onde haja uma pastoral de acompanhamento. Em El Salvador, existem cinco dioceses: San Miguel, San Vicente, Santiago de María, San Salvador e Santa Ana. Nem toda a igreja oficial nos reconhece e o regime já assassinou 11 sacerdotes em quatro anos, entre eles monsenhor Romero.

Com a sua morte, reunimo-

nos — entre 30 a 40 sacerdotes — e decidimos continuar a apoiar e a colaborar com essa pastoral de acompanhamento. Formámos uma espécie de coordenação para encontrar formas concretas de levar avante a nossa pastoral. A nós, juntou-se uma coordenadora de religiosas e, mais tarde, a coordenadora de comunidades cristãs urbanas e a de comunidades cristãs rurais.

Existem diferenças entre o seu trabalho na cidade e no campo?

— Claro que sim. O jeito das pessoas, a sua problemática é diferente. O morador das barraças de San Salvador pensa de forma diferente do camponês, vibra com outras coisas.

Que tipo de trabalho estão a fazer?

— Desde o assassinato de monsenhor Romero, que nós, as comunidades cristãs urbanas e rurais, sentímos que nos faltava quem nos unisse. Assim, em 25 de Maio de 1980, organizámos um plenário de sacerdotes e freiras e organizámos a Coordenadora Nacional da Igreja Popular "Monsenhor Oscar Arnulfo Romero" (CONIP), que tem uma força e vitalidade muito grande. Ideologicamente, não nos podíamos ligar a nenhuma organização, mas sim ao projecto que, em conjunto, o povo está a pôr em prática. Foi assim que decidimos apoiar o projecto da FMLN. Talvez com sentido crítico, já que não o consideramos um projecto final, mas um projecto em aprofundamento. Como cristãos, temos que participar na luta do povo. Não podemos reformar apenas corações.

Qual é o seu trabalho específico nas áreas sob controlo do movimento revolucionário?

— Um trabalho pastoral integrado. Nós acreditamos que a igreja não é um Estado nem uma força de pressão política, mas o

trabalho de todos os cristãos para a sua autodeterminação. No entanto, não somos artífices de outra alternativa, o nosso trabalho é puramente pastoral.

A maioria do povo salvadorenho é cristão?

— Sim. E nas áreas onde o trabalho pastoral foi mais forte, mais forte é o movimento camponês, como em Chalatenango e Morazán. Isso é natural, porque a nossa pastoral chegou à raiz do problema. Desde a sua tomada de consciência, o povo salvadorenho construiu os seus instrumentos. Hoje, esses instrumentos manifestam-se através dos Poderes Populares Locais, nos quais a nossa igreja tem o papel de apoiar qualquer crente.

Participar na produção

Como participam nos Poderes Populares?

— Não como CONIP, mas como membros da comunidade em todas as tarefas que os Poderes Populares nos colocam: alfabetização, saúde, produção, questões jurídicas, etc. Por exemplo, nos casamentos, nós fazemos três palestras com o casal para que ele assuma o seu papel de fortalecedor da disposição de construção de uma nova sociedade.

Quantas pessoas se casam pela igreja?

— A maioria. Mas as nossas palestras servem também para demonstrar que não haverá diferença entre as tarefas do homem e da mulher e que casar nas áreas sob controlo é assumir um compromisso com a revolução.

A igreja tradicional tentou impedir o crescimento da igreja popular?

— Sim. Até nos acusaram de levar avante uma igreja paralela. Mas o nosso espírito é o do evangelho, das primeiras comunidades cristãs. Nós estamos dentro

da igreja, impulsionados pelos princípios do Concílio Vaticano Segundo e Medellín. Achamos que são "bem-aventurados os que semeiam a paz", como diz o evangelho. Monsenhor Romero enfrentou a morte por não estar de acordo com um determinado tipo de sociedade. Assim como a Cristo, os ricos, os poderosos, os fariseus perseguiam-no.

Há protestantes na CONIP?

— Entre os protestantes, temos de diferenciar os luteranos e os baptistas, que lutam como nós por uma sociedade melhor, dos espiritualistas, principalmente os evangelistas e Testemunhas de Jeová, que estão infiltrados pelo imperialismo para convençerem os pobres que tudo deve ficar como está.

A igreja está segura da vitória popular?

— Sim, está. E acreditamos nisso, uns porque vivemos aqui, outros porque esperam que assim seja.

Chris Steele-Perkins



"O despertar do povo colocou em crise a igreja tradicional"

Qual a posição da igreja popular perante o desenrolar da guerra?

— A igreja popular é testemunha da seriedade das organizações da FMLN, daquilo que lhe custou a possibilidade de obter uma garantia para o povo. Pois bem, até a igreja tradicional, e não apenas nós, sente a necessidade de apoiar a proposta da FMLN de um diálogo que ga-

ranta a vida e o bem-estar da população. Mas não se pode dialogar no vago. Assim, o melhor projecto é o de um governo de ampla participação, como a FMLN propõe. Trata-se de um projecto sério, de participação, dirigido ao povo pela sua própria vanguarda. Não é como os projectos de eleições viciadas com que nos enganaram até agora. (Francesca Gargallo) •

F PAPELARIA FERNANDES, SARL

SEDE: Largo do Rato, 13 - Tel. 68 21 31 / 69 30 48 (20 linhas) • ARMAZÉM: Calçada Bento da Rocha Cabral, 16-A - Tel. 65 81 41 / 69 10 46 (18 linhas)
1296 LISBOA · CODEX - TELEX 18544 PAPER P

PAPELARIA - LIVRARIA
TIPOGRAFIA - LITOGRAFIA
ENCADERNAÇÃO - CARTONAGEM
PAUTAÇÃO - SOBRESCRITOS
GRAVURA - HELIOGRAFIA



FAÇA VOCÊ MESMO — I
Como reparar deficiências em sua casa, na alvenaria, telhados, carpintaria.



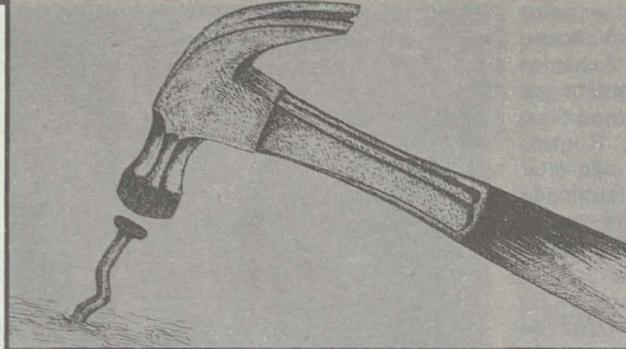
FAÇA VOCÊ MESMO — II
Como reparar canalizações, avarias eléctricas, pintar, colocar vidros.



FAÇA VOCÊ MESMO — III
Como fazer isolamentos, resolver problemas de refrigeração ou revestir móveis ou paredes.



111 RECEITAS DE COZINHA INDIANA
Toda a riqueza, sofisticação, diversidade e sabor duma das mais sofisticadas cozinhas do mundo.



VOCÊ QUE SABE PREGAR UM PREGO(?!)...

...sabe afinar a sua moto, cozinhar comida indiana ou fazer amor com a simples pressão dum dedo? Poderão parecer-lhe coisas demasiado diferentes ... e talvez não saiba mesmo como fazê-las ... Emprego, estudo, política, televisão e problemas não é tudo o que deve esperar da vida.

Para realmente viver a dois, em família, sozinho ou com os amigos, em casa ou em férias, é preciso ter arte. Aquela arte que faz a vida merecedora de ser vivida. Essa, como todas as artes, aprende-se ... Por isso editamos as colecções «Arte de Viver» e «Em 10 Lições».

Livros sobre Carpintaria ou Electricidade, Culinária, Computadores, Dieta, Educação sexual ... e tudo o mais que tornará a sua vida mais rica e mais fácil.

Queiram enviar-me, contra reembolso, os livros assinalados com um

Os preços são acrescidos de despesas de envio

- | | |
|---|-------|
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo — I | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo — II | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo — III | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> A Moto em 10 Lições | 630\$ |
| <input type="checkbox"/> Congelação e os Congelados em 10 Lições | 650\$ |
| <input type="checkbox"/> 111 Receitas de Cozinha Indiana | 560\$ |
| <input type="checkbox"/> Como Fazer Amor com a Simples Pressão dum Dedo | 650\$ |
| <input type="checkbox"/> Guia Prático da Sorte | 690\$ |
| <input type="checkbox"/> Aplicações Domésticas no Seu Micro-computador | 750\$ |
| <input type="checkbox"/> Programação Prática em Língua da Máquina para o Spectrum | 575\$ |

1 1 7 8 5

Nome: _____

Morada: _____

Profissão: _____ Telefone: _____

C. Postal: _____ Localidade: _____

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Apartado 8 — 2726 MEM MARTINS CODEX



COMO FAZER AMOR COM A SIMPLES PRESSÃO DUM DEDO
Um manual de Digitopunctura aplicado à estimulação sexual. Os segredos sexuais do Taoísmo.



GUIA PRÁTICO DA SORTE
Amor, jogo, dinheiro, saúde.



A CONGELAÇÃO E OS CONGELADOS EM 10 LIÇÕES
Como preparar, congelar, descongelar e cozinhar congelados. Cuidados sanitários.



A MOTO EM 10 LIÇÕES
Como fazer a rodagem, conduzir na cidade e na estrada, conservar, reparar motos de 2 e 4 tempos.

A música moçambicana atravessa os oceanos

"Atravessando rios", disco de José Mucavele, chega às rádios portuguesas, vencendo uma barreira que existe desde os tempos coloniais

Amúsica moçambicana começa a ultrapassar fronteiras. É o caso do trabalho de José Mucavele que ganhou o direito a ser ouvido regularmente nas estações de rádio portuguesas. Desde Maio, altura em que saiu o disco, são vários os programas, sobretudo nocturnos, os mais criteriosos na seleção musical, a passar o álbum, e mesmo a analisá-lo.

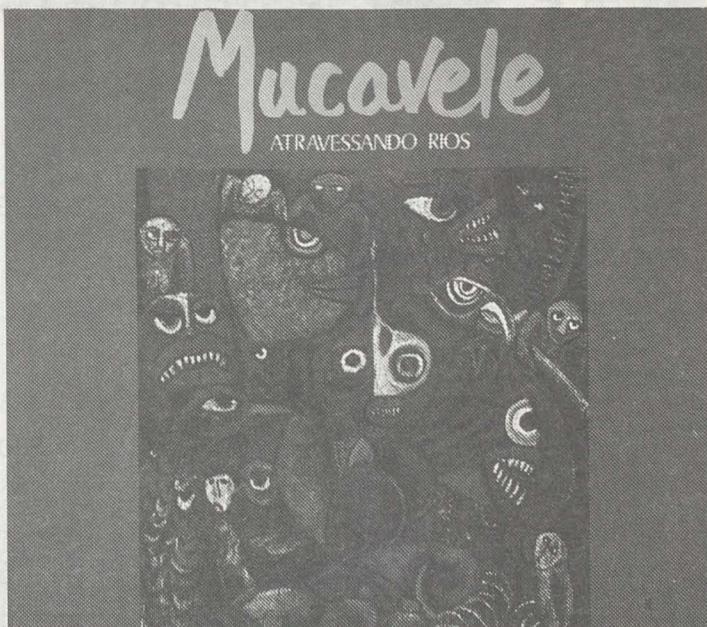
Na base deste procedimento estarão duas razões: o próprio disco — onde sobressaem uma considerável riqueza instrumental e a voz quente e espraiada de José Mucavele — e a surpresa da interferência da música africana no panorama musical português. Na presente conjuntura, será mesmo esta a razão decisiva. É que apesar de Portugal ter um largo passado colonial, a música africana nunca aqui foi propriamente divulgada. No período colonial, conhecia-se a música de cariz folclorista ou exotista; no pós-colonial, deixou-se de conhecer.

Acontece que "Atravessando Rios" é não só o primeiro álbum que José Mucavele grava em Portugal, como o primeiro álbum moçambicano que aqui se grava depois da independência. As editoras portuguesas demoraram dez anos a vencer a reticência em gravar música africana, particularmente das ex-colónias, no temor de não encontrar público. Os

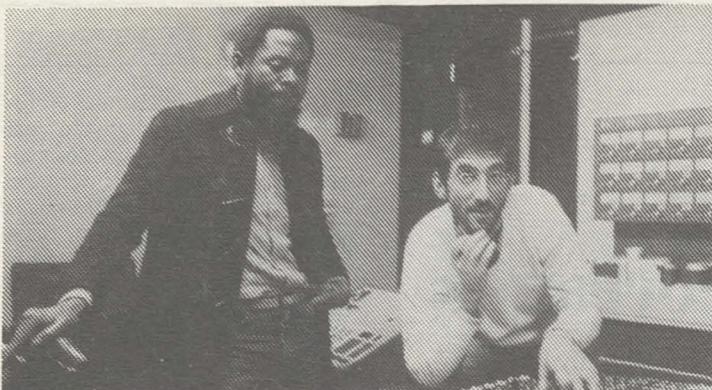
que regressaram, preferiram saudosisticamente a música exotista que estavam acostumados a escutar, os que ouviam falar de África permaneceram como antes, divorciados da sua realidade, privados que continuam de uma política cultural que justifique a eterna propalada tendência dos portugueses para a miscegenação cultural. Entretanto, surgiu um novo estrato de portugueses com ligação a África, os cooperantes. O que terá porventura le-

vado ao degelo de algumas editoras. Rui Veloso, o chamado "pai do rock português" — designação que recusa — intérprete dumha música próxima das raízes africanas, conseguiu que fosse aceite por uma editora discográfica a sua proposta de gravações regulares de música africana.

José Mucavele foi o estreante. Em finais de 1983 apareceu em Portugal — integrando o conjunto RM (Rádio Moçambique), não como guitarrista, como acontece neste disco, mas como trompetista. Mostrou o material que tinha composto a Rui Veloso e a Zé Carrapa e apesar de um músico de jazz inglês se ter interessado por ele, em Moçambique, Mucavele preferiu gravar com músicos portugueses. Assim, Rui Veloso e Zé Carrapa, que já viveu em Moçambique, propuseram à editora discográfica assumirem-se como produtores do disco. Início da chegada da cooperação (tão debatida) à música?



As editoras portuguesas começam a gravar música africana



José Mucavele e José Carrapa durante a gravação de "Atravessando Rios"

Dos ritmos tradicionais aos europeus

Ao disco, pelo menos, já chegou. São evidentes as sonoridades europeias, transmitidas sobretudo pelos dois produtores, Rui Veloso e Zé Carrapa, o primeiro pela sua responsabilidade na gravação e estúdio e o segun-

do pela parte musical. Não quer isto dizer que a música africana tenha sido abafada ou amalgamada. As raízes não deixam de lá estar. Mucavele é originário da província de Gaza, região do sul de Moçambique, e este trabalho é lá que mergulha nos seus ritmos tradicionais. A própria letra preserva a língua bantu

que aí se fala, o xangane.

A realidade que se revela é essa procura das raízes, da terra, da mãe, presente logo no tema de início, e que dá título ao disco: "Atravessando Rios". O percurso dum país em transição — uma estrutura familiar onde é frequente a mãe ser trocada por uma mulher mais nova ("Xihomboloky", Melancólico — 1975); a independência, que promete acabar com esta e outras situações ("Nkululeco", Liberdade — 1975); a fome que persiste ("Ndala", Fome — 1984); a "bicha" para o autocarro da Romos, à esperança de ir achar comida ("Xibomba Xa Romos"), o Autocarro da Romos — 1979).

Da música de Mucavele e da música que se faz em África, do que lá acontece, fica-se à espera da travessia dos oceanos. Que as costas viradas passem à História. Na música, o diálogo já começo. (Manuel Freire) •



O nosso apoio ao comércio internacional.

Porque conhecemos bem a oferta portuguesa, ajudá-lo-emos a encontrar o produto de que necessita.

Existimos para o apoiar. Contacte-nos.

Av. 5 de Outubro 101 – 1000 Lisboa PORTUGAL telef. 730103 telex 16498 ICEP P

R.P. Angola :

Representação Comercial da Rep. Portuguesa
Rua Karl Marx 50 — CP 1319 Luanda
Telef. 33655 Telex 3425 Fexport AN

R.P. Moçambique:

Representação Comercial da Rep. Portuguesa
Av. Julius Nyerere — Maputo
Telef. 744141/5 Telex 6574 ICEP MO

Jornadas de Letras e Artes Africanas

Promovidas pelo Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, acabaram por se constituir numa iniciativa apenas louvável

Haverá uma identidade cultural entre os países que falam o português, permitindo o livre trânsito dos valores literários e artísticos de uns para os outros? As Jornadas de Letras e Artes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, promovidas pelo Centro de Arte Moderna da Gulbenkian de 8 a 13 de Julho, destinavam-se a verificar essa hipótese, mesmo se esse objectivo não figurava de modo explícito.

O resultado foi inconclusivo, se bem que nem tudo fosse tempo perdido. Os organizadores das Jornadas puseram a tônica nas Letras, partindo do princípio, certamente, de que o suporte comum da comunicação — a língua em português — permitiria tornar mais visível as aproximações culturais.

Foi o colóquio sobre as literaturas dos países africanos que preencheu o maior espaço destas Jornadas e sobre ele racaí a atenção da comunicação social.

A exposição de artes africanas, apesar de ser ela a inaugurar as Jornadas, acabou por ficar confinada a um espaço de museu. Os saraus de música prolongaram-se por todo o mês e neles participaram grupos e orquestras de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Tiveram uma assistência interessada, mas pouco motivada pelas considerações teóricas que presidiram à realização das Jornadas.

Foram, porém, as sessões mu-

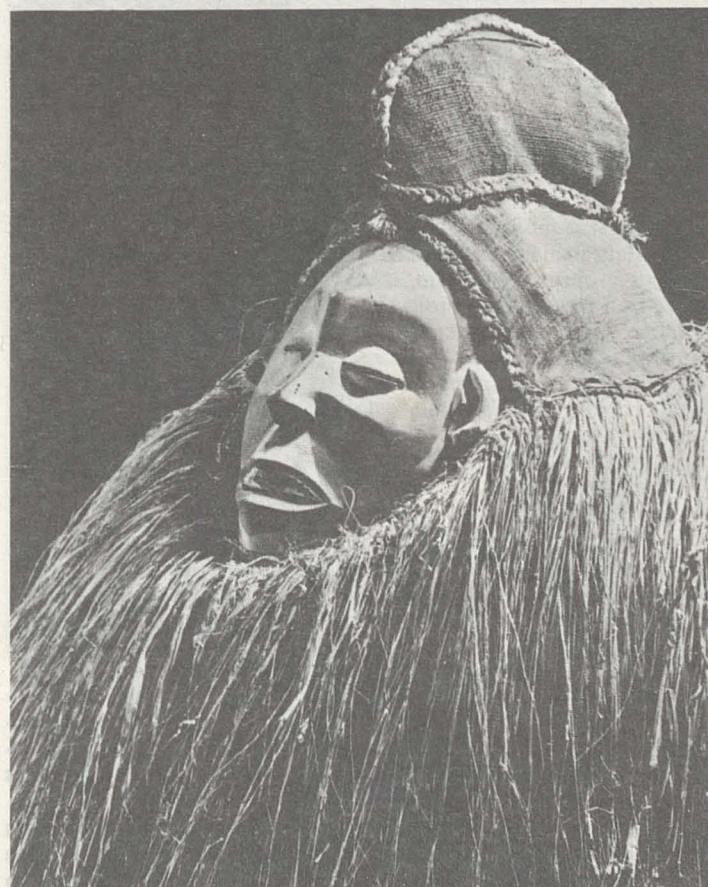
sicais, às quais os eruditos do colóquio literário prestaram uma atenção bem distante, quem maior público atraiu. A variedade de idades e origens do público que nelas participou — utilizando-se intencionalmente a pa-

vra, pois a dança dos assistentes acompanhou o ritmo da música — devia merecer maior reflexão.

Seria interessante encontrar explicação para o facto de jornalistas, que não deram notícia destes saraus, aí se encontrarem, ensaiando um pézinho de dança com destacadadas figuras que apresentavam comunicações no colóquio.

Em resumo, o espaço lúdico da música dos países africanos foi ressentido como um devaneio, comprometedor para pessoas respeitáveis.

Ficou por comentar, assim, a razão do êxito popular desta música e da universalidade da sua



linguagem. Pois é bem disso que se trata: da comunicabilidade de uma linguagem que não conhece fronteiras linguísticas.

Tradição e modernidade

A presença do escritor e universitário Manuel Ferreira (director da revista literária *África*) entre os organizadores das Jornadas deve ter influído para o papel relevante que nelas teve o colóquio sobre as literaturas africanas. A própria exposição de escultura africana, realizando um ousado panorama do golfo da Guiné (bijagós) ao norte de Moçambique (macondes), ficou empalidecida, como se disse, pelo colóquio.

“Tradição e modernidade” era o tema da exposição. Título envolvendo uma ambiguidade que a selecção dos objectos expostos não desfez.

A intenção dos organizadores da exposição — como se diz no programa de apresentação — era estabelecer uma ponte entre a estética da escultura africana (a tradição) e a arte dos anos 20/30 em Portugal (a modernidade).

A intenção não resultou, como eles próprios admitiram, levando-os a abandonar o projecto inicial e a circunscreverem-se à exposição de esculturas africanas. No entanto, sem explicarem porquê, conservaram o título.

Existe, certamente, por parte do Centro de Arte Moderna e do Museu de Etnologia — os organizadores da exposição — o desejo de estabelecer um vínculo entre o expressionismo da escultura africana e certas expressões cubistas de pintores portugueses.

A influência, reconhecida por Picasso, devia, também, encontrar-se no caso português. Conhece-se o entusiasmo de Picasso quando Max Jacob trouxe algumas máscaras afro-negras, chamando-lhe a atenção para a peculiaridade daquela estética. Ela reflectia e visualizava, nos seus traços, a concepção que todo um



povo (e não só o artista individualizado) faz da vida e do mundo. Sabe-se, por outro lado, como certos pintores portugueses — Amadeo Souza-Cardoso, designadamente — se embrenharam na procura de uma forma que fosse expressivamente reveladora

do fundo anímico da figura retratada.

Parece evidente estabelecer, desde logo, a filiação entre a cultura africana e o período da pintura portuguesa modernista. A “evidência”, é por vezes, geradora de equívocos e acertadamente procedeu o Centro de Arte Moderna ao não misturar, num mesmo espaço, escultura africana com pintura portuguesa dos anos 20 e 30.

Quanto a Souza-Cardoso, é bem possível ser a estética cubista que ele adopta um adquirido já elaborado por Picasso, Brâque e Léger, seguindo apenas uma linha estética europeia. Quanto a um outro modernista capaz de vincular o expressionismo afro-negro e a expressão cubista, Almada Negreiros, o problema tem a ver com o distanciamento que ele próprio tomou em relação a essa filiação negro-africana, com a consequente adopção de um vocabulário estético de figurino europeu.

A exposição ficou, assim, um pouco deslocada e sem significado. Ela funcionou, somente, como chamariz para os ensaístas se debruçarem sobre as possíveis influências das artes africanas no universo plástico dos artistas portugueses. O futuro dirá se o aceno foi entendido.

O colóquio

“Do amor e respeito pela nossa cultura devemos passar ao amor e respeito pela cultura dos outros países” — com esta singeleza, justificou a directora do Centro de Arte Moderna, Madalena Perdigão, a realização das Jornadas, dando-lhes como objectivo, unicamente, o de divulgar junto dos portugueses a cultura dos países africanos, em particular aqueles com quem “tantos e tão profundos laços” nos ligam.

Desde modo, limitava a directora do CAM o âmbito do colóquio, mas, ao mesmo tempo, pu-

nha-o a coberto de desnecessárias polémicas, sobretudo em matéria tão sensível: as recíprocas influências entre escritores africanos e portugueses.

A grande lacuna do colóquio foi a ausência dos nomes mais significativos das letras de Angola, Moçambique e Cabo Verde, os países com literatura original mais desenvolvida. Ela impediu um encontro directo entre o leitor e o escritor.

O colóquio circunscreveu-se, assim, à apresentação de teses universitárias sobre géneros literários e características culturais cultivados pelos autores africanos.

A oralidade e o gosto do conto, este como género que melhor transcreve aquela oralidade e prolonga a arte do contista tradicional, mereceram a atenção de vários intervenientes. Destacou-se a intervenção de Maria Lúcia Lepecki (brasileira e professora na Faculdade de Letras de Lisboa) que tomou como paradigma desta situação o conto do escritor moçambicano, Luís Honwana: "Nós matamos o cão tinhoso".

Outras comunicações centraram-se na obra individualizada de alguns escritores, com particular realce para o angolano Pepetela, o caboverdeano Baltazar Lopes e o já citado moçambicano Luís Bernardo Honwana.

Pepetela foi, sem dúvida, o autor mais trabalhado. O ensaísta português, Alexandre Pinheiro Torres, abriu o colóquio — encerrados os discursos inaugurais — com uma comunicação sobre o seu último romance, editado no Brasil e de ainda reduzida divulgação em Portugal: "Yaka". Dele falaram ainda, ao abordarem "Mayombe", Ana Mafalda Leite (docente na Faculdade de Letras de Lisboa) e o escritor e ensaísta português Urbano Tavares Rodrigues.

Em "Yaka", nome inventado para designar uma mítica divindade, Alexandre Pinheiro Torres

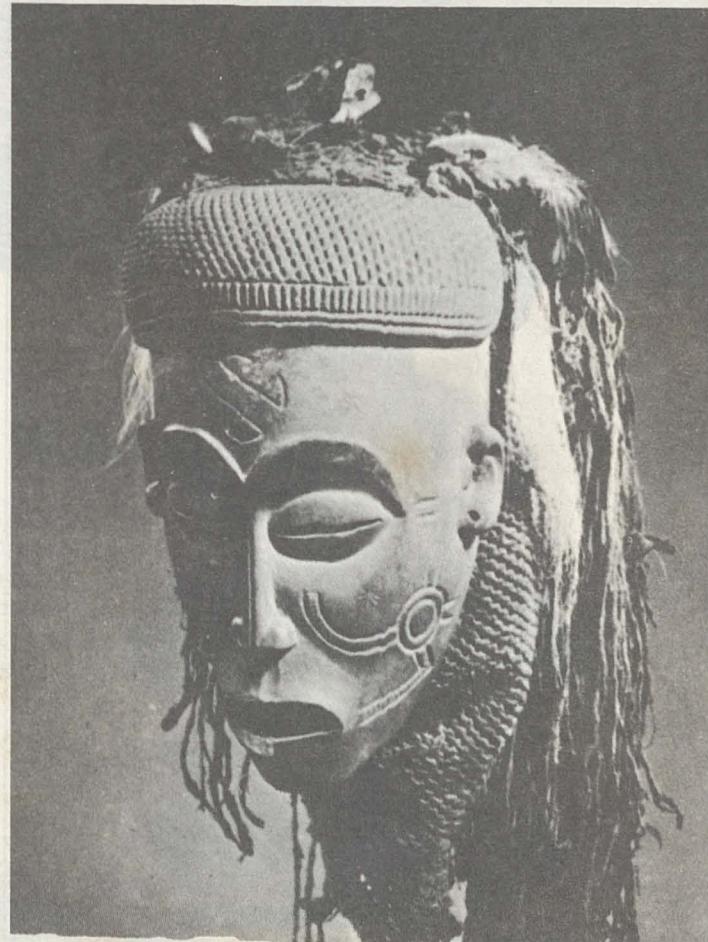
chamou a atenção para a leitura que aí se pode fazer da natureza (e do drama) do colonizador, propondo alargar essa leitura a toda a forma de opressão. "O drama do colonizador — sintetizou — é o de uma superioridade que a bem ou a mal (...) acaba por não se afirmar".

"Mayombe" foi objecto de duas leituras. Ana Mafalda Leite fez por desromanceá-lo e integrar o no género épico, fazendo uma leitura comparada com os poemas homéricos. O itinerário de Urbano Tavares Rodrigues foi outro e o que o prendeu mais em "Mayombe" foi a visão universalista do homem neste romance. Comparou-a à que reflete Malraux na "Condition Humaine"

e em "L'Espoir", salientando a intenção afirmada do autor de não deixar encerrar as personagens num maniqueísmo do bem e do mal, apesar de envolvidas numa situação onde não há outra escolha senão entre o bem e o mal.

Docere et delectare (ensinar e recriar) são os objectivos da retórica, sublinhou Lúcia Lepecki quando falou de "Nós matamos o cão tinhoso". Retórica que neste caso se inspira na oratória do contista tradicional africano e do seu saber em persuadir o interlocutor.

A aprendizagem que melhor se faz é aquela que se cuida como uma distração. A sugestão, aparece, assim, como um ele-



mento de persuasão mais poderoso que a categórica ou autoritária argumentação do *magister dixit*.

O efeito que se pretende é levar o interlocutor à situação de pureza inocente — ou, dito por outras palavras, a afastar dele os juízos preconcebidos. Conseguindo este efeito, a narrativa legitima-se em si mesma, ela vale por si. E o conto, enquanto proposta de valores de conduta (a sua vertente *docere*), atinge a eficácia pretendida.

São várias as artes — ou figuras de retórica — para dar à narrativa o interesse que encanta o

interlocutor. Lúcia Lepecki referiu algumas, chamando a atenção para um aspecto que tem já a ver com a construção estilística.

A atenção do leitor mantém-se na expectativa pela obrigação de ser ele a construir o cenário onde se desenrola a estória. O narrador limita-se a fornecer-lhe os elementos, deixando subentender que diversas são as maneiras de fazer uma casa. A litotes (figura de retórica que pratica a economia das palavras para salientar uma situação) é utilizada com talento pelo autor. Ela reforça e apela à participação do

leitor. Lúcia Lepecki ilustrou a sua asserção com exemplos retirados do conto: “O cão passava todo o tempo a dormir. Mas às vezes andava”.

O valor absoluto da palavra “todo” é de imediato relativizado pelo hipotético “às vezes”.

Esta arte de jogar com as palavras faz que a fruição da narrativa seja um prazer enviado para segundo plano — para a intimidade do leitor — e que no contacto imediato seja o gozo da palavra, com a sua carga afectiva, a prender o interlocutor.

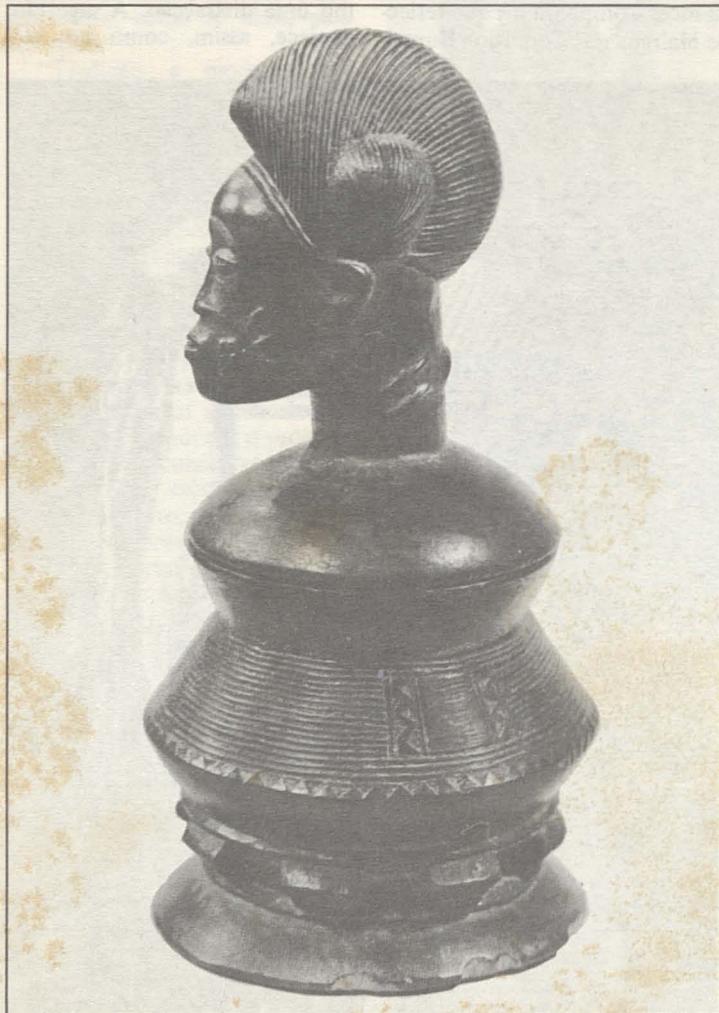
Baltazar Lopes, o escritor caboverdeano autor de “Chiquinho”, foi uma referência na criação de uma literatura africana de expressão portuguesa, cabendo-lhe a ele e ao grupo da revista *Claridade* o primeiro corte com a literatura do Portugal metropolitano.

A análise literária de “Chiquinho” coube a Alberto Carvalho (docente na Faculdade de Letras de Lisboa). A perspectivação do autor e do papel cultural que teve a revista *Claridade*, fê-la Manuel Ferreira.

O ensaísta traçou uma panorâmica histórica da época — via-se no pós-guerra — e citou frequentemente Baltazar Lopes para confirmar as suas afirmações. Manuel Ferreira, de resto, participou no movimento da revista *Claridade*.

Baltazar Lopes e o movimento reconhecem e afirmam que a sua influência veio do Brasil, em primeiro lugar de José Lins do Rego, cujo livro “Meninos de Engenho” foi o ponto de partida para a definição de uma estética literária de raiz caboverdeana, onde povo e geografia eram o sujeito principal.

Manuel Ferreira, com a sua comunicação, encerrou o colóquio, desenvolvendo as influências que autores como Jorge Amado, Manuel Bandeira e outros desta geração tiveram na geração da *Claridade*. (António Melo).



LISBOA - MAPUTO BY NIGHT



O TEMPO VOA NUM SONHO

De Lisboa para o Maputo, o tempo voa, marcado pela comodidade.

Tranquilo, repousado, V. pode ainda deslocar-se do Maputo para Johannesburg, Harare, Lusaka e Dar-es-Salaam.

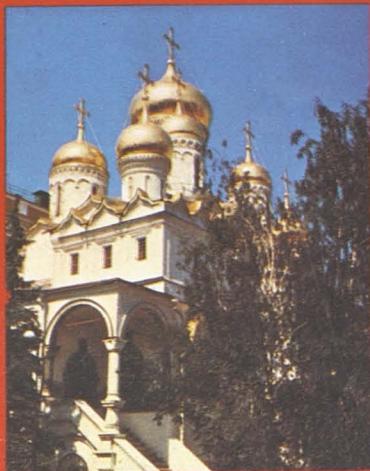
V. escolheu um DC 10 wide body da LAM.

Mais do que uma companhia aérea moderna – uma equipa atenta que rodeia o seu voo de simpatia e bem estar.



 **LAM**
Linhos Aéreas de Moçambique

R. Joaquim A. Aguiar 69-B 1000 LISBOA Telef. 65 61 18/9 Telex 16713 DETA P.



Benvindos à União Soviética

АЭРОФЛОТ
Soviet airlines

LUANDA

Av. 4 de Fevereiro, 114 — Telefs: 7 01 53/7 12 55

MAPUTO

Av. 25 de Setembro, 1388 — Telefs: 2 23 20/2 71 39

LISBOA

Av. Ant. Augusto de Aguiar, 24, 3.º-Esq.º — 1000

Telefs: 56 12 96/56 12 43

BISSAU

R. 19 de Setembro, 6 — Telef: 2707

SAL

P. B. 49 — Telef. 294

MULHERES

MULHERES



Mulheres
a solidariedade feminina
sem fronteiras

Mulheres
contra os modelos
de submissão

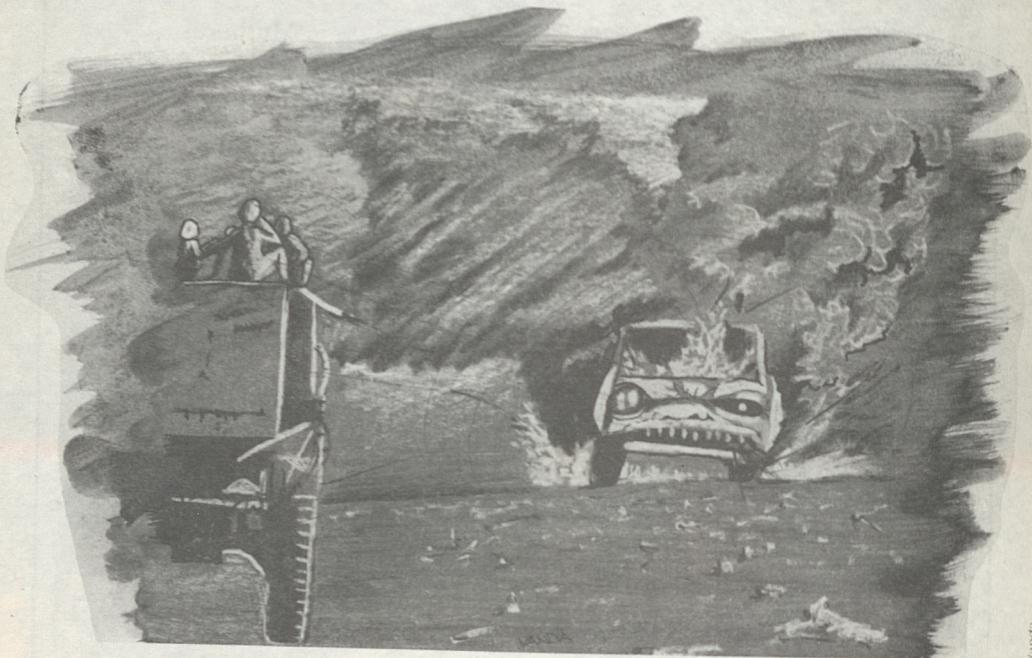
À rebeldia

A diferença



**editorial
CAMINHO**
na estrada do futuro

Um regime em pedaços



Vanda

Quando o presidente P. W. Botha pronunciou em meados de Agosto um discurso recusando qualquer concessão à maioria negra da África do Sul, aumentaram os sintomas de que a crise racial do país caminha para um desfecho inevitavelmente violento. A intransigência dos defensores do "apartheid" mostrou no entanto que o regime branco está cada vez mais dividido e que não há consenso sobre o que fazer com a crescente rebelião da maioria africana.

O presidente Botha passou a jogar com o tempo e com a repressão, na tentativa de convencer os seus eleitores brancos de que ainda é capaz de controlar a situação.

Mas o tempo apenas acrescenta mais frustração à revolta da maioria. E a repressão intensifica o ódio a um regime condenado universalmente. A obstinação e a arrogância dos "afrikaners" reduz as possibilidades dos brancos encontrarem uma saída intermédia como querem grupos

liberais e sectores negros conservadores. Botha dá sinais de que perdeu o "timing" político da crise, mesmo com as repetidas demonstrações de força.

A pressão internacional transformou a questão do "apartheid" num assunto quase diário da opinião pública nas grandes capitais. O estado de emergência não reduziu os protestos negros nem diminuiu o número de enterros onde a dor se mistura com apelos à resistência, concentrada em torno do Congresso Nacional Africano, o mais antigo movimento anticolonial e anti-racista da África. A resistência armada confunde-se com a resistência civil nos bairros negros, transformados em territórios ingovernáveis. E as igrejas dissoiam-se do sistema, privando os "afrikaners" tradicionais do pretexto de que o racismo é "uma missão divina, manifestado no Antigo Testamento". Assim é a África do Sul hoje, conforme mostra esta reportagem especial.

Botha: de costas para o muro



O presidente sul-africano P.W. Botha tem cada vez menos saídas para a crise do apartheid, fora de uma negociação directa com a maioria negra do país

Reforma e mudança são hoje as duas expressões mais frequentes em todas as conversas na África do Sul. Todos os "actores" políticos, à possível excepção dos grupos neo-nazis afrikaners, admitem hoje que a estrutura do *apartheid* não é mais aceitável nesta fase da luta pelo poder no país. Enormes diferenças aparecem no entanto quando os vários protagonistas colocam as suas cartas na mesa e anunciam as soluções que propõem para inicialmente acabar com a onda de violência que atinge a África do Sul desde o ano passado, para depois alcançar uma paz estável num sistema sócio-económico mais justo.

A diversidade de perspectivas políticas e de tomadas de posição diante da actual crise fica evidente através da atitude do Partido Nacional, representante da população afrikaner. O partido surgiu há 30 anos, na localidade de Goori, tendo

como plataforma política a dominação do país pela minoria branca e um sistema de discriminação racial chamado de *apartheid*. Nestas três décadas, o racismo foi implantado da maneira mais brutal. A maioria negra foi privada dos seus direitos humanos mais essenciais, variando desde a proibição de votar até à de morar com a família.

Esta política encontrou obviamente uma heróica resistência da população não-branca do país, incluindo os dois milhões de mulatos e um milhão de indianos. A onda de protestos desflagrada a partir de Setembro do ano passado já provocou mais de 650 mortos, na maior e mais intensa campanha de manifestações já ocorrida na África do Sul.

Dante da pressão interna e externa, o Partido Nacional, sob a direcção do presidente P.W. Botha foi obrigado a introduzir algumas reformas, que

em vez de acalmar a maioria negra, serviram para alimentar a frustração geral. A mais significativa das chamadas reformas foi a introdução no ano passado do parlamento tricamárvio, que deu um número limitado de lugares aos indianos e mulatos, em organismos segregados.

Mas menos de 25% dos indianos e mulatos votaram, desacreditando seriamente o novo parlamento. Em meados de Agosto, o governo sul-africano anunciou novas mudanças, após consultas do ministro dos Negócios Estrangeiros Pik Botha com o assessor de segurança nacional dos Estados Unidos, Robert MacFarlane. A imprensa ocidental preparou o terreno para uma ampla expectativa em torno do pronunciamento do presidente Botha através da rádio e da televisão. Mas o discurso acabou por constituir-se numa enorme frustração, porque o chefe do governo numa atitude de desafio, disse que a África do Sul não será pressionada e que as reformas serão feitas, sem no entanto adiantar detalhes.

Quaisquer que sejam as reformas que os racistas tenham em mente, é pouco provável que elas eliminem o princípio da segregação racial e o da conservação do poder nas mãos dos brancos.

A frente anti-racista

Outro importante "actor" político envolvido na crise sul-africana é a Frente Democrática Unida (UDF), a maior frente de oposição ao racismo existente no país. A UDF foi formada em Agosto de 1983 para se opôr ao projecto do novo parlamento tricamárvio proposto por Pretória. O movimento é uma coligação de quase 600 organizações políticas, sociais, comunitárias, religiosas e sindicais. Ele goza de um apoio em massa em toda a África do Sul e é acusado pelo governo de ser uma fachada do proscrito Congresso Nacional Africano (ANC). Dezasseis líderes da UDF estão actualmente detidos e acusados de traição nacional, porque o governo afirma que a organização promove o ANC nos seus discursos e material escrito.

A UDF endossa a Carta da Liberdade, um documento de tendência socialista, aprovado pelo ANC

e seus filiados num congresso popular em 1955. A Carta, que fixa as metas básicas para uma futura África do Sul não-racial, tornou-se cada vez mais popular com o passar dos anos. Ela é hoje a plataforma central em muitas concentrações de massas e funerais de líderes negros, que se têm repetido nos bairros-de-lata negros das principais cidades sul-africanas. Para a maioria dos líderes da UDF, mudança significa nada menos do que o voto directo para cada cidadão, num Estado unitário. Como o movimento é uma organização de frente, mais do que um partido politicamente unificado, ele não antecipou o programa económico que pretende ver implantado num país livre do racismo e da opressão branca. A UDF acredita que no momento é mais importante unificar as massas oprimidas numa luta frontal contra o *apartheid*, como primeiro e essencial passo para a criação de uma sociedade multi-racial no país. A Frente rejeita as reformas de Botha porque entende que elas não

passam de uma tentativa para adaptar o *apartheid*, um sistema que a maioria dos negros sul-africanos quer destruir e não apenas transformar.

Existem especulações de que a UDF poderá vir a ser proscrita a exemplo do que já acontece com o ANC. Isto é, obviamente, uma possibilidade, mas a mais provável é que líderes do movimento sejam detidos ou assassinados por agentes do regime. Este processo aparentemente já começou a ser adoptado diante do aumento do número de prisões de opositores do *apartheid* e do assassinato ou desaparecimento de pelo menos 12 membros da UDF, apenas este ano.

Os outros "actores" políticos

Outros movimentos negros que também se opõem à política racista são a Organização Popular da Azânia (AZAPO) e a organização Inkatha, formada basicamente por membros da etnia zulu e liderada pelo chefe Gatsha Buthelezi. Muito menor que a UDF, a AZAPO distingue-se desta última pelo facto de se opor ao carácter não-racial. Enquanto a UDF aceita a participação de brancos que apoiam os objectivos da organização, a AZAPO exclui os descendentes de europeus de uma luta



Chester Crocker (à esq.) é a ponte de Reagan com Botha (à dir.)

conjunta com os negros contra o *apartheid*. A filosofia política da AZAPO tem origem no movimento *Black Power* (poder negro) dos Estados Unidos, na década de 60. O movimento aceita no entanto a participação de mulatos e indianos. Ele defende um papel minoritário para os negros num futuro regime unitário e propõe um Estado socialista baseado nos princípios do marxismo-leninismo. A AZAPO no entanto não esclarece em detalhe o que entende por este sistema nas condições objectivas da África do Sul. Também não possui nenhum documento como a Carta da Liberdade para apresentar ao povo como alternativa à actual estrutura racista.

O Inkhatá por seu lado, é considerado um movimento moderado pelo governo, sendo o seu líder, Buthelezi, uma das figuras mais controversas do país. Como chefe do bantustão Kwazulu, recebendo salários pagos pelo governo, ele é acusado pelo ANC, pela UDF e pela AZAPO, de ser um aliado do regime. Buthelezi opõe-se à luta armada promovida pelo ANC, condena a campanha organizada nos Estados Unidos contra investimentos na África do Sul, e também critica a imposição de sanções económicas contra o *apartheid*. A sua posição nestas questões cruciais coloca-o firmemente ao lado do governo branco.

Buthelezi recusa no entanto a tese da independência dos bantustões e propõe a eliminação da segregação racial a todos os níveis. Mas ele está preparado para negociar com Pretória uma solução que fique aquém do papel maioritário para os negros, sugerindo em contrapartida uma divisão de poderes com os brancos, num sistema federal. Caso a luta de libertação avance na África do Sul e Pretória seja obrigada a negociar, é muito provável que Buthelezi seja um dos trunfos da minoria branca. Ele tem bons contactos em Washington, Londres e Bona.

Mas como líder de um grupo étnico e sem apoio nacional, qualquer acordo ou negociação envolvendo Buthelezi não apenas fracassará na tentativa de acabar com o conflito racial, como também poderá provocar conflitos entre os quase seis milhões de zulus (embora nem todos apoiem a Inkhatá) e outros grupos étnicos.

A liderança do ANC

Criado em 1912, o ANC é sem sombra de dúvida o porta-voz mais autêntico da luta de libertação na África do Sul. O apoio interno e externo dado ao Congresso é actualmente o mais intenso da história do movimento. O seu dirigente Nelson Mandela, apesar de preso há 23 anos, é o líder indiscutível da maioria dos sul-africanos. Poucos acreditam, mesmo em algumas capitais europeias, que uma solução para os conflitos na



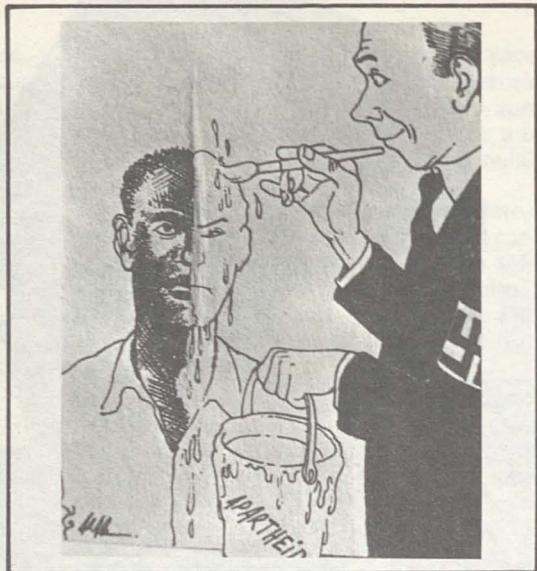
Oliver Tambo, presidente e líder máximo do ANC

África do Sul possa acontecer sem a libertação de Mandela e a sua participação em conversações com os brancos.

O ANC desenvolve a sua acção contra o *apartheid* combinando a luta armada com a acção clandestina nos *ghettos* negros. Na ausência de bases de apoio em países vizinhos, o movimento chegou à conclusão de que o trabalho interno deve ser reforçado, tornando os bairros negros (*townships*) ingovernáveis como passo prévio para uma insurreição popular.

Embora conversações privadas já tenham acontecido entre membros do ANC e do Partido Nacional, os contactos não foram oficiais. Os dirigentes do Congresso Nacional Africano afirmam que apenas negociarão numa posição de força. Mesmo reconhecendo que a luta contra o racismo avançou rapidamente nos últimos 12 meses, eles ainda não se sentem suficientemente fortes para que as suas exigências sejam atendidas. A Carta da Liberdade continua a ser o eixo central das reivindicações do ANC, e nada que não seja o desmantelamento completo do sistema do *apartheid*, bem como de um movimento irreversível em direção a um governo de maioria negra, levará o movimento à mesa das negociações.

No lado dos brancos, o principal partido de oposição ao racismo é o Partido Federal Progressista, que representa os interesses do grande empresariado (mas não todo) e que ainda é controlado em



O trágico ritual da violência nos enterros

□ Vicent, oito anos de idade, decidiu por conta própria boicotar as aulas na sua escola administrada por brancos, no bairro negro de Tsakane, na província do Cabo. Naquela terça-feira, Vicent estava entre os que foram ao enterro do dirigente sindical negro Andries 'Lasi' Raditsela, morto pela polícia depois de ser preso em Maio. Vicent já conhece as canções de luta dos negros sul-africanos, os gritos de guerra dos sindicatos e o ritual dos enterros das vítimas do *apartheid*. Ele é um dos milhares de crianças negras de Tsakane, que vivem em tempo de medo, gás lacrimogénio, "hippos", "casspirs"... e esperança. Aos oito anos, Vicent já tem a sua máscara antigás feita por ele próprio. Enquanto as pessoas vão para a igreja, juntamente com outros garotos, ele enche de água as latas colocadas em frente de cada casa do seu bairro e que constituem uma precaução contra os efeitos do gás.

Quando as latas já estavam cheias, mais de 20.000 moradores negros de Tsakane e dirigentes sindicais formavam uma compacta multidão em frente à igreja ocre e azul, com capacidade para apenas 300 pessoas. Bandeiras e cartazes sobre a unidade sindical entre os trabalhadores africanos aparecem em vários lados. Dentro da igreja começa um hino que logo é seguido pelos que estão do lado de fora. É um lamento negro, que começa baixo e devagar mas que vai cres-

endo grande parte por sul-africanos de origem britânica. A maior e mais conhecida das grandes empresas de mineração é a gigantesca *Anglo-American*, uma das maiores companhias do sector do mundo. O PFP defende uma divisão de poderes com a maioria negra num sistema federal, dentro de uma proposta firmemente pró-capitalista, e é contra as sanções económicas ao país. Mesmo apoiado por um número substancial de sul-africanos de origem britânica, e de *afrikaners* liberais, o partido tem poucas possibilidades de vencer uma eleição geral. Mas se as reformas do *apartheid* avançarem, o Partido Federal Progressista pode vir a ter um papel importante numa eventual coligação de brancos liberais e negros conservadores, para tentar desracializar a política e salvar o capitalismo na África do Sul.

Mas alguns brancos também fazem oposição ao regime de uma perspectiva de extrema-direita. São os adeptos do Partido Conservador, que dei-

cendo enquanto o mesmo estribilho é cantado sucessivamente. Logo o ritmo do hino está acelerado, o ódio aparece nos olhares, punhos erguem-se na multidão, são gritados nomes de heróis negros presos ou mortos. As pessoas que estavam paradas começam a dançar ao ritmo da música cada vez mais rápida, enquanto cartazes surgem acima das cabeças pedindo "Matem o *apartheid*, não os presos", ou "Expulsemos a polícia das townships (bairros negros)". Dois carros de assalto do tipo "Casspir" cruzam rapidamente o fim da Xhosa Street. As cabeças voltam-se sincronizadamente, mas ninguém se move. A explosão parece iminente, mas os carros desaparecem deixando um rastro de poeira avermelhada no ar.

O sino da igreja começa a tocar, e as atenções voltam a concentrar-se no pequeno templo metodista. O pastor fala através de um microfone mas a sua voz é inaudível para quem está do lado de fora. O canto diminui mas não cessa. O silêncio só é feito quando o sino pára de tocar e à última badalada, aparece na porta o caixão de "Lasi" Raditsela, 29 anos, membro da direcção da Federação Sul-Africana de Sindicatos (FOSATU) e membro do sindicato dos químicos. Em cima do caixão envernizado há apenas uma flor branca. Quando o cortejo inicia a sua marcha pela Xhosa Street, a multidão volta a cantar e passa a acompanhar o férretro num misto de corrida e dança. Os dois quilómetros que separam o templo do pequeno cemitério negro, situado nas encostas de uma colina, são percorridos rapidamente, com muita gente olhando constantemente para trás, de onde podem vir os blindados da

xaram o Partido Nacional em 1980. Eles representam os *afrikaners* tradicionais que ainda se apegam à velha escola da dominação branca e do *apartheid* a todos os níveis da sociedade. O principal apoio do Partido Conservador está nas áreas rurais, entre os fazendeiros brancos. Embora não tenha possibilidade de vencer uma eleição geral, o partido é o principal obstáculo às reformas de Botha, por considerar que estas mudanças podem levar a uma integração racial, capaz de destruir em última análise os princípios do *apartheid*.

Os desdobramentos dos conflitos tornaram a crise sul-africana extremamente complexa, sem que seja possível muitas vezes fazer previsões. Mas se as pressões internas e externas aumentaram, como está a acontecer, é provável que o regime faça cada vez mais concessões. Neste processo não se pode eliminar a possibilidade de que o presidente P.W. Botha converse com Buthelezi e até mesmo com o bispo Desmond Tutu, que o

governo considera um radical, mas que na realidade é um moderado. Tutu é politicamente inexperiente e comprometido com a não-violência, por isso pode ser tentado a entrar em conversações em torno de alguma divisão de poderes, sem que isso represente um governo de maioria. Respeitado actualmente por um amplo número de negros, Desmond Tutu permanecerá com alguma credibilidade, mesmo se entrar em negociações com o governo antes da libertação de Nelson Mandela.

Para os negros sul-africanos, e inclusive para alguns brancos liberais, o conflito racial no país apenas poderá findar com a legalização do ANC, com a libertação de Mandela e outros presos, com o retorno dos exilados e negociações para desmontar o *apartheid*, dando aos negros um papel preponderante nas decisões nacionais. Mas muita violência e um número ainda maior de vítimas ficarão pelo caminho, antes que o dia amaneça. (Govin Reddy - IPS)

pólicia. Jornalistas brancos movimentam-se no meio da massa sem serem hostilizados. Uma pergunta é repetida várias vezes aos fotógrafos e repórteres: porque razão eles nos odeiam tanto?

O sepultamento é rápido e silencioso. Quando o pastor diz a última frase da encomendação e o caixão já está coberto de terra, a multidão fica subitamente agitada. A tensão no ar é enorme. Pouca gente se move. Todos sabem que este é o momento crítico. É a hora do ataque. É como tem acontecido em quase todos os enterros de negros desde Novembro, os "hippos" e "casspirs" aparecem sinistramente nas esquinas da Ndabezitha Street, repletos de polícias com armas apontadas sobre a multidão. O comandante branco grita e os veículos avançam sobre a massa tentando dispersá-la. Alguns correm, uma pedra é atirada contra os polícias e em fração de segundos a rua transforma-se numa frente de batalha. O pó não permite ver com precisão o que acontece. Os cães-polícia latem e correm atrás de mulheres e crianças. Os gritos unem-se aos tiros e explosões de granadas de gás. A nuvem branca de gás lacrimogénio mistura-se com a poeira avermelhada da terra. É o inferno. Os moradores negros de Tsa-kane queimam jornais perto do rosto para diminuir o efeito do gás. Mulheres choram impotentes. As crianças fogem apavoradas enquanto os homens lançam com ódio contra os blindados tudo o que encontram à mão. É uma batalha desigual. Ela dura quinze ou vinte minutos. Logo depois a multidão dispersa. Ficam mulheres arrastando feridos. Dois jovens procuram afastar-se com o rosto ensanguentado. Um homem caído ao lado de um poste tenta levantar-se mas não



"O sepultamento é rápido... quando o caixão está coberto de terra, a multidão fica eléctrica... é a hora do ataque... os "hippos" e "casspirs" avançam... as mulheres choram impotentes... quando a poeira sobe, há novos corpos no chão"

consegue. Tem as duas pernas partidas. Grupos de socorro ajudam os feridos. Quando o movimento diminui ainda mais ficam na rua apenas três grupos de pessoas que olham chorando para o chão. São três corpos caídos no pó. Um homem, uma mulher e um adolescente. Eles terão enterros quase iguais ao que acaba de acontecer, e que terminarão possivelmente da mesma maneira. Com novas vítimas a alimentar uma batalha racial cuja frente sinistramente é quase sempre as vizinhanças de um cemitério. (Matéria baseada em reportagens do jornal sul-africano "Star" dos dias 18 e 19 de Maio)

ANC: “O fim do apartheid está próximo”

O ANC, principal força anti-apartheid da África do Sul, atravessa actualmente uma fase de optimismo e auto-confiança. Na sua conferência de Junho, na Zâmbia (ver *cadernos* nº 80, Agosto 1985), a palavra-de-ordem foi “da conferência para a vitória”.

O toque novo e de entusiasmo nos trabalhos da conferência foi dado pela chamada “geração do Soweto”, hoje com idades entre os 20 e os 30 anos. Saídos da revolta do Soweto em 1976, para o treino de guerrilha no exterior, estes jovens acreditam plenamente no fim do apartheid dentro de poucos anos porque eles próprios fizeram abalar o Estado sul-africano, durante semanas, há nove anos. O “apelo ao povo da África do Sul”, emitido pela conferência do ANC reflectia esta convicção. “A velha ordem no nosso país está a chegar ao fim”, dizia o apelo. E mais adiante: “desta conferência histórica dizemo-vos que o fim do apartheid está próximo”. O apelo terminava com palavras-de-ordem do género: “A vitória está à vista” e “A nossa vitória está ao nosso alcance”.



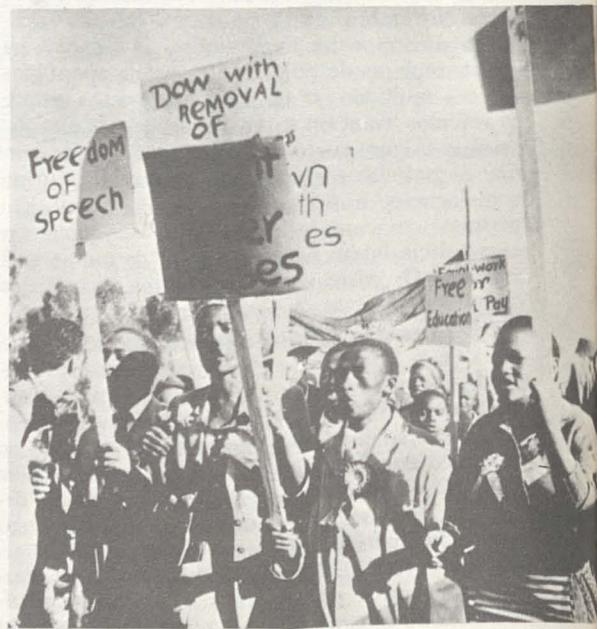
Nelson Mandela, há 23 anos como refém do apartheid

O próprio presidente do ANC, Oliver Tambo, afirmou: “para o nosso inimigo a era da ilusão está a chegar ao seu fim ignobil. A vitória bate à porta”. Para Tambo, o regime de Pretória chegou a uma posição em que a sua derrota “se tornou inevitável”.

Envolver brancos na luta anti-apartheid

Já em Abril, o ANC dizia num comunicado que as “condições históricas necessárias para se garantir o colapso do sistema do apartheid e a criação pelo povo de uma nova ordem social estão a começar a tomar forma numa dimensão jamais surgida na história do nosso país”. O movimento baseava esta afirmação no facto dos acontecimentos dentro da África do Sul estarem a desenvolver-se “a uma velocidade estonteante”, com a população negra a demonstrar ser capaz de “sacrificar a própria vida” para derrubar o regime, um elemento já apontado por vários observadores que mantêm que nos últimos anos o povo sul-africano foi perdendo o medo ao aparelho policial e militar do Estado.

No entanto, a conferência reconheceu “unanimemente que o regime de Botha ainda está decidido a defender o sistema do apartheid pela força das armas”. Na base desta realidade, o movimento optou por intensificar a sua estratégia de “tomada do poder através da conjugação da acção política das massas com a luta armada”. Apesar do seu visível entusiasmo perante a actual movimentação popular e a crise profunda do regime, os delegados



Os negros já acreditam que a igualdade está perto



O ANC é de opinião que a situação no país ainda não é insurreccional mas está cada vez mais perto disso

acautelaram-se contra possíveis recuos pondo o acento na aplicação de mecanismos de luta peculiares de um conflito prolongado. Neste quadro a conferência tomou duas decisões de fundo: aumentar o envolvimento de brancos na luta anti-apartheid e o seu recrutamento para as fileiras do movimento, e abandonar aquilo que foi considerado de "preocupação exagerada" quanto à opinião pública internacional no caso de civis brancos serem mortos devido a acções armadas do movimento. São duas questões de fundo na história do ANC¹.

Negociar apenas com Mandela livre

A conferência analisou também pormenorizadamente a actual movimentação dos sindicatos negros, considerando o proletariado negro de "especial importância" na frente unitária contra o regime e como "coluna vertebral e força dirigente da luta pela libertação nacional". Quanto a conversações com o governo de Botha, os delegados rejeitaram essa possibilidade enquanto Nelson Mandela e os restantes dirigentes da luta anti-apartheid continuarem presos. Os *cadernos* souberam de fomente fidedigna que o assunto "conversações" não foi muito discutido na conferência, preferindo a mesa

e os delegados atenderem às necessidades do conflito no terreno e "prepararem a tomada do poder", em consonância com a análise de que isso é possível nos próximos anos. Quaisquer conversações seriam vistas como parte integrante da luta e não como resultado da exigência do regime de que para haver conversações primeiro deve acabar a acção popular.

Diante do nível alcançado pela resistência da população é de crer que, pelo menos o Ocidente, tente tudo para passar a ser um participante activo na procura de uma solução, intervindo no actual processo de transformação, neste momento quase inteiramente nas mãos do movimento de libertação, da Frente Democrática Unida (UDF), e das centenas de sindicatos e pequenas organizações locais que diariamente combatem as forças do regime.

Uma das possibilidades para a resolução do conflito "fora das ruas" é a libertação de Nelson Mandela, de novo especulada por toda a imprensa sul-africana (inglesa e *afrikaaner*). Mas quer isso venha ou não a acontecer, o fim só poderá ser a instalação de um governo de maioria.

Para o ANC, a situação na República da África do Sul ainda não é insurreccional, mas aproxima-se muito dessa fase, o que se reflecte no ambiente optimista que vive a organização, hoje muito longe do pessimismo que a marcou há um ano quando Pieter Botha conseguiu de certa maneira espalhar internacionalmente a imagem de que tinha tomado a iniciativa no plano estratégico. (Carlos Cardoso, director da Agência de Informação de Moçambique, AIM, especial para "cadernos do terceiro mundo")

¹ Pela primeira vez, o Conselho Executivo Nacional não é composto exclusivamente por negros. A conferência na Zâmbia elegeu, entre os 30 membros do CNE, 5 não-negros: 2 mulatos, 2 indianos e 1 branco. Esta medida surge da composição não-racial das fileiras do ANC nos últimos 30 anos, mais especificamente, de informações fornecidas pelos militares que operam dentro do país onde é cada vez mais notória a mistura de raças no lado anti-apartheid do conflito.

O cerco internacional

Na intersecção da Segunda Avenida com a rua 42, em pleno coração de Manhattan, surgiu um dos símbolos mais recentes da pressão internacional contra o regime racista sul-africano. É a esquina Nelson e Winnie Mandela, baptizada oficialmente pela Câmara Municipal de Nova Iorque, perto da entrada da Universidade Duke. O nome do mais importante líder negro sul-africano e da sua mulher entraram para a geografia de Manhattan no auge de uma campanha iniciada em Novembro do ano passado para forçar a administração Reagan a adoptar sanções cada vez mais duras contra o governo minoritário e racista de Pretória.



A campanha África do Sul Livre ganhou uma repercussão muito superior ao esperado nos seus primeiros nove meses de existência. Os protestos organizados em frente à embaixada sul-africana em Washington tornaram-se diários e hoje fazem parte da rotina da capital norte-americana. Uma rotina quebrada apenas com as sucessivas prisões de personalidades, como a filha do ex-presidente Carter, do cantor Stevie Wonder, do pastor Jesse Jackson, do bispo John Walker, do senador Lowell Weicker, além do deputado Charles Heyes.

Em Maio, o África do Sul Livre já tinha representações em 30 cidades norte-americanas onde protestos idênticos foram organizados com o objectivo de pressionar as autoridades a usar todo

90 - terceiro mundo

o tipo de pressões possíveis contra o *apartheid* sul-africano. O comité directivo do movimento inclui desde a organização *TransAfrica* (o mais poderoso lobby parlamentar a favor dos negros no Congresso dos EUA), até grupos como a Associação Nacional de Negros (NAACP), a Liga Urbana, sindicatos, igrejas, entidades estudantis e de direitos civis. Até ao momento, a polícia de Washington já prendeu mais de mil activistas norte-americanos que se recusaram a abandonar o bloqueio à entrada da embaixada sul-africana.

A ampla cobertura da imprensa e a posição dos envolvidos no protesto da capital norte-americana fez com que a questão do *apartheid* se transformasse rapidamente num tema de discussões não só nas demais cidades dos Estados Unidos como na Europa, no Canadá e na Austrália. A repercussão do movimento foi imediata e crescente. O próprio presidente Reagan começou a levar a sério as manifestações do África do Sul Livre (*Free South Africa*), ao ponto dos principais porta-vozes do Departamento de Estado terem começado a usar uma linguagem mais crítica em relação ao governo sul-africano, sem no entanto romper com a política oficial chamada de "empenhamento construtivo". A Casa Branca revelou ter sentido também os efeitos do aumento das pressões dentro do Congresso norte-americano a favor de um endurecimento de posições contra a África do Sul.

O desenvestimento

Em Julho, o Senado dos EUA aprovou uma lei proibindo novos empréstimos bancários ao regime de Botha, ao mesmo tempo que vetava a venda de equipamentos nucleares, computadores e equipamentos electrónicos. A lei pede também que as empresas norte-americanas com mais de 25 empregados na África do Sul devem dar aos funcionários negros o mesmo tratamento dado aos brancos. Caso estas disposições não provoquem nenhuma alteração das leis do racismo, dentro dos próximos 18 meses, os senadores norte-americanos ameaçam um bloqueio total dos investimentos na África do Sul. Semanas antes, a Câmara dos Representantes havia aprovado uma moção ainda mais dura do que a do Senado. As duas casas chegaram depois a um compromisso para levar ao presidente Reagan um projecto mais brando, capaz de evitar o prometido voto da Casa Branca.

A nível popular, a resposta foi mais imediata nos Estados Unidos. Em Boston, manifestantes obrigaram a firma *Deak-Perera* a interromper a venda de moedas de ouro *krugerrand*, sul-africanas, o mesmo acontecendo na Filadélfia e no Missouri. Nas universidades, os estudantes da costa leste e da costa oeste estabeleceram uma rede comum via computador para trocar informações sobre a mobi-

lização contra o *apartheid* e contra a ação das empresas norte-americanas na África do Sul. Na Universidade de Columbia começou em Maio uma luta para que o estabelecimento retire 32,5 milhões de dólares investidos na bolsa de valores sul-africana. Na Califórnia, é cada vez maior a pressão estudantil para que a Universidade de Berkeley suspenda aplicações no valor de 1.700 milhões de dólares em fundos sul-africanos. Em Iowa e New Hampshire, dois colégios do ensino secundário anunciam que venderão todos os títulos que possuem de empresas norte-americanas envolvidas em transações financeiras com o *apartheid*. No total, cerca de 40 escolas dos Estados Unidos já retiraram à volta de 175 milhões de dólares em investimentos na África do Sul. O mesmo já aconteceu com as universidades de Nova Iorque, Washington e Evergreen.

A nível sindical nos Estados Unidos a campanha contra o racismo deu também um salto nos últimos seis meses. Além das pressões para que as empresas transnacionais dêem aos trabalhadores negros os mesmos direitos dos brancos na África do Sul, os sindicatos norte-americanos iniciaram uma série de reuniões com os seus colegas sul-africanos. Os trabalhadores da *Ford Motor Co.* já têm contactos frequentes com o sindicato da fábrica em Port Elizabeth, que recentemente foi semiparalizada pela matriz norte-americana. Os funcionários da *Tidwell Industries* no Alabama estabeleceram uma frente comum com empregados da mesma empresa na fábrica de Kwazulu, um dos bantustões sul-africanos. Em Nova Iorque, um grupo de 20 sindicatos conseguiu que várias lojas deixassem de vender produtos fabricados na África do Sul.

A posição da igreja

Desde 1979, os empregados da indústria automobilística *Chrysler* têm o direito de vetar investimentos da companhia em fundos sul-africanos. Exemplo seguido no ano passado pelo sindicato da *General Motors*. O esforço para aumentar o bloqueio financeiro contra a África do Sul foi seguido também pela igreja dos Estados Unidos. O Centro Ecuménico por Empresas Responsáveis (*Interfaith Center for Corporate Responsibility* - *ICCR*) anunciou em Maio uma lista de 12 empresas entre elas a *Burroughs*, *Chevron*, *Citicorp*, *Ford*, *General Electric*, *IBM*, *Mobil* e *Texaco* que não receberão mais fundos religiosos. A *ICCR* administra um total de 10.000 milhões de dólares aplicados por igrejas e organizações religiosas em empresas norte-americanas.

A igreja presbiteriana já aprovou a posição do *ICCR* em Junho, numa atitude que deve ser seguida também pelas igrejas católica, metodista e luterana. No terreno político, o Conselho Nacional das



Os protestos de norte-americanos contra o *apartheid* já se tornaram uma rotina em Washington desde 1984

Igrejas dos Estados Unidos organizou em Maio um protesto de quatro dias em frente à embaixada sul-africana em Washington. Durante a manifestação, da qual participaram bispos baptistas, presbiterianos, ortodoxos e judeus foram presos mais de 24 dirigentes religiosos. Vários bispos têm-se também mostrado activos nos corredores do Congresso norte-americano onde pressionam senadores e deputados.

Vinte cinco Câmaras Municipais de cidades norte-americanas já retiraram fundos seus aplicados em empresas que negoceiam com a África do Sul. Seis estados já adoptaram legislação idêntica e em 28 outros a questão está em debate nas assembleias estaduais. Os governos de Nova Iorque e Newark foram os que adoptaram leis mais duras, proibindo qualquer compra de bens ou títulos sul-africanos. Outros colocaram em prática posições mais brandas, algumas das quais prevêem apenas sanções a longo prazo. Mas nos meios políticos norte-americanos existe a certeza de que a tendência é de aumentar o número de restrições a negócios com o *apartheid* por causa das pressões popular e sindical.

Todo o esforço está concentrado em diminuir a participação de empresas e do governo norte-americano na economia sul-africana para tentar minar as bases do racismo. De acordo com o *Investor Responsibility Research Center* (IRRC) de Wa-

shington, existem actualmente 280 empresas norte-americanas instaladas na África do Sul e na Namíbia com um total de 380 subsidiárias. Os investimentos directos norte-americanos alcançavam 2.000 milhões de dólares no final de 1984, 60 milhões de dólares menos do que em Dezembro de 1983. Os empréstimos de bancos dos EUA ao *apartheid* totalizavam em 1984, 4.700 milhões de dólares e a participação de interesses privados norte-americanos em minas sul-africanas chegou também, segundo o IRRC, a 6.500 milhões de dólares. A posição norte-americana só é ultrapassada pela Grã-Bretanha, o maior investidor estrangeiro na África do Sul, com a Alemanha Federal na terceira posição.



Os investimentos norte-americanos na África do Sul atingiram no ano passado 2.000 milhões de dólares

O envolvimento das transnacionais

As estatísticas mostram que de 1982 a 1984, 45 empresas norte-americanas retiraram-se da África do Sul, enquanto 11 outras iniciaram negócios com o *apartheid*. Duzentas e quarenta e sete empresas dos EUA empregam nas subsidiárias sul-africanas um total de 114.000 trabalhadores, 37% dos quais são negros. O sector onde o envolvimento norte-americano é mais crucial é o dos combustíveis. A África do Sul tem quatro grandes refinarias, das quais duas são norte-americanas (*Caltex* e *Mobil*) enquanto as restantes pertencem à *Shell* e outra ao governo. Como o país não tem recursos petrolíferos e importa todo o combustível que consome, há um enorme interesse em explorar campos na plataforma continental da África do Sul. A *Mobil* está envolvida no projecto de exploração do campo de Kudu, no Oceano Índico. A firma *Fluor* está ligada à manutenção de equipamentos nucleares e da estratégica refinaria de combustíveis a partir do carvão, de propriedade da *SASOL*.

(*South African Coal, Oil and Gas Corp.*).

Mais de 40% dos computadores instalados na África do Sul foram fornecidos pela transnacional *IBM*. Outra empresa de equipamentos electrónicos, a *Burroughs*, tem 30% dos seus lucros no *apartheid* ligados a contratos com o governo racista, enquanto a *Control Data* forneceu os computadores para o Gabinete de Energia Atómica do governo sul-africano. A maior empresa norte-americana no país é a *Ford*, com 3.000 trabalhadores divididos por três fábricas. Mas a empresa já começou a reduzir os seus investimentos, tendência essa seguida também pela *Chrysler*, que há dois anos vendeu 25% dos seus bens na África do Sul.

No sector financeiro, os bancos norte-americanos detêm um total de 4.500 milhões de dólares da dívida externa global da África do Sul, calculada em 15.000 milhões de dólares em Dezembro de 1984 pelo BIS (Banco Internacional de Compensações, com sede na Suíça). Os bancos britânicos detêm a grande maioria dos créditos externos do *apartheid*, além de dominarem o sector nas operações dentro do território sul-africano. A campanha de desinvestimento levou o *Citibank* a suspender fornecimento de novos créditos em Março deste ano. Um mês antes, o Banco da Carolina do Norte havia tomado posição idêntica e em Abril o *Morgan* paralizou a concessão de empréstimos para a África do Sul. Outros bancos norte-americanos que também adoptaram medidas restritivas em relação ao *apartheid*, pressionados pela opinião pública norte-americana foram o Banco de Boston, o *Chemical Bank*, o *Wells Fargo*, o *Hanover* e o *Security Pacific*.

Se a pressão já era grande em Junho, ela aumentou ainda mais em Julho depois de ter sido decretado o estado de emergência em 36 distritos sul-africanos e do discurso do presidente Botha em Agosto, recusando reformas profundas no *apartheid*. Todos os países da Comunidade Económica Europeia, com destaque especial para a França, começaram a reduzir os laços económicos e diplomáticos com a África do Sul. Na Austrália surgiram igualmente movimentos contrários a relações económicas com o *apartheid*, enquanto nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança condenou por duas vezes em menos de dois meses o racismo sul-africano.

As pressões devem agora aumentar na Grã-Bretanha, que tem 14.000 milhões de dólares investidos na África do Sul. Delegados de conselhos municipais britânicos estavam entre os 700 presidentes camarários de 26 países do mundo que no final de Agosto em Washington decidiram numa Conferência Internacional promover actos legislativos destinados a cortar qualquer envolvimento económico com a África do Sul. (Extraído do 'Africa News')

A religião e o apartheid



Religiosos brancos e negros uniram-se dentro das igrejas na luta contra a discriminação racial



Nos últimos anos, as igrejas entraram em choque aberto com o racismo e passaram a ter um papel cada vez mais claro na luta contra o governo minoritário

Apartir de 1983, um número cada vez maior de líderes religiosos das mais diversas igrejas sul-africanas passou a integrar o amplo conjunto daqueles que se opõem ao racismo e ao governo branco. Já não se tratava mais de pedir nos templos a mudança de leis consideradas anti-cristãs, mas exigir nas ruas a substituição do próprio governo. O informe que publicamos a seguir foi preparado por religiosos ligados ao movimento ecuménico sul-africano.

Ao falar de igreja, precisamos reconhecer que esta palavra tem pelo menos duas conotações: a igreja-instituição, que se estrutura dentro da sociedade na qual se encontra e que quanto mais institucionalizada for, mais estará adaptada e vinculada ao sistema vigente. Será proprietária de escolas, prédios, fará investimentos, etc.; mas igreja

significa também, e sobretudo, o povo que tem fé e que, em união com os seus pastores, procura dar uma resposta à palavra de Deus, tenta ser fiel individual e colectivamente a Deus, a esse Deus que procura o homem, e que tem um projecto para o homem.

Na África do Sul existem várias igrejas-instituição: no primeiro lugar situa-se a Igreja Holandesa Reformada, que assumiu historicamente o papel de sustentáculo do regime de *apartheid*, inclusive do ponto de vista teológico. É bom notar que essa igreja foi expulsa do Conselho Mundial das Igrejas Holandesas Reformadas, como herética. As alas não-brancas dessa mesma igreja romperam com essa posição.

As outras grandes igrejas cristãs, Anglicana, Metodista, Baptista, Católica, etc., sempre fizeram uma análise teológica condenando o sistema de

apartheid, por ser pecador. No entanto, na prática elas estruturaram-se dentro do sistema e, assim, aceitam as regras do jogo e participam dos benefícios do sistema. Esta situação predispõe-as agora a estarem abertas ao diálogo com ele (*apartheid*), porque a queda do regime poderia acarretar a sua própria destruição, como instituição.

Obviamente, tudo isto não se articula de modo claro, consciente, ou mesmo maquiavélico; é simplesmente o que ocorre na realidade.

Embora tenham tido sempre uma clara posição anti-*apartheid*, a dificuldade das igrejas está em como passar da clareza teórica, da ortodoxia, para uma prática consequente. É a esse nível que se situam os conflitos de convivência dentro da instituição, com líderes e grupos que procuram ter essa prática.

Um exemplo dessa dificuldade é o texto aprovado pelo Conselho Sul-Africano das Igrejas, para um dia de oração pela queda do regime, mas que na verdade foi aprovado mais pelos negros e pelos que têm trabalho de base, do que pelos brancos e pelos que não têm contacto com o povo. Estes últimos reclamam que o texto tem limitações teológicas, o que talvez seja verdade, só que a grande limitação seria realmente o facto de que, embora diga claramente que é preciso mudar o regime, não refira uma única vez o quê, e como fazer para que as mudanças ocorram. Diz o texto:

“Temos rezado continuamente pelas autoridades, para que governem com sabedoria e justiça. Agora, neste momento de crise, em solidariedade com aqueles que mais sofrem, rezamos para que Deus em sua bondade afaste do seu povo as estruturas de tirania e opressão e os actuais governantes do país, que se recusam persistentemente a ouvir o clamor por justiça, que repete a palavra de Deus conforme é proclamada pela sua igreja, tanto neste país como fora dele”. (Texto em inglês, pág. 3: “*The Church in South Africa: We have continually prayed for (...) both within this land and beyond*”).

Grupos que lutam contra o sistema

O grande conflito localiza-se entre as pessoas que pregam a moderação e ficam sem se definir.

rem, julgando as acções dos outros e encontrando defeitos, e alguns líderes de grupos impacientes por traduzir a clareza teológica quase secular, e que culmina no texto citado em acções concretas.

Existem, assim, organizações que se colocam ao serviço do povo, que estão envolvidas na desobediência às leis do *apartheid*, como o serviço militar obrigatório e a remoção de pessoas de uma área para outra. A sua resistência faz-se na linha da não-violência: por exemplo, deitam-se no chão diante das máquinas que vão arrasar um acampamento de pessoas que invadiram uma determinada área.

O movimento de objecção de consciência ao serviço militar, agora com milhares de adeptos a nível nacional, nasceu de um pequeno grupo de 4 ou 5 cristãos que foram presos por se recusarem a prestar esse serviço, porque o exército luta contra o povo, dentro e fora do país. Esse movimento teve a capacidade de dividir o bloco branco, pois muitos jovens que normalmente não se envol-

veriam em acções contra o *apartheid* recusam-se a prestar serviço militar, o que os levaria a lutar e a matar muitos negros.

Há grupos como a Organização da Igreja Anglicana pela Responsabilidade Social (*Board of Social Responsibility*), o Instituto de Teologia Contextual e o Conselho das Igrejas da Província Ocidental, envolvidos na luta pela justiça.

As dificuldades que sofrem esses grupos surgem também do facto de as igrejas, como instituições, não trabalham com o termo “classe” (conflito de interesses económicos), e por tradição acreditam ser seu dever “pastorear” a todos igualmente. Por isso, ao tomarem uma posição procuram levar em conta as opiniões de todas as classes, para não afastar ninguém, o que as leva a ser muito cuidadosas com o conservador que tem interesse em manter o sistema. Por exemplo, o texto de Isaías que descreve a paz em termos de o lobo conviver com o cordeiro é muito citado, só que tradicionalmente não se dá atenção à segunda parte que diz que isso só será possível se o leão aprender a comer palha como o boi: mudança estrutural. “Então o lobo morará com o cordeiro e o leopardo deitar-se-á com o cabrito. O bezerro, o filhote de leão e o gordo novilho andarão juntos e uma pequena criança



Os desertores de guerra recusam-se a fazer o serviço militar no exército racista por discordarem do “apartheid”



guiá-las-á. A vaca e o urso pastarão juntos, juntas deitar-se-ão as suas crias. O leão alimentar-se-á de forragem como o boi" (Is. 11,6-7).

Problemas internos das igrejas

Mesmo sendo multi-raciais, essas igrejas são instituições brancas no seu modelo de formação, educação, etc. Daí a perplexidade de muitas pessoas: um africano pode ser membro dessas igrejas sem traír o seu povo? Será que as grandes igrejas cristãs têm a possibilidade de se tornarem realmente libertadoras? E quem já está dentro da igreja, pode continuar? Ficando, não estará, pelo menos tacitamente, concordando com o sistema?

Outro problema está na grande hierarquização das igrejas; por isso elas têm dificuldade em se tornarem num espaço de consciencialização e de mobilização das bases, razão porque surgem líderes que de uma forma individual e pessoal assumem a luta. Surgem figuras como Desmond Tutu que têm obviamente um grande valor; mas existe um perigo real numa liderança religiosa que decide o que deve ser feito, em nome do povo.

Outra dificuldade a ser enfrentada é o desconhecimento da bíblia, que não é muito citada nas reuniões das comunidades. Um dos motivos é o facto de ela ser usada pela Igreja Holandesa Reformada para justificar o sistema, tornando-se assim o livro do inimigo, do opressor. Outro motivo está no facto de que, como a maioria dos cristãos é protestante, a leitura da bíblia é feita tradicionalmente de modo individual, o que leva as pessoas a uma leitura intimista, que desassocia a fé da vida social, da vida colectiva. Toda esta problemática impede o povo de ver



O aumento do número de negros mortos em manifestações levou o bispo Tutu, a admitir que os jovens sul-africanos já não aceitam posições moderadas

a ligação entre a fé e a libertação, que deveria ser o fundamento da sua luta.

São figuras impressionantes como D. Denis Hurley, presidente da Conferência Episcopal Católica Sul-Africana, como o reverendo Allan Boesak, presidente do Conselho Mundial das Igrejas Reformadas, como o reverendo Frank Chicane, secretário-geral do Instituto de Teologia Contextual, como o padre Albert Nolan, teólogo dominicano, membro do Instituto de Teologia Contextual, entre outros.

É impossível desconhecer a sua luta pela justiça, o seu compromisso com os pobres e o seu sofrimento por ter abraçado a causa de Cristo. No entanto, a igreja como instituição ainda não mobilizou o povo, como ocorreu na América Latina. O maior desafio que enfrenta é assumir o seu papel de fermento, de sal, servindo o povo na sua busca secular de justiça e de paz.

Humor

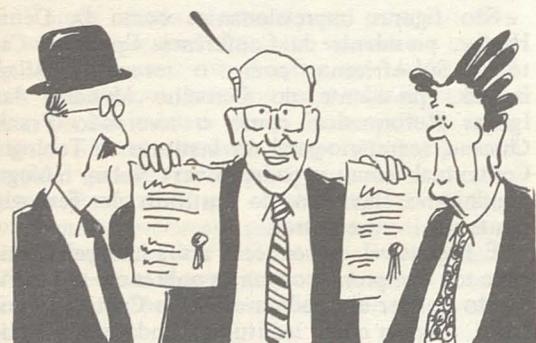
EI, ANGOLA - ASSINA AQUI E NÓS
PARAMOS DE INVADIR O TEU
TERRITÓRIO



EI, MOÇAMBIQUE - ASSINA AQUI E
NÓS PARAMOS DE BOMBARDEAR A
TUA CAPITAL



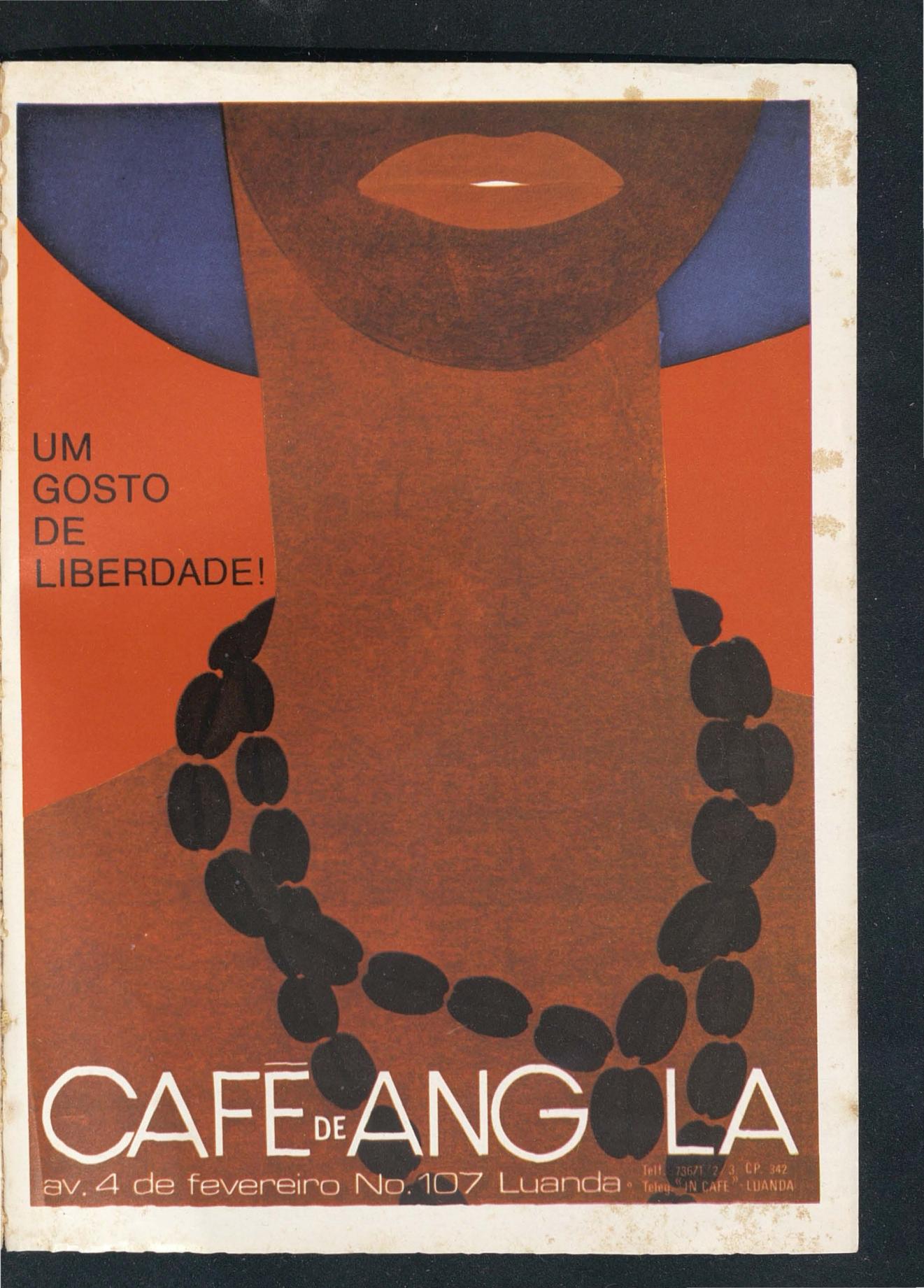
EI, EUROPA E AMÉRICA - VEJAM ISTO!



OH, ISTO É
ÓTIMO!

SIM, ELE ESTÁ A
APRENDER
A CONVIVER COM OS
SEUS VIZINHOS





UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

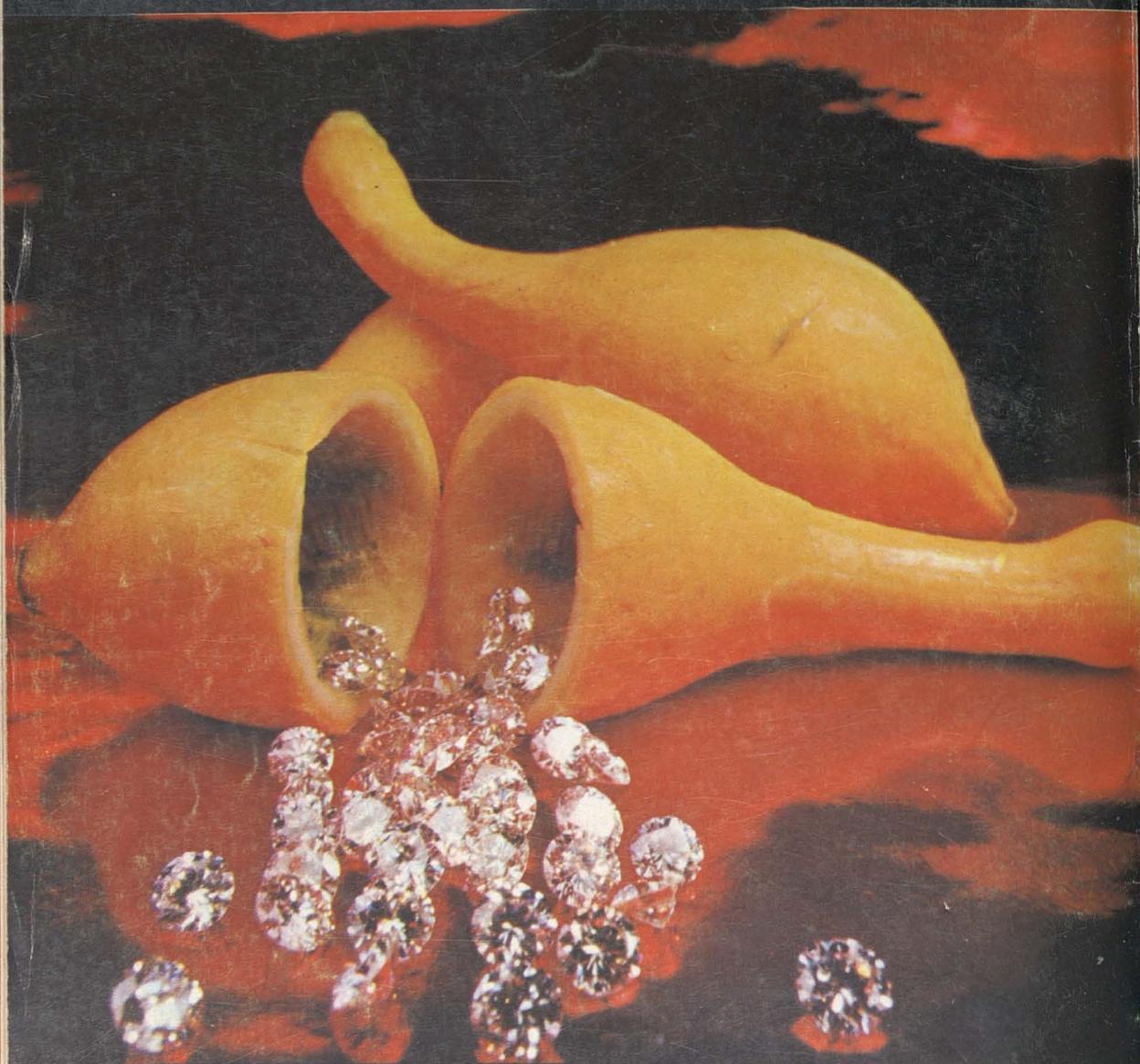
CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 2/3 CP-342

Teleg. "IN CAFÉ" LUANDA

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional